

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO ACADÊMICO EM
ADMINISTRAÇÃO

ISAAC BRASIL PEREIRA

A PROMOÇÃO DA REINSERÇÃO SOCIAL: UM OLHAR PARA OS ATORES DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

FLORIANÓPOLIS

2022

ISAAC BRASIL PEREIRA

**A PROMOÇÃO DA REINSERÇÃO SOCIAL: UM OLHAR PARA OS ATORES DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – Esag, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.
Orientador: Prof. Dr. Daniel Moraes Pinheiro.

FLORIANÓPOLIS

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do ESAG/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

PEREIRA, Isaac Brasil

A promoção da reinserção social : um olhar para os atores
das organizações da sociedade civil / Isaac Brasil PEREIRA.

-- 2022.

159 p.

Orientador: Daniel Moraes Pinheiro

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em
Administração, Florianópolis, 2022.

1. Reinserção social. 2. Organizações da sociedade civil.
3. Pragmatismo. 4. Políticas públicas de drogas. 5. Atores
sociais. I. Pinheiro, Daniel Moraes. II. Universidade do Estado
de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

ISAAC BRASIL PEREIRA

**A PROMOÇÃO DA REINserÇÃO SOCIAL: UM OLHAR PARA OS ATORES DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – Esag, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

BANCA EXAMINADORA

Daniel Moraes Pinheiro, Dr.
Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Membros:

Maria Carolina Martinez Andion, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

Gustavo Costa de Souza, Dr.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Florianópolis, 9 de setembro de 2022.

Dedico esta dissertação aos meus pais, meus irmãos e irmãs e aos meus familiares. À sociedade civil organizada, crianças, adolescentes, jovens e adultos que buscam, na sociedade, compreensão, respeito, dignidade e garantia de seus direitos. A minha esposa, Kaliane Brasil, que muito tem me apoiado.

AGRADECIMENTOS

Sou grato ao poder superior da minha compreensão, sendo um Deus bondoso e amoroso, que tem proporcionado todas as condições necessárias de vida e saúde para realizar este sonho. Aos meus pais, aos meus irmãos e irmãs, por serem fonte de motivação e, de forma muito especial, a minha esposa Kaliane Brasil, por acreditar e apoiar este projeto e sonho de vida, mas sobretudo, pelo amor que se fez presente em toda a caminhada. Sem esses, eu não teria chegado a este momento tão especial.

Agradeço a minha nação, por proporcionar e garantir o meu acesso à educação, desde as escolas públicas de ensino básico e médio ao ensino superior, por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni) e, em especial, à pós-graduação *stricto sensu* de qualidade em universidade pública.

Um agradecimento, muito especial, aos professores da pós-graduação, entre eles, Marcello Zappellini e Graziela Dias que participaram da minha qualificação, e de forma especial, ao professor e orientador Daniel Moraes Pinheiro que acreditou no projeto, esses foram incentivadores e que me fizeram prosseguir com este sonho até aqui.

Agradeço a professora Maria Carolina Martinez Andion e ao professor Gustavo Costa de Souza, grandes professores, por aceitarem o convite de participar da banca, contribuindo com o aperfeiçoamento deste estudo.

Manifesto minha gratidão à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em especial, ao Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – Esag, foram momentos de grandes aprendizados nas disciplinas cursadas, com ricas discussões sobre o campo da administração e, sobretudo, valiosos aprendizados sobre fazer ciência. Agradeço, assim, professores, servidores e a todos os meus colegas de classe, com quem pude compartilhar esses momentos.

Finalmente, meu agradecimento às organizações da sociedade civil e seus atores, que são imbuídos com a missão de inovação social, que possibilitam a transformação, ressignificação, a solução de problemas públicos e a experimentação democrática, buscando contribuir para uma sociedade melhor.

“Servimo-nos de nossas experiências pretéritas para construir novas e melhores no porvir” (John Dewey).

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender a atuação das organizações da sociedade civil, na promoção da reinserção social de pessoas adictas de substância química. São organizações, que fazem parte de uma arena pública, que atuam em políticas públicas sobre drogas, sendo um problema público complexo e transversal, que impacta diversas áreas. Com esse intuito, o enfoque teórico analítico utilizado tem por base o pragmatismo, em especial, os estudos de John Dewey e de autores contemporâneos que trataram dos problemas públicos e dos movimentos sociais, estudos cunhados na sociologia pragmática francesa (CEFAÏ, 2009, 2012, 2017; CHATEAURAYNAUD, 2017; COMETT, 2010; LASCOUMES; LE GALÈS, 2007; QUÉRÉ; TERZI, 2015), e no pragmatismo na área administração no Brasil (ANDION *et al.*, 2017, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020; MATARAZZO; SERVA, 2017; MENEGHETTI, 2007) entre outros. Os objetivos específicos do estudo foram: a) mapear quem são os atores envolvidos em Santa Catarina; b) descrever as ações e/ou práticas dos atores na reinserção social; c) verificar como os atores se relacionam na promoção da reinserção social; d) descrever, na perspectiva dos atores, quais são os obstáculos e facilitadores para as ações; e e) analisar os avanços e limitações da atuação das organizações. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, sendo a maneira que busca uma profundidade do fenômeno da pesquisa, incluindo como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, observação participante e análise documental. Com as contribuições deste trabalho, do ponto de vista científico, buscou-se fazer uma aproximação da temática para o campo da administração pública. Já em termos práticos, amplia-se a capacidade de participação ativa como processo democrático, dando visibilidade adequada ao processo de reinserção social. Ademais, a dissertação buscou levantar indícios para novos estudos e novas agendas de pesquisas para o campo de públicas, sobretudo, para a área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, em específico, a área de avaliação da administração pública.

Palavras-chave: Reinserção social; Organizações da sociedade civil; Pragmatismo; Políticas públicas de drogas; Atores sociais.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand the role of civil society organizations in promoting the social reintegration of people addicted to chemical dependence. They are organizations that are part of a public arena that act in public policies on drugs, being a complex and transversal public problem that impacts several areas. To this end, the analytical theoretical approach used is based on pragmatism, in particular, the studies of John Dewey and contemporary authors who dealt with public problems and social movements, studies coined in French pragmatic sociology (CEFAÏ, 2009, 2012, 2017; CHATEAURAYNAUD, 2017; COMETT, 2010; LASCOUMES; LE GALÈS, 2007; QUÉRÉ; TERZI, 2015), and work with pragmatism in the area of public administration in Brazil (ANDION *et al.*, 2017, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2020; MATARAZZO; SERVA, 2017; MENEGHETTI, 2007) between others. The specific objectives of the study were: a) to map who are the actors involved in Santa Catarina; b) describe the actions and/or practices of actors in social reintegration; c) to verify how the actors relate to each other in the promotion of social reintegration d) to describe from the perspective of the actors what are the obstacles and facilitators for the actions e) to analyze the advances and limitations of the organizations' performance. The methodology used was the case study, being the way to seek a depth of the research phenomenon, including as a data collection instrument the semi-structured interview, participant observation and document analysis. As contributions of the work, from a scientific point of view, we sought to make an approach this theme closer to the field of public administration. In practical terms, the capacity for participation, it is activated as a democratic process, giving adequate to the process of reintegration of the expansion of social visibility. In addition, the dissertation sought to raise evidence for new studies and new research agendas for the field of public, especially for the area of knowledge of applied social sciences, specifically, the area of evaluation of public administration.

Keywords: Social reintegration; Civil society organizations; Pragmatism; Public drug policies; Social actors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ações contra a dependência química	62
Figura 2 – O processo metodológico da pesquisa	77
Figura 3 – Visita ao Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen).....	81
Figura 4 – Dimensões da reinserção social e econômica	82
Figura 5 – Atores organizacionais dos setores da educação	83
Figura 6 – Atores organizacionais da Cerene	86
Figura 7 – A ação Selar – Selo de Responsabilidade Social.....	88
Figura 8 – Estrutura organizacional da Essência de Vida	90
Figura 9 – Os atores próximos da reinserção social da Essência de Vida	92
Figura 10 – Fachada da primeira casa Associação Recomeçar	97
Figura 11 – O apoio da APM <i>Terminals</i>	103
Figura 12 – Novo local e bazar da associação.....	105
Figura 13 – Ecologia da experiência dos atores organizacionais.....	124
Figura 14 – Ações de obstáculos e facilitadoras à reinserção social	131
Figura 15 – Avanços e limitações das ações	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais artigos encontrados na revisão	24
Quadro 2 – Linha do tempo das Legislações Brasileiras sobre as Drogas	59
Quadro 3 – Síntese de caminho da metodologia de pesquisa	71
Quadro 4 – Objetivos e técnicas de coletas de dados	71
Quadro 5 – Fase complementar – reinserção social da Cerene	85
Quadro 6 – Composições da diretoria e do conselho.....	90
Quadro 7 – Composições dos profissionais	91
Quadro 8 – Ações para a reinserção social.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos artigos em áreas de conhecimento e avaliação	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Caps	Centro de Atenção Psicossocial
Caps-AD	Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas
Cebas	Entidade Beneficente de Assistência Social
Ceja	Centro de Educação de Jovens e Adultos
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População de Rua
Cerene	Centro de Recuperação Nova Esperança
Cofen	Conselho Federal de Entorpecentes
Conad	Conselho Nacional Antidrogas
Conen	Conselho Estadual de Entorpecentes
ENEPCP	IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas
Esag	Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas
EUA	Estados Unidos da América
Funcab	Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso
Grasa	Grupo de Apoio ao Combate às Drogas e Álcool Santo Antônio
NA	Narcóticos Anônimos
Nisp	Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
Pnad	Política Nacional Antidrogas
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
Prouni	Programa Universidade para Todos
Raps	Rede de Atenção Psicossocial
Selar	Selo de Responsabilidade Social
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senad	Secretaria Nacional Antidrogas
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Sesc	Serviço Social do Comércio
Sisnad	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SSSP	Sociedade para o Estudo dos Problemas Sociais
Suas	Sistema único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	19
1.2	OBJETIVOS	22
1.2.1	Objetivo geral	22
1.2.2	Objetivos específicos.....	22
1.3	JUSTIFICATIVA.....	23
1.4	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO.....	27
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	29
2.1	PRAGMATISMO COMO PONTO DE PARTIDA.....	29
2.1.1	Os “fundadores” e suas primícias.....	30
2.1.2	A noção da investigação.....	32
2.1.3	A concepção da experiência.....	33
2.1.4	A dimensão da ação e prática	39
2.1.5	A evolução do pragmatismo e autores recentes.....	43
2.2	AS CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO EM TORNO DO PÚBLICO.....	45
2.2.1	Sociologia dos problemas públicos e movimentos sociais	45
2.2.2	Inovação social e experimentação democrática	50
2.3	DROGAS: UM PROBLEMA PÚBLICO TRANSVERSAL.....	52
2.3.1	Noções de política pública e ação pública.....	52
2.3.2	Histórico das políticas públicas sobre drogas no Brasil	56
2.4	A REINSERÇÃO SOCIAL DE ADICTOS.....	62
2.4.1	Usuários, (ex) dependentes químicos ou adictos?	62
2.4.2	A noção da reinserção social e reabilitação psicossocial	64
2.4.3	A noção de inclusão social	66
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	69
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	69
3.2	INTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	71
3.3	ANÁLISE DE DADOS.....	72
4	RESULTADOS DA PESQUISA	79

4.1	IMERSÃO NO CAMPO E MAPEAMENTO DOS ATORES	79
4.1.1	A dimensão da reinserção social	82
4.2	RESULTADO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	84
4.2.1	Relatório de atividade da Cerene	84
4.2.1.1	Análise da reinserção social da Cerene	86
4.2.2	Relatório de atividade da Essência de Vida	89
4.2.2.1	Análise da reinserção social da Essência de Vida	92
4.3	RESULTADOS DE ENTREVISTAS.....	94
4.3.1	O caso da Associação Recomeçar.....	94
4.3.2	O caso da comunidade Crensa	111
4.4	SÍNTESE DOS RESULTADOS DA REINSERÇÃO SOCIAL.....	122
4.4.1	Os atores organizacionais e a reinserção social	123
4.4.2	As ações pontuais para reinserção social	128
4.4.3	Ações facilitadoras e de obstáculos à reinserção social.....	129
4.4.4	Os avanços e limitações das ações.....	135
5	CONCLUSÃO.....	139
5.1.1	Contribuições e limitações do estudo	144
5.1.2	Possibilidades de novos estudos.....	146
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

Convencionalmente, a lógica que cerca a maior parte dos estudos sobre a administração pública, consideram que políticas públicas são efeitos de decisões políticas e que fazem parte de um sistema político e econômico. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019), políticas públicas dizem respeito ao conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, como também, ao processo de construção e atuação dessas decisões. De maneira geral, fazem parte de um sistema político e econômico mais abrangente (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). No entanto, é importante destacar, que nem sempre as políticas públicas são decisões técnicas originárias de um sistema político e econômico; por vezes, emergem da própria sociedade, na identificação de situações problemáticas do cotidiano.

Em políticas públicas, considera-se o envolvimento de atores, instituições e ideias. Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), as dimensões que constituem as políticas públicas são pelo menos três: os **atores** envolvidos; as **instituições**; e as **ideias**. Essas dimensões, operando juntas, buscam solucionar algum problema público. Cada setor ou área das políticas públicas é composto por uma certa estrutura de atores, instituições e ideias próprias, o que pode ser compreendido como subsistemas político-administrativos. Dessa forma, entende-se que essas três dimensões atuam em conjunto na formulação e ação de política pública, quase sempre relacionadas a setores e subsistemas político-administrativo.

A política pública também pode ser compreendida na perspectiva de três termos em inglês, que distinguem a noção de política. Observa-se: i) *polity*, refere-se ao ambiente político-institucional em que ocorrem os processos sociais de dimensão formal (regras, estatutos etc.) e de dimensão informal (cultura, hábitos etc.); ii) *politics*, sendo o mais comum na concepção das pessoas e está relacionado a aquisição e manutenção de recursos no domínio do poder sobre o homem; e iii) *policy*, que traz um sentido mais concreto, orientado para a decisão e ação (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Portanto, a definição que apresenta a orientação para ação é a que direciona a observação da atuação dos protagonistas nas ações em *public policy*.

Considera-se, também, que uma política pública emerge de um determinado problema público. Há pelo menos dois elementos que fundamentam as políticas públicas: i) intencionalidade pública; e ii) resposta a um problema público, ou seja, é o tratamento ou a solução de um problema público (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013; SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Destaca-se que, as noções de políticas públicas apresentadas até o momento, são percepções tradicionais, alinhada a uma **abordagem racional** de política pública (LASWELL, 1950; SIMON, 1957) ou também a uma **abordagem argumentativa** de política pública (FISCHER; FORESTER, 1996). Em vista disso, e não buscando exaurir a compreensão, política pública pode ser compreendida como um resultado da interação entre atores, instituições e ideias para resolver um problema público.

No campo das pesquisas e estudos sobre políticas públicas, o escopo de interesse tem sido sobre a ação do governo e suas instituições. É possível identificar que a maior parte dos estudos ainda estão focados em compreender a ação governamental, a partir de uma lógica prescritiva, predominando as características e as práticas de um governo que funciona bem (ANDION *et al.*, 2017). É proveitoso, portanto, que estudos e pesquisas busquem apresentar novos olhares para esse campo, apresentando distintas formas, caminhos e alternativas para observar as ações e práticas das políticas públicas. Nesse sentido, o estudo assume orientação para a ação, voltada para uma melhor compreensão das experiências dos atores envolvidos em um problema público, observando a experiência, ações e práticas na solução dos problemas.

A concepção de problemas públicos, neste trabalho, vem da perspectiva de John Dewey (1927), em sua obra *The Public and Its Problems*. O fundamento é quando uma coletividade, grupo ou conjunto de pessoas se deparam com situações problemáticas em que as consequências são compreendidas como prejudiciais para as pessoas e seus bens ou para todo ecossistema, pois as pessoas se inquietam, interrogam, investigam, experimentam, discutem, buscam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e definir as responsabilidades (CEFAÏ, 2017). Essa é uma ideia inicial e geral para problemas públicos que será explorada na revisão da literatura.

A escolha epistemológica desta observação está baseada no pragmatismo. Essa tradição filosófica vem das construções e contribuições teóricas de William James, John

Dewey e George Herbert Mead, entre outros que seguiram, complementaram, discutiram, dialogaram e, sem dúvida, avançaram a partir dessa perspectiva. Alguns dos pressupostos do pragmatismo são: transcender as oposições clássicas da sociologia entre indivíduo e social, entre agência e estrutura, entre interesse e valor e entre racionalidade e norma; uma nova forma de olhar para o social, seus modos de organização e funcionamento; não compreende os interesses e valores como fatores explicativos em si mesmos; recusa a ideia de um indivíduo racional uniforme; leva a sério a justificação e a crítica produzida pelos próprios atores; reconcilia criatividade do agir com regularidade social; e leva em conta a temporalidade histórica dos fenômenos (ANDION *et al.*, 2017).

A proposta, portanto, é abordar um problema público, seguindo uma lógica inversa das que são, convencionalmente, usadas em análises de políticas públicas. Como visto no início desta seção, as noções de políticas públicas são cercadas do paradigma instrumental e normativo, embora exista uma consideração aos atores e ideias além das instituições, a que prevalece é que esses fazem parte de um sistema maior. Desse modo, o que se propõe, neste estudo, é olhar para o problema público, a partir dos atores que cercam um determinado problema.

Invertendo, então, o ângulo de visão para observar um problema público, é possível ver que tais problemas são percebidos por uma coletividade. Segundo Quéré e Terzi (2015), o problema público é também um processo de aprendizagem coletiva. Esse processo perpassa pela identificação, indagação, interpretação e ação (ANDION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2020). Dessa maneira, a partir do ponto de vista dos atores, a proposta é buscar entender a realidade em que os atores estão inseridos, baseado em uma construção investigativa no pragmatismo, buscando, sobretudo, apresentar uma nova forma de observar o social, seus modos de organização e funcionamento.

Dissertar e analisar a realidade das políticas públicas, relacionadas à dependência química no Estado Brasileiro, não é uma iniciativa trivial: trata-se de um problema público complexo e transversal na sociedade contemporânea (PINHO; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2008; SOUZA *et al.*, 2011). A promoção da interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação,

cultura, desporto e lazer, que visa à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas são previstos no Art. 8 – D §1, da Lei nº 13.840 (BRASIL, 2019).

A proposta, portanto, é olhar para o fenômeno da reinserção social. Provavelmente, a reinserção social não tenha tido tanta atenção no processo de recuperação do sujeito adicto, comparada com outras ações dentro da política pública. Portanto, é preciso observar as experiências, ações e práticas, como elas ocorrem em suas redes de interações e quais são os principais desafios para a interdisciplinaridade dos programas. Por isso, é que se faz relevante a investigação dessas ações por diferentes lentes de observação.

1.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Considerando a questão do uso de drogas ilícitas como um problema transversal, que impacta as áreas da saúde, segurança, educação, assistência social e habitação, entre outros, é possível dizer que há diversos atores envolvidos na recuperação de dependentes químicos, quando se considera toda a amplitude do processo. Logo, é necessário compreender a participação dos atores, na identificação dos reais problemas no contexto do uso de drogas ilícitas. Desse modo, é importante observar as ações, quem são os atores e como acontece, na prática, a operacionalização da política pública sobre drogas no Brasil, ou seja, as ações que circundam e contextualizam o fenômeno.

Obviamente, deve-se considerar que as políticas públicas de drogas no Brasil não são frutos de um fenômeno isolado do contexto mundial. É preciso ressaltar que, inevitavelmente, são práticas influenciadas por acontecimentos internacionais, como a adoção de posturas proibicionistas ou de enfretamento, preconceitos e até como questão de saúde e segurança pública globais. No caso específico, o posicionamento proibicionista surgiu na sociedade americana, seguido por diversas convenções internacionais que buscavam discutir as questões relacionadas aos entorpecentes e que, mais tarde, direcionaram dispositivos legais que imputavam a criminalização com muitas deficiências na distinção de traficantes e usuários, entre muitos outros acontecimentos marcantes (ALVES, 2009; RIBEIRO; ARAÚJO, 2006; SANTOS; OLIVEIRA, 2013;

WESTERVILLE, 2021). Em uma seção específica será visto, de forma um pouco mais detalhada, esses acontecimentos.

Atualmente, ao se observar a política pública de drogas no Brasil, se veem ações de prevenção, atenção, combate ao tráfico e reinserção social, entre outras. Quanto à prevenção tem-se o exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) (CSSPPO, 2022) e outras campanhas publicitárias de conscientização. Em relação ao tratamento, existem as reconhecidas práticas das comunidades terapêuticas e clínicas, as quais, em grande parte, atuam com base no fomento governamental. Já no combate ao tráfico de drogas, há um grande esforço das secretarias de segurança pública, por meio das polícias militares e civis, polícia rodoviária federal, enfim, das forças de segurança, em geral. Quando se observam essas ações, tem-se a ideia de que muito se tem feito, obviamente não sendo o bastante, mas a reinserção não tem tido tanta atenção no processo de recuperação.

No campo da política pública, há discussões e disputas de compreensão da problemática que são, por vezes, paradoxais, como a lógica de guerra às drogas e a forma arbitrária, com a qual são definidas o que são drogas lícitas e ilícitas. Essa lógica e arbitrariedade geram uma violência associada, principalmente, em territórios mais vulneráveis, visto que, nesses espaços, o Estado atua de forma mais violenta no combate as drogas ilícitas, porém, às lícitas, não há repressão (FIOCRUZ, 2022). Portanto, observa-se que, a partir de uma definição, as consequências são distintas, sobretudo, quando uma compreensão está cercada do paradigma proibicionista e de criminalização.

E o que vem a ser a reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas? Ganevi e Lima (2011, p. 14) permitem uma introdução à concepção desse fenômeno:

No âmbito da vida de indivíduos que passaram a viver sob tal condição, a reinserção social se coloca, já desde o contexto do tratamento, como possibilidade de aqueles deixarem de reproduzir práticas que os levaram a situações de autodestruição, alienação, isolamento e/ou exclusão social.

Assim, para a reinserção social existir, o sujeito precisa passar pelo tratamento, pois no tratamento, começam as interações de relacionamento e reconstrução, no sentido de tentar reestabelecer ou formar laços, iniciando seus primeiros passos para a

reinserção social. No entanto, esclarece-se, o tratamento por si só, não constitui em reinserção social.

A promoção da reinserção social não é, dessa forma, algo simples, pois existem algumas barreiras para sua efetivação. Para Paiva *et al.* (2014, p. 698) “no contexto da prática profissional, a prerrogativa da reinserção social tem encontrado barreiras em se consolidar”. Reatar os vínculos familiares e outros atores da sociedade, não é uma tarefa tão simples, pois ainda existe a presença de preconceito e discriminação, situação passível a dependentes químicos no mundo do trabalho, motivos para exclusão e, até mesmo, de seus direitos de cidadania, sem falar no isolamento de seus círculos sociais primários, como família e amigos. Para a reinserção social desses sujeitos, almeja-se a sua integração ou reintegração em redes sociais (ALVES, 2009; SIQUEIRA, 2015). A promoção da reinserção social está prevista na Lei que dispõe sobre o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (BRASIL, 2019). Apesar de ser prevista em Lei, é necessário observar, mais de perto, como ocorre essa promoção, considerando-se, especialmente, além do aparato normativo-institucional, a visão e prática dos atores inseridos no processo.

Aliado aos desafios que a própria reinserção social carrega consigo, ainda não são tão claras as ações para esse fim, como as questões da prevenção, tratamento, recuperação, bem como o combate ao tráfico de drogas. A título de reflexão, se pensar em um “ciclo da recuperação” de dependentes químicos que perpassa pelo tratamento, recuperação e reinserção social, talvez a reinserção social estaria desassistida ou fora do foco no processo de combate às drogas ou recuperação de dependentes químicos, ou ainda, possivelmente, esse seria um dos fatores que provoca a reincidência de pessoas ao tratamento em clínicas e comunidades terapêuticas, não completando o ciclo de recuperação.

Em vista desse contexto, o problema de pesquisa busca averiguar como está a promoção da reinserção social, descrevendo a atuação e práticas dos atores que estão diretamente envolvidos nas ações de reinserção social, especialmente, as organizações da sociedade civil. O problema de pesquisa se expressa na seguinte pergunta: como os atores das organizações da sociedade civil, envolvidos com a política pública sobre drogas, atuam na prática da reinserção social?

Os pressupostos de pesquisa consideram que, nas ações e práticas da política pública de drogas no Brasil, existem aspectos limitadores para a promoção e conscientização da reinserção social de usuários ou dependentes de drogas. Os atores têm como um grande desafio, o preconceito e o medo por parte da sociedade, o que dificulta a articulação com empresas e outras instituições que poderiam atuar em conjunto, de forma mais efetiva, na promoção da reinserção social. Outro pressuposto diz respeito à abrangência das ações, pois, devido a grande demanda de egressos no sistema de tratamento, a assistência para a reinserção social é baixa, o que pode ser um dos aspectos influenciadores para reincidência dos sujeitos em clínicas e casas terapêuticas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho está em compreender as ações e práticas dos atores das organizações da sociedade civil, em torno da reinserção social de adictos de substância química no Estado de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos que operacionalizam a pesquisa consistem em:

- 1) mapear os atores envolvidos, que se relacionam com as organizações da sociedade civil na promoção da reinserção social;
- 2) descrever as ações e/ou práticas dos atores na reinserção social de adictos de substância química;
- 3) verificar como as organizações da sociedade civil se relacionam na promoção da reinserção social de adictos de substância química;
- 4) descrever, a partir da perspectiva dos atores, quais são os obstáculos e facilitadores para ações de reinserção social; e

- 5) analisar os avanços e limitações das ações das organizações da sociedade civil na reinserção social de adictos de substância química.

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização deste trabalho é fazer uma aproximação da problemática das drogas, sobretudo a temática da reinserção social, à área da administração pública. Isso se faz importante porque é preciso observar a prática das ações nesse contexto, como elas ocorrem, entender suas redes de interações, quais são os principais desafios para a interdisciplinaridade dos programas. Como se sabe, a questão de adicção à substância química trata-se de um problema público complexo e transversal, portanto, se faz relevante a investigação dessa prática, por diferentes lentes de observação, e a área da administração pública pouco têm explorado a questão específica da reinserção social.

Por meio de revisão sistemática, que teve como objetivo analisar quais são as áreas do conhecimento, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que mais publicaram estudos sobre a reinserção social de adictos de substâncias químicas no Brasil, observa-se, na Tabela 1, o resultado da distribuição dos artigos selecionados na revisão, em suas áreas de conhecimento e avaliação.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos em áreas de conhecimento e avaliação

Área do conhecimento	Área de avaliação	quant.	Total	%
Ciências da Saúde	Educação Física	2	25	64%
	Enfermagem	10		
	Saúde Coletiva	10		
	Medicina	2		
	Terapia Ocupacional	1		
Ciências Humanas	Psicologia	8	8	21%
Ciências Sociais Aplicadas	Serviço Social	4	5	13%
	Direito	1		
Educação	Educação	1	1	3%
			39	100%

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Com exceção de serviços sociais, embora sua representação ainda seja baixa em relação a outros cursos, a área de ciências sociais aplicadas, que abrange as áreas de avaliação (cursos) como administração pública, administração, direito, comunicação, informação e, até mesmo, demografia e economia, poderiam ter estudos e análises da população de pesquisa dentro desse contexto, apresentando as perspectivas dessas diferentes áreas.

No Quadro 1 são apresentados os artigos que tiveram o termo reinserção social expressos em seus títulos, o que indica que os estudos estão mais focados no aspecto da reinserção social. Os 39 artigos incluídos na revisão possuem o termo reinserção social em resumos e no corpo dos artigos. No entanto, notou-se que aqueles que possuem a indicação nos títulos, possuem uma análise da temática mais focada e objetiva na reinserção social. Na revisão dos trabalhos encontrados, apenas sete possuem a indicação da reinserção social em seus títulos. Desses, dois estão na área da ciência social aplicada em serviços sociais e cinco na área da ciência da saúde, em diferentes cursos.

Quadro 1 – Principais artigos encontrados na revisão

Nº	Título do artigo	Qualis	Área de avaliação	Abordagem de pesquisa	Citação
1	Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas: revisão da literatura	A2	Psicologia	Qualitativa	Sanches e Vecchia (2018).
2	A percepção profissional e comunitária sobre a reinserção social dos usuários de drogas	A2	Psicologia	Qualitativa	Paiva <i>et al.</i> (2014).
3	Reinserção social: processo que implica continuidade e cooperação	B4	Serviço Social	Qualitativa	Ganevi e Lima (2011).
4	Reinserção social de dependentes químicos residentes em comunidades terapêuticas	B2	Medicina	Quantitativo e qualitativo	Souza <i>et al.</i> (2016).
5	Tocando a vida: terapia comunitária integrativa como ferramenta de reinserção social para adictos	B4	Serviço Social	Qualitativa	Santos e Oliveira (2013).
6	Um papel para o pedagogo na reinserção social de usuários de drogas na cidade de Uberaba (MG) – 1990/2013	B3	Educação	Qualitativa	Pereira, Alves Filho e Jesus (2017).
7	Autonomia e reinserção social: percepção de familiares e profissionais que trabalham com redução de danos	B2	Enfermagem	Qualitativa	Rosa <i>et al.</i> (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O trabalho realizado por Sanches e Vecchia (2018), é uma revisão narrativa da literatura, em que buscou compreender a realidade da ambiguidade nas políticas sobre drogas, a respeito de definições de “reabilitação psicossocial” e “reinserção social”, bem como de “inclusão social”. No artigo, os autores analisaram, criticamente, sobre como tais expressões são abordadas na literatura científica no campo de álcool e outras drogas, e chegaram à conclusão de que apesar desses termos constituírem eixos importantes do tratamento de pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, não foi encontrado um aporte teórico ou metodológico que distinga, claramente, as fronteiras conceituais entre os termos ou que direcione as práticas técnico-profissionais das(os) psicólogas(os). Os autores também argumentam que termos pesquisados são frequentemente utilizados como sinônimos. Portanto, a revisão realizada pelos autores traz um importante debate para o campo, que obviamente não se reduz apenas às compreensões conceituais a respeito dos termos empregados, mas acima de tudo, traz uma reflexão das consequências que tais compreensões promovem na promoção do tratamento dentro da política de drogas.

A reinserção social de adictos de substância química tornou-se uma das principais estratégias da Política Nacional sobre Drogas. O artigo de Paiva *et al.* (2014) teve como objetivo compreender as percepções dos atores sociais inseridos nas políticas da saúde, assistência social e lideranças comunitárias, acerca do processo de reinserção social dos usuários de drogas. Os resultados da pesquisa foram sintetizados em quatro categorias principais: a percepção sobre o processo de reinserção social e sobre a rede intersetorial; estigma e drogas; família; e condições de trabalho. Os autores indicam para os desafios no processo de inserção efetiva dos usuários de drogas, em razão da existência de uma rede assistencial multissetorial, um profundo processo de estigmatização social, a naturalização do uso de drogas, a responsabilização da família, além da sobrecarga de trabalho nas políticas públicas.

Para a execução desta revisão sistemática da literatura foi realizada a aplicação da metodologia *Methodi Ordinatio*, proposta por Pagani, Kovaeski e Resende (2015). Com a finalidade de ordenar os artigos, esse método se difere de outras revisões sistemáticas pelo uso da equação *InOrdinatio* que considera três critérios de análises de

publicações científicas relevantes: o número de citações; o fator de impacto; e o ano de publicação. Foram considerados apenas estudos feitos no Brasil.

A pesquisa foi realizada em três bases de dados, Periódicos da Capes, *Web of Science* e *Scopus*. O limite temporal estabelecido foi de 16 anos, entre 1º de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2021. Com esse espaço temporal foi possível ter um retrato dos artigos publicados sobre a reinserção social. O limite temporal considerou a publicação da Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 que prescreveu medidas mais direcionadas a prevenção, atenção e reinserção social.

A política pública sobre drogas no Brasil, prevê diversas ações que vão desde a prevenção, tratamento, recuperação, combate ao tráfico e reinserção social. Portanto, as ações previstas na legislação sobre drogas são bastantes abrangentes, por isso, é relevante a investigação dessas ações, vindas de diferentes áreas do conhecimento. Vale ressaltar, que na revisão foram analisados estudos que trabalharam a reinserção social de forma específica, ou seja, não foram considerados outros temas que, eventualmente, poderiam ser mais bem tratados pelas diferentes áreas do conhecimento.

A justificativa pessoal para a realização deste trabalho, consiste na história de vida do próprio pesquisador e sua relação com a questão da dependência química. Nascido na cidade de São Paulo/SP, e após um processo de separação dos genitores, mudou-se, na infância, com o pai, dois irmãos e a madrasta para a cidade de Sorocaba/SP, onde foi criado em uma de suas periferias. Infelizmente, no início de sua adolescência, entre 13 e 14 anos aproximadamente, envolveu-se com o uso abusivo de drogas ilícitas e no auge da adicção, chegou a morar em condição de rua. Após muitas tentativas de internação em hospitais por parte da família, sem muito sucesso, em 31 de janeiro de 2008, com 18 anos de idade, o pesquisador entra no processo de recuperação no Grupo de Apoio ao Combate às Drogas e Álcool Santo Antônio (Grasa), organização da sociedade civil e reconhecida como Entidade de Utilidade Pública na cidade de Sorocaba-SP, sendo o primeiro e único tratamento realizado em casas de recuperação. A partir dessa trajetória pessoal e conhecendo a importância do papel que as organizações da sociedade civil possuem na promoção da reinserção social, esse trabalho tem como motivação pessoal, investigar e conhecer melhor a dinâmica das

organizações civis nesse contexto, podendo contribuir para as suas práticas, a partir das reflexões aqui levantadas.

1.4 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

A contribuição científica se dá pelo desenvolvimento do conhecimento na área da administração pública. Por meio de uma revisão sistemática sobre a reinserção social, foi possível conhecer melhor quais áreas do conhecimento têm investigado mais sobre a questão, o que sinalizou a necessidade de investigação e discussões da área da administração pública nesse contexto. Portanto, fazer uma aproximação da temática para o campo da administração pública, especialmente, com a perspectiva do papel das organizações da sociedade civil no processo de reinserção social, é uma rica contribuição. Evidentemente, não somente para o campo da administração pública, mas também, para as demais áreas do conhecimento.

A contribuição prática, ao trabalhar essa temática a partir dos atores, amplia a capacidade de participação ativa como processo democrático na construção de políticas públicas e da ação social governamental, bem como, dá visibilidade adequada ao processo de reinserção social, estabelecendo um lugar na política pública e permitindo um olhar crítico e reflexivo sobre a problemática.

Por fim, a contribuição social, para os atores das organizações da sociedade civil que atuam na temática da reinserção social, sendo aqueles que participarão diretamente do processo de investigação ou aqueles que terão esse estudo como produto final, uma dissertação realizada em uma universidade estadual dentro de um importante centro de administração como a Esag/Udesc, pode representar a importância do papel e atuação que eles, os atores, possuem dentro da arena de atuação em toda temática sobre drogas, destacando, assim, que a reinserção social deve ser considerada da mesma forma que as demais etapas do processo de recuperação.

De igual forma, contribui com a pesquisa e com o grupo de pesquisa, Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), ao qual esta dissertação encontrou amparo para a sua orientação, e poderá contribuir, não somente por olhar para uma política pública a partir dos seus atores, como também, por vivenciar uma dinâmica social

complexa e que poderá contribuir com os estudos hoje em andamento e com os próximos estudantes e bolsistas que venham a pesquisar a temática, ou até mesmo, buscar conhecer o caminho metodológico empreendido.

Para a universidade, a dissertação pretende somar com os outros diversos estudos, destacando, ainda, o papel social da instituição com um tema que pode contribuir de forma prática para o campo das organizações da sociedade civil e, especialmente, para gestores e todos aqueles que querem pensar sobre a política pública aqui estudada, tão sensível e necessária à sociedade.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PRAGMATISMO COMO PONTO DE PARTIDA

Antes de qualquer coisa, ressalta-se que, quando se trata de pragmatismo na atualidade, não se fala apenas em uma única concepção. Mas refere-se a um vasto universo e incrivelmente rico de diferentes contribuições, com distintos pensadores das mais diversas áreas do conhecimento.

O pragmatismo está inteiramente relacionado ao pensamento da ação e prática. De acordo com Lawhead (2010), o pragmatismo é a filosofia que traz uma ênfase de relação íntima entre o pensamento e a ação, definindo o significado das concepções em termos de efeitos práticos, relacionando os efeitos práticos com a verdade das crenças e como elas orientam o sucesso das ações. Portanto, o que interessa, na visão pragmatista, são os efeitos práticos.

O pragmatismo é uma tradição filosófica que entende conhecer o mundo como inseparável da ação. O que trouxe ricas e, às vezes, contrárias interpretações, dentre elas, a ideia de que todos os conceitos filosóficos devem ser testados por meio de experimentação científica; que uma afirmação é verdadeira se somente for útil; que a experiência consiste em transacionar, em vez de representar a natureza; que a linguagem articulada repousa sobre um leito profundo de práticas humanas compartilhadas; e que nunca podem ser totalmente “explicitadas” (STANFORD, 2021). Desse modo, essas seriam algumas posturas iniciais do pragmatismo, de forma bastante abrangente, uma noção do conhecimento que leva em consideração uma forte ênfase na ação e nos efeitos práticos.

Hoje compreendida como uma corrente ou doutrina filosófica e, também, como uma perspectiva epistemológica no campo das ciências sociais, o pragmatismo clássico surgiu no início do século XX. A partir das produções de Charles S. Peirce, William James e John Dewey, entre outros, como George Herbert Mead e diversos autores de décadas recentes. O vocábulo pragmatismo é oriundo da palavra grega *prágma*, que tem o significado de fazer e indica ação, ato ou caso. De acordo com a antropologia pragmática de Kant, pragmatismo é a ética prática. Na perspectiva Kantiana, o horizonte pragmático

representa à adaptação do conhecimento à finalidade moral, aos fins da vida prática, do agir (NASCIMENTO, 2011; STANFORD, 2021). Portanto, é necessário rever os debates iniciais, passando pelos três principais autores do pragmatismo, conhecidos como os “fundadores” do pragmatismo clássico, depois revisitar as noções de investigação e experiência, as dimensões de ação e prática e, finalmente, a evolução do pragmatismo e algumas contribuições de autores recentes.

2.1.1 Os “fundadores” e suas primícias

O primeiro autor é Charles S. Peirce, americano, nascido na cidade de Cambridge em 1839 e seu falecimento foi em Milford em 1914, considerado o pai da semiótica e com relevantes contribuições à lógica, matemática e filosofia. Os debates que Pierce apresentou, em seu tempo, já traziam um caráter experimentalista, em que a ação apresenta uma referência exclusiva àquilo que afeta os sentidos, a ideia conhecida sobre qualquer coisa é a experiência sensível a elas, assim, o autor desenvolveu a noção que resultou como a máxima do pragmatismo (COMETTI, 2010; NASCIMENTO, 2011; PEIRCE, 1993; MATARAZZO; SERVA, 2017). O pragmatismo, para Pierce, seria uma tentativa de um método capaz de determinar o verdadeiro sentido dos conceitos, doutrinas e signos, entre outras coisas.

O próximo autor que contribuiu expressivamente foi William James. Nasceu em Nova York em 1842 e faleceu em 1910, em Tamworth, graduou-se em filosofia na Universidade de Berlim, medicina em Harvard e depois tornou-se professor. James atribui a Pierce a origem do pragmatismo. James, algumas vezes, fazia conferências para discursar sobre o pragmatismo e, nesses encontros, reiterava que o pragmatismo era um novo nome para os velhos modos de pensar. Ele argumentava que não havia algo notadamente novo por essência sendo apresentado, pois o pragmatismo se relaciona harmonicamente com muitas filosofias antigas (MATARAZZO; SERVA, 2017; MENEGHETTI, 2007; NASCIMENTO, 2011). Portanto, para James, o pragmatismo é uma atividade intelectual comprometida com os temas e os problemas concretos da humanidade não sendo algo novo.

[...] Sócrates foi adepto do método pragmático. Aristóteles empregou-o metodicamente. Locke, Berkeley e Hume fizeram contribuições momentâneas à verdade por seu intermédio. Shadworth Hodgson insiste em que as realidades são somente o que sabemos delas. Esses precursores do pragmatismo, porém, usaram-no de maneira fragmentária: apenas o preludaram. Não foi senão em nossa época que se generalizou, tornou-se consciente de uma missão universal, aspirou a um destino conquistador. Acredito nesse destino, e espero poder terminar transmitindo-lhes toda a minha fé (JAMES, 1985, p.19).

Por fim, o terceiro autor reconhecido também como um dos fundadores do pragmatismo clássico é John Dewey. Nasceu no Estado norte-americano de Vermont em 1859 e faleceu em 1952. Filósofo e importante figura da pedagogia, foi na Universidade de Vermont que fez sua graduação e onde também exerceu o ofício de professor secundário, depois fez doutorado pela Universidade John Hopkins. Dewey vinculou-se ao pragmatismo depois de alguns anos de produção intelectual, porém, é possível afirmar que ele sempre esteve ligado ao pragmatismo, por sua postura profissional, pois foi um defensor da aplicação da ação e da atividade na área na educação. Portanto, John Dewey usou do pragmatismo pela via social e política, muito pelas suas preocupações comunitárias (MATARAZZO; SERVA, 2017).

Segundo Nascimento (2011, p. 51) “Dewey articula as ações educacionais com os princípios filosóficos do pragmatismo. A educação é o espaço de aplicação da doutrina pragmatista, é o laboratório de aprendizagem da democracia, de aprendizagem do pensar”. John Dewey tem importantes contribuições, sobretudo, nas práticas pedagógicas, é com o seu envolvimento com as questões educacionais que em 1896 Dewey ajudou a fundar a Escola Laboratório da Universidade de Chicago, uma escola planejada para testar suas teorias pedagógicas e psicológicas, além de outras causas políticas e sociais no cotidiano da vida americana (WAAL, 2007). John Dewey é o autor que vai influenciar, fortemente, os autores atuais, que utilizam o pragmatismo como postura epistemológica de compreensão e investigação dos problemas públicos.

Para Chateauraynaud (2017, p. 1), “nem racionalista, nem relativista, o ponto de vista pragmático confere um verdadeiro estatuto epistêmico às experiências e aos diferentes procedimentos utilizados para ligá-las aos processos coletivos”. A seguir, se verá um pouco sobre as concepções de investigação, experiência e as dimensão da ação e prática no pragmatismo.

2.1.2 A noção da investigação

A epistemologia pragmatista busca explorar como é possível realizar a investigação de uma maneira autocontrolada e que produza resultados. Em contraste com uma epistemologia analítica, que gira em torno do conceito de conhecimento, entendido como um ponto final idealizado no pensamento humano, a epistemologia pragmatista gira em torno do conceito de investigação, entendido como o processo de busca de conhecimento e como é possível melhorá-lo. Trabalhos de relevância como de Cooke (2007) e Haack (1993) trouxeram importantes reinterpretações e defesas recentes da epistemologia pragmatista.

Dentro do pragmatismo, a concepção de investigação foi fortemente marcada no livro de Dewey de 1938, *Logic: the Theory of Inquiry*. Em sua obra, Dewey vê a investigação, como começando com um problema que objetivava uma transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma que é tão determinada em suas distinções e relações constituintes. O padrão de investigação que Dewey descreve é comum à coleta de informações de animais, solução de problemas práticos, investigações de senso comum do entorno e investigação científica. Dewey reconhece que, quando se enfrenta um problema, a primeira tarefa é buscar compreendê-lo, descrevendo seus elementos e identificando suas relações. Identificar uma pergunta concreta que se precisa responder, é um sinal de que se está progredindo (DEWEY, 1938). Portanto, a investigação começa com a identificação de um problema que precisa ser respondido.

De acordo com Lawhead (2010), Dewey acreditava que o método científico, amplamente concebido, poderia levar a sociedade a soluções criativas para os problemas educacionais e sociais. Na sua concepção, não havia dicotomia entre ciência e valores humanos. Para Dewey, a ciência pode ter sucesso, apenas no contexto de comunicação livre, ação livre e diálogo mútuo, que inclui tantos pontos de vista quanto possível.

Os diferentes tipos de investigação que Dewey (1938) encontrou, são evidências de seu naturalismo e de seu reconhecimento de que as formas de investigações científicas podem direcionar as pessoas em todas as áreas da vida. Em certo sentido, toda investigação é prática, preocupada em transformar e avaliar as características das

situações em que as pessoas se encontram. A investigação compartilhada dirigida à resolução de problemas ou indeterminações sociais e políticas, também foi central para a concepção de Dewey de uma vida boa e, correlativamente, do ideal democrático. Outros trabalhos relativamente recentes desenvolveram essa noção (MISAK, 1999; TALISSE, 2008; WESTBROOK, 1991).

Portanto, a investigação como uma atitude prática e com uma postura científica frente as situações problemáticas, deve ser, também, uma investigação compartilhada, ou seja, o entendimento e as soluções de problemas ou indeterminações sociais e políticas podem estar tão próximas, quando entendidas de forma coletiva. Neste estudo, incorporando essa noção de investigação, ao lidar com o problema público das drogas e, em específico, com a reinserção social, a iniciativa principal é buscar compreender, descrever seus elementos e identificar suas relações.

2.1.3 A concepção da experiência

Os autores do pragmatismo clássico enfatizam a atenção para a experiência. Segundo Wilson (2016), o pragmatismo é uma forma de empirismo, ou seja, o conhecimento vem da experiência. Para Nascimento (2011), Peirce levava em conta a experiência ao extremo da investigação, tanto James quanto Dewey deram experiência a função de teste da verdade, pois é na experiência que são dadas as condições de verdade. Portanto, a noção de experiência é tanto um conceito como uma postura central no pragmatismo, a seguir é possível ver como é compreendida essa experiência.

Aquilo que é idealizado vem das experiências. Segundo James (1985, p. 22), “as ideias não são senão partes de nossa experiência, elas tornam-se verdadeiras na medida em que nos ajudam a manter relações satisfatórias com outras partes da nossa experiência”. Essa concepção não apresenta uma definição única e exclusiva à noção de experiência em toda obra do pragmatismo, no entanto, apresenta uma concepção importante ao trazer a percepção de que aquilo que está no mundo das ideias, vem daquilo que é vivenciado, ou seja, não há ideias constituídas sem uma experiência anterior.

Em sua obra clássica *Variedades da Experiência Religiosa: Um Estudo Sobre a Natureza Humana*, James (1902) introduziu uma filosofia da experiência e conduziu uma abordagem pragmática da questão religiosa. Nessa obra, a religião é considerada como uma experiência e uma vivência, e não apenas como uma crença na experiência alheia. No paradigma Newtoniano-Cartesiano, era mais aceitável e propagado uma tendência de pôr, em segundo plano, a experiência religiosa à categoria da mera fantasia. Observa-se, portanto, a experiência como investigação e teste da verdade, pois na experiência se constitui as práticas religiosas.

Com os pioneiros do pragmatismo, no campo da filosofia, as discussões estavam em torno de compreender a construção do conhecimento e da verdade. Segundo Shook (2002), na “teoria do conhecimento”, o principal problema era buscar ou dar uma resposta à questão sobre como se dá o conhecimento e o que é a verdade, e o pressuposto é que pela investigação inteligente, o ser humano pode conhecer as coisas. “O pragmatismo não usa a ideia de uma verdade ou realidade que transcenda completamente todo conhecimento humano” (SHOOK, 2002, p. 15). Logo, é nessa investigação inteligente que está a dimensão da experiência.

Segundo Dewey (1959), a experiência e a investigação inteligente não dizem respeito a processos que acontecem na cognição de observadores de forma passiva, no entanto, ocorre como processos naturais, toda vez que as pessoas interagirem e atuam em seu ambiente. A investigação inteligente é a capacidade humana, de acordo com experiências passadas ou anteriores, de projetar ou sugerir propósitos e métodos para se produzirem experiências novas e melhores. Com isso em mente, a experiência é o alicerce da investigação inteligente, sendo, portanto, a base do conhecimento.

A experiência é um conceito central na obra de Dewey, o autor buscava, por meio da reconstrução da filosofia, uma aproximação entre experiência e natureza, uma discussão que o autor trabalhou no livro *Experiência e Natureza* (DEWEY, 1958). Em sua obra, a experiência pode ser entendida de duas formas: i) se refere aquilo que os sujeitos fazem e provam; e ii) se refere a forma como os atores fazem suas ações (DEWEY, 1958, 1959). Portanto, a experiência está ligada ao próprio ser humano, que traz consigo produções antigas, fruto de interpretações e significados.

A experiência possui características de continuidade e interação. Segundo Dewey (1952, 2010), a experiência acontece continuamente, porque a interação do ser vivo com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver, considera-se, então, o princípio da continuidade de experiência ou *continuum experiencial*. Esse aspecto da experiência, no pragmatismo, é extremamente relevante, pois as experiências ocorrem de forma contínua, levando em consideração os acontecimentos passados que contribui para as experiências futuras. Essa dinâmica também não ocorre sem a interação das pessoas com as outras e com o ambiente em que elas se encontram. Desse modo, a continuidade e a interação são duas noções que abrem a dimensão para o entendimento do que vem a ser essa experiência.

A interação de organismos e ambiente faz parte de um único processo na concepção da experiência. A experiência está antes e depois de qualquer processo de organização dinâmico de um sistema em contínua transformação, que compreende a interação entre um organismo e seu ambiente. Essa interação entre organismo e ambiente não são questões independentes, no entanto, pertence a um único processo que é relativo um ao outro. Esse sistema apresenta diversas fontes de desequilíbrio, como tensões, resistências, incompatibilidade e contradições (QUÉRÉ, 2002). Dessa forma, a experiência não acontece de forma isolada, existe um relacionamento entre atores e seus ambientes e essa relação é cercada das mais variadas e diferentes reações.

A experiência é composta pela noção de experiência integral e singular. Existe forma na experiência integral ou inteira, isso é possível porque existe organização dinâmica, e nessa dinâmica, leva-se em consideração o fator tempo para ser concluída. A experiência singular é composta por uma unidade que lhe confere seu nome – aquela refeição, aquela tempestade, aquele rompimento da amizade –, a existência dessa unidade é constituída por uma qualidade única que perpassa a experiência inteira (DEWEY, 2010). Assim, a experiência integral possui o componente tempo, que configura a organização dinâmica e que se relaciona com o princípio da continuidade. A experiência singular, de outro modo, diz respeito aos acontecimentos particulares e únicos dos indivíduos.

Há, também, na obra de Dewey, a noção da “reconstrução da experiência”. Segundo Dewey (1959, p. 110), “servimo-nos de nossas experiências pretéritas para construir novas e melhores no porvir. Por esta forma, o próprio fato da experiência inclui o processo pelo qual ela se conduz em seu próprio aperfeiçoamento”. Portanto, uma noção crucial, como já foi abordado anteriormente, que considera a ideia de que é a partir dos acontecimentos passados que se constroem experiências novas, e para além disso, essa reconstrução da experiência é considerada um processo que leva a condições melhores. O fato é que a sociedade está sempre em constante e contínua mudança, assim sendo, é na observação da experiência que se torna possível entender e lidar com os problemas.

Assim, a epistemologia deve se concentrar menos no ‘conhecimento’ (um substantivo) e mais sobre ‘saber’ (um verbo). Porque o mundo está mudando, nossa sociedade está mudando, e nossa experiência está mudando continuamente, conhecer o mundo é um processo contínuo e ativo em vez do acúmulo de resultados estáticos e acabados. Para os pragmatistas, a cognição é uma maneira de lidar com os dilemas, perplexidades e problemas que surgem na experiência e encontrar soluções criativas que nos permitirão agir de forma eficaz (LAWHEAD, 2010, p. 157, tradução nossa).

A noção da experiência no pragmatismo, especialmente apresentada por Dewey, compreende a interação e a relação com o meio. O relato da experiência de Dewey contribui com uma reviravolta adicional, pois assim como Peirce, ele pensava que a experiência era “cheia de inferências”, mas pode-se argumentar que levou a noção mais longe do mero conteúdo da consciência individual do que qualquer pragmático anterior. Para Dewey, a experiência é um processo, por meio do qual se fazem transações com o entorno e se atende às necessidades (STANFORD, 2021). Para além de todas as contribuições ao campo da filosofia e, em especial, da educação, é oportuno destacar que a partir das contribuições de Dewey como se viu até aqui, que a sociologia, particularmente “sociologia pragmática francesa”, trará importantes contribuições.

A sociologia pragmática francesa desenvolveu importantes abordagens para tratar do público, problemas públicos, arenas públicas, ações coletivas, processos coletivos e experimentação democrática (CEFAÏ, 2009, 2017; CHATEAURAYNAUD, 2017; QUÉRÉ, 2002). Não existe realidade social sem a experiência, de acordo com Andion, Alperstedt e Graeff (2020, p. 187), “em outras palavras, a realidade não pode ser definida como um

todo harmonioso, um pano de fundo que está fora de nós; ela se produz a partir da experiência do mundo, a partir da interação entre as criaturas vivas seu meio”. Essa interação é um processo dinâmico, e que precisa ser levada em conta na observação da realidade social.

No campo público, a experiência no pragmatismo trata-se de uma ecologia da experiência pública. Segundo Cefaï (2017), convencionalmente buscava-se compreender a dimensão da construção dos problemas sociais. No entanto, no pragmatismo, a questão está focada na ecologia da experiência pública. Na experiência: existe a dimensão de um distúrbio, que nasce de provas afetivas, sensíveis e avaliativas de situações do cotidiano que sofreram perturbações ou desordem, e a partir daí, surgem as investigações para compreender em que consiste esse distúrbio e extrair uma experiência dele. Na ecologia: a experiência deve ser recuperada no seu “*habitat experiencial*”, nas transações que as formas de vida mantêm com seus ambientes. (CEFAÏ; TERZI, 2012; MEAD, 1934; QUÉRÉ; TERZI, 2015).

Como visto na ecologia da experiência, existe a dimensão do distúrbio, e que esse acontece dentro de um ambiente ou contexto. Segundo Quéré e Terzi (2015), os distúrbios podem ser de qualquer natureza ou de todo tipo e demonstram um certo envolvimento nas situações, próximas ou distantes, reais ou imaginárias. De acordo Dewey (2010), existe aí uma dimensão de paixão coletiva, inerente à provação do distúrbio. Portanto, no contexto dos problemas sociais se observa que esses se constituem a partir dos distúrbios, e por meio das percepções desses é que surgem as experiências de soluções.

A partir da identificação dos distúrbios é que surgem as experiências coletivas. De acordo com Cefaï (2017), uma intervenção de uma experiência coletiva é o motivo para que o distúrbio seja problematizado e publicizado para que as pessoas entendam com o que estão lidando e o que fazer com a situação. As pessoas, portanto, alteram seus critérios de entendimento dos distúrbios e expandem suas compreensões com clareza, na tentativa de converter o distúrbio em um problema ou uma questão, da qual possuem informação, e a partir daí, criam oportunidades de ação. Essa dinâmica cria, então, um campo de experiência coletiva, com “modos de ver, dizer e fazer de sentido comum, articulados por uma rede de números, categorias, tipos, relatos e argumentos disponíveis

que permitem apreender um estado de coisas como um problema identificável e reconhecível” (CEFAÏ, 2017, p. 192). Dessa forma, a experiência coletiva é um processo que perpassa a interação das pessoas com os distúrbios, por meio da identificação dos problemas e no engajamento de soluções.

A experiência leva em conta um conjunto de hábitos e usos ou costumes. São esses hábitos conjuntos que constroem ou organizam uma ordem moral (DEWEY, 2010). Para Cefaï (2017), esse campo de experiência proporciona, de forma prática, experimentar as diferentes formas ou tipos de sentimentos morais, que podem ser direcionados para o bem ou para o mal. Esses sentimentos são uma forma de indignação e expressão que as pessoas compartilham entre elas. Portanto, observa-se que esse campo de experiência é cercado de questões antropológicas e sociais das quais as pessoas usam para estabelecer uma ordem moral compartilhada.

Ao observar a experiência no ambiente em que elas acontecem, é preciso analisar de forma ativa e compreender as dinâmicas que cercam tais experiências. De acordo com Dewey (1938), o campo de experiência precisa ser retomado do ponto de vista de uma antropologia das operações de avaliação dos pesquisados. Além disso, há uma compreensão de experiência estética, que não se trata de uma observação passiva e de objetos, no entanto, trata-se de uma contemplação ativa e dinâmica de situações repleta de vida, e a dimensão da dinâmica, não é imposto de fora para dentro, mas feito das relações e interações (DEWEY, 2010).

Pode-se, portanto, dizer que a experiência tem, em última análise, uma forte relação com a interação. De acordo com Mead (1934), a experiência é, por fim, uma troca interacional. George Herbert Mead é a principal referência do interacionismo simbólico, mas para a maioria dos interacionistas, foi com os textos e os ensinamentos de Herbert Blumer que o interacionismo simbólico ganhou uma exponencial relevância. Essa abordagem deriva da filosofia pragmatista, talvez a tradição filosófica norte-americana mais comprometida com a melhoria do mundo. Os interacionistas se dedicaram tanto à questão da pesquisa sobre política em geral como também, aos domínios políticos, aplicados a questões específicas (DAFT; WEICK, 2007).

A noção de experiência, na perspectiva pragmatista, tem uma relação próxima com o interacionismo simbólico, em consequência de tais teorias terem ontologias

similares. Segundo Cefaï (2017, p. 196), “A experiência dos distúrbios tem uma dimensão estética, experimental e interacional e está ligada a uma capacidade de sentir, julgar e agir que se transforma graças ao tipo de transações que uma pessoa empreende com seus diversos ambientes”. A interação simbólica, de acordo com Daft e Weick (2007, p. 276), “hoje influencia cada vez mais áreas ‘profissionais’, como o serviço social, a enfermagem, a educação e as artes cênicas. Na prática, a pesquisa interacionista se mostra valiosa para os que desejam fazer do mundo um lugar melhor e mais seguro para se viver”. Dessa forma, como visto anteriormente, a experiência leva em consideração as interações com o meio.

Considerando todas as noções vistas sobre a experiência, desde ser um elemento fundamental da teoria do conhecimento no pragmatismo, os princípios de continuidade e interação, a noção de processo, a dimensão integral ou inteira e singular da experiência e, finalmente, a noção da reconstrução da experiência. Por meio dessas perspectivas busca-se, então, compreender a reinserção social em sua experiência, pois são elementos essenciais para compreender o fenômeno, visto que a própria ideia de reinserção social leva em consideração aspectos de continuidade, interação e processo por exemplo, além das outras noções que se relacionam, de alguma forma, com a reinserção social. Assim sendo, segue-se para a compreensão das dimensões de ação e prática.

2.1.4 A dimensão da ação e prática

A ação e a prática é uma porta de entrada fundamental para compreender o mundo. De acordo com Lawhead (2010, p. 155), “toda crença é como uma hipótese científica e toda ação baseada sobre essa crença é como um experimento que confirma ou refuta a viabilidade dessa crença”. O pragmatismo não fica confortável longe dos acontecimentos, ou seja, dos fatos, não é natural para o pragmatismo atuar na base das abstrações (NASCIMENTO, 2011). Portanto, a dimensão da ação e da prática é crucial para a compressão dos acontecimentos e dos fatos da vida humana.

Como visto anteriormente, o conhecimento é concebido por uma investigação inteligente. Segundo Dewey (1958), a ideia é refletir de forma diferente, tendo em mente

que o conhecimento só faz sentido se for configurado como uma atividade inteligente, inserindo a complexidade da experiência que funciona no mundo, por meio dos processos de ação e reflexão. De acordo com Meneghetti (2007, p. 2), “o pragmatismo é entendido como uma doutrina, em que as ideias são instrumentos da ação, isto é, só têm utilidade quando produzem efeitos práticos. Sua força está, particularmente, na aplicação prática, ou seja, na ideia que se consolida em ação”. Assim sendo, a ação é uma dimensão elementar e tem relação íntima com a prática.

A dimensão da ação está intrinsecamente relacionada à experiência. A experiência é também uma situação, compreendida não como algo estático, no entanto, leva em conta as interações e os processos que acontecem em seus contextos e ambientes. Desde os processos mais simples até os mais complexos, a experiência é o início da investigação, pois essa experiência é, também, uma ação e atividade dos organismos com o meio que se encontram (TEIXEIRA, 2018). Observa-se, então, que não há experiência sem uma ação, sendo essa uma atividade efetuada em interação com o meio.

Há uma característica de dinamicidade na experiência, que compreende as ações que acontecem de forma ativa e passiva. De acordo com Dewey (1958), há dois modos nessa dinamicidade: i) ativa quando atua sobre alguma coisa e sua ação produz consequências; e ii) passiva quando sofre ou passa por algo e recebe as consequências de sua ação. Esse processo causa a qualidade da ação, que não é exclusivamente ativa nem passiva, na experiência, essas ações acontecem simultaneamente (DEWEY, 1958; TEIXEIRA, 2018). A ideia, portanto, é observar que a construção das experiências é composta por ações que produzem e que recebem consequências. Nesse sentido, as ações produzidas, sejam ativas ou passivas, são essenciais na compreensão da constituição da ação. No contexto da resolução de problemas públicos, é interessante compreender quais coletivos atuam ativamente e quais atuam passivamente, nesse sentido, no campo da sociologia buscou-se observar a ação coletiva, por meio das teorias da ação racional e da mobilização dos recursos.

De acordo com Cefai (2009, p. 12), “tendia a reduzir todas as iniciativas de mobilização coletiva a cálculos de interesse, material ou simbólico”. Já na perspectiva pragmatista, “a questão de base não recai mais sobre os ‘determinantes estruturais’ e os ‘cálculos racionais’ da ação: substitui a platitudo da ação instrumental por arquiteturas

complexas da situação, da pessoa e do coletivo” (CEFAÏ, 2009, p. 14). Portanto, a contribuição do pragmatismo para olhar a ação, considera a conjuntura complexa das situações, dos indivíduos e dos coletivos.

Nessa ação coletiva existe uma inteligência cooperativa. Segundo Dewey (1927), essa inteligência cooperativa se desdobra e configura a experiência dos atores e, que direciona assim, o envolvimento na ação coletiva. De acordo com Cefaï (2009), o curso da ação não é regular ou padrão. Com frequência toma direções imprevistas, desenha-se em diferentes possibilidades, sai do rumo das expectativas dos atores e estabelece que se considere vantagens e desvantagens. Observa-se, dessa forma, duas características notáveis da ação coletiva, o aspecto da inteligência cooperativa dos atores e a noção de que não se trata de uma ação regular ou idêntica, mas há uma variação em seu percurso.

Como já sinalizado, a ação é concomitante com a experiência, e as ações em suas experiências ocorrem em relação as diferentes situações com o meio. Para Cefaï (2009), “a ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes. E produz, simultaneamente, critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles”. Dessa maneira, não é possível imaginar uma ação isolada, há uma característica de vínculo com o ambiente, por meio do qual os atores compreendem as situações e se organizam.

No pragmatismo há uma forte ênfase aos efeitos práticos. Segundo Peirce (1983, p. 7) “para determinar o sentido de uma concepção intelectual devem-se considerar as consequências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade e da concepção; e a soma dessas consequências constituirá o sentido total da concepção”. Portanto, o sentido daquilo que se pensa é, em última análise, representado em efeitos práticos, e de forma reversa, são os efeitos práticos que dão sentido ao que se pensa.

Para superar as disputas teóricas, a proposta do método pragmático é focar nas consequências práticas. De acordo Kinouchi (2007), James sempre trabalhou no sentido de expandir o pragmatismo para as questões vitais da existência humana. Logo, o pragmatismo deixa de lado as disputas filosóficas e considera, em última instância, as consequências práticas.

De acordo com Nascimento (2011), enquanto o racionalismo se apega à lógica e o empirismo aos sentidos externos, o pragmatismo como uma teoria da complexidade está disposto a considerar tudo. Terminantemente, a questão da prática torna-se central, “se não pode ser traçada nenhuma diferença prática então qualquer das alternativas significam praticamente a mesma coisa, e toda disputa é vã” (JAMES; DEWEY; VEBLEN, 1974, p. 10). Desse modo, o pragmatismo coloca a prática como centro da disputa no campo da filosofia, se não há efeitos práticos a discussão é vazia.

A compreensão de prática no pragmatismo, eventualmente, se difere da noção disseminada nas ciências sociais. A escolha pela concepção pragmatista de prática, em oposição ao interesse da noção mais usada nas ciências sociais, compreende a prática como uma forma tácita, reveladora das formas de reprodução ou produção da ordem social. A observação da prática, aqui, é justamente entender as rupturas, as possibilidades de transformação, ressignificação, descontinuidade, novas formas de organização, de novo arranjos socioterritoriais, de novas formas de fazer, centrados na autonomia individual e social e no potencial criativo da espontaneidade, do imprevisto, da gestão social e da construção coletiva de soluções (PERES, 2020).

Pode-se observar como a noção da prática pragmatista pode colaborar nas análises. A prática pode ser vista como categoria analítica, por três razões principais: i) porque abre o caminho para a construção de uma matriz analítica que viabilize o estudo de “experiências públicas”; ii) porque a observação das práticas e das suas articulações, no tempo e no espaço, permite a emergência de uma mesoescala de análise, em que as ações isoladas, de atores individuais (situados na escala microssociológica), as ações de pequenos grupos e os rebatimentos dessas ações em instituições, entidades e estruturas macrossociais se articulam, construindo pontes entre o mundo da política cotidiana e o mundo da política institucional; e iii) porque permite um olhar radicalmente sociocêntrico (e, também, contra-hegemônico), uma vez que a noção pragmatista de prática não hierarquiza nem práticas nem atores (FREGA, 2016; PERES, 2020).

Com as perspectivas de John Dewey, Magalhães, Andion e Alperstedt (2020, p. 684), consideram que, “o conhecimento acerca dos problemas vivenciados se dá na experiência, a partir de um processo de inquirição com os demais atores em torno desses problemas”. Ou seja, por meio das práticas e ações das experiências dos atores que

cercam determinados problemas é que se pode também ter conhecimento desses problemas e ter um melhor retrato da realidade social. A seguir será vista a evolução do pragmatismo e algumas das contribuições dos autores recentes.

2.1.5 A evolução do pragmatismo e autores recentes

Conforme documentado por Thayer (1968), havia pragmáticos em Oxford, na França e, especialmente, na Itália, nos primeiros anos do século XX. Seria equívoco concluir que o pragmatismo se restringiu aos Estados Unidos ou que os únicos pensadores da tradição do pragmatismo importantes foram Peirce, James e Dewey. (STANFORD, 2021).

No entanto, nos Estados Unidos muitos outros nomes importantes do pragmatismo podem ser citados. Um grande nome no pragmatismo, de importância comparável, foi George Herbert Mead, cuja contribuição para as ciências sociais foi notada (MEAD, 1934). Lewis, o professor de Quine e de várias gerações de filósofos de Harvard, desenvolveu uma filosofia que era uma espécie de kantismo pragmático. Murphey (2005) o identificou como “o último grande pragmático”. Em livros como *Mind and the World Order*, Lewis (1929) defendeu uma concepção pragmatista *a priori*, sustentando que as escolhas de leis de lógica e sistemas de classificação deveriam ser determinadas por critérios pragmáticos (LEWIS, 1923, 1929; MURPHEY, 2005).

Mais recentemente, novos estudiosos continuaram trabalhando o pragmatismo, por vezes refutando e contrariando postulados clássicos, o que vem a ser reconhecido como neopragmatismo. Entre os autores pode-se citar Richard Rorty, que tratava o “pragmatismo” como um projeto filosófico mais crítico ou terapêutico. Hilary Putnam, às vezes, negou que ele seja um pragmático, porque ele não acha que uma explicação pragmática da verdade pode ser sustentada. Na realidade, ele mostra pouca simpatia pela máxima pragmática. No entanto, ele escreveu extensivamente sobre James, Peirce e Dewey, entre uns dos principais trabalhos desses autores (PUTNAM, 1993, 1994a, 1994b, 1994c; RORTY, 1980, 1982).

Um renascimento pragmático é encontrado na obra de Robert Brandom. Os interesses filosóficos de Brandom são bastante diferentes daqueles dos pragmáticos

clássicos, dos quais ele é bastante crítico. Ele vai além para discutir como diferentes vocabulários entendidos pragmaticamente podem ser traduzidos em, ou reduzidos a um outro, construindo, assim, uma descrição geral da relação entre “dizer” e “fazer” que ele espera, formará uma base para a reintegração da filosofia analítica e pragmatista (BRANDON, 2008, 2011).

Outra incursão recente e notável na pragmática normativa de inspiração pragmatista é encontrada na obra de Jürgen Habermas, um filósofo da Escola de Frankfurt que se engajou com amplitude e sem paralelo, em toda a paisagem da filosofia do século XX. Ele consegue combinar o objetivo dos filósofos analíticos de teorizar, sistematicamente, a linguagem com uma crítica neomarxista e hermenêutica da modernidade, enquanto se baseia na análise pragmatista de Mead do *self* como irremediavelmente social. Seu conceito central de *ação comunicativa* é defendido como um contraponto à racionalidade instrumentalista, que ele considera estar colonizando desenfreadamente o “mundo da vida” humana no Ocidente (HABERMAS, 1981).

Atualmente, o pragmatismo tem influenciado pesquisadores ao redor do mundo e neste estudo, em especial, será olhado para os trabalhos desenvolvidos na França, que trataram dos problemas públicos e dos movimentos sociais (CEFAÏ, 2009, 2012, 2017; CHATEAURAYNAUD, 2017; COMETT, 2010; LASCOUMES; LE GALÈS, 2007; QUÉRÉ; TERZI, 2015; THOENIG; DURAN, 1996). Esses trabalhos, entre muitos outros, inspiraram trabalhos na área administração no Brasil (ANDION *et al.*, 2017, 2020; MAGALHÃES; ANDION; ALPERSTEDT, 2020; MATARAZZO; SERVA, 2017; MENEGHETTI, 2007). No capítulo a seguir, tratar-se-á do público: com seus problemas e movimentos, e serão avaliadas, de forma mais detalhada, as contribuições desses estudos. Finalizando, o pragmatismo é uma abordagem direcionada a prática para entender os diferentes problemas que estão presentes na sociedade moderna. Dessa forma, o pragmatismo se mostra como uma boa alternativa para observar o mundo, suas ações, suas práticas e seus atores, considerando uma complexa e ampla interação com o ambiente.

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO EM TORNO DO PÚBLICO

Nesta seção, busca-se apresentar algumas discussões e contribuições que o pragmatismo acrescentou no debate em torno do público. Desde a noção de uma sociologia dos problemas públicos, passando pela sociologia dos movimentos sociais até a noção de inovação social e experimentação democrática. O regaste feito desses temas, apesar de não esgotar o assunto, tem o propósito de apresentar as ricas contribuições que o pragmatismo traz, para olhar o público e suas singularidades.

2.2.1 Sociologia dos problemas públicos e movimentos sociais

A concepção de problema público que será adotada neste estudo, vem dos teóricos e pesquisadores que buscaram fazer uma leitura a partir do pragmatismo, com grande influência de John Dewey e outros autores. De acordo com Cefai (2017), o fundamento é quando uma coletividade, grupo ou conjunto de pessoas se depara com uma situação problemática, em que suas consequências são compreendidas como prejudiciais para as pessoas e seus bens ou para todo o ecossistema da terra, as pessoas se inquietam, interrogam, investigam, experimentam, discutem, buscam, assim, definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e definir as responsabilidades. Portanto, quando uma situação problemática afeta uma coletividade e a situação percebida é compreendida por todos, isso passa a ser uma questão pública.

É importante salientar que a investigação de problemas públicos não é uma novidade nas democracias modernas, tão pouco nas ciências sociais, no entanto, com a Escola de Chicago, a discussão conquista mais relevância. Com a formação da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, por volta de 1920 e 1930, é que essa temática ganha mais peso científico, anos depois, em 1951, com a criação da Sociedade para o Estudo dos Problemas Sociais (*Society for the Study of Social Problems* – SSSP) e a revista *Social Problems*, ambas fortemente influenciadas pelos autores dessa Escola (MAGALHÃES; ANDION; ALPERSTEDT, 2020). Desde então, a questão dos problemas públicos sendo estudada nas universidades, trouxe importantes reflexões e contribuições.

A temática do público, na perspectiva de John Dewey, parece ter encontrado, nos Estados Unidos, um novo respirar, e com a abordagem do pragmatismo, encontrou reverberação nas ciências sociais e políticas. A proposta colocada por Dewey parte da interpretação de que o surgimento do Estado democrático de governo se relaciona com a formação dos “Públicos”, que são resultados das práticas associativas e da consideração das consequências. Quando uma consequência indireta é percebida e se projetam agências para fazer face a sua ocorrência, é quando esse público se organiza (ANDION *et al.*, 2017; CEFAÏ, 2017; DEWEY, 1927). Dessa forma, Dewey apresentou significativas contribuições, especialmente no entendimento da formação dos públicos, ao dizer que é o resultado das práticas associativas ou de cooperação, considerando as consequências dessas práticas.

Ao redor do mundo, as visões de Dewey foram chegando, no entanto, na França existiu um importante movimento de regaste do conceito de público. De acordo com Cefaï (2017), no início dos anos de 1990, um grupo de sociólogos franceses, interessados em questões da sociologia dos problemas públicos, buscaram no pragmatismo em especial, o conceito de “público” de John Dewey. O que estava ocorrendo era que de um lado buscava-se reconectar os estudos dos problemas sociais com o pragmatismo da sociologia de Chicago e toda sua importância para a pesquisa sobre democracia, e de outro lado, buscava-se diferenciar dos enfoques de esfera pública, no sentido atribuído por Jürgen Habermas.

Esse grupo de sociólogos estava retrabalhando a noção de “público”, a partir de John Dewey, Robert E. Park e George H. Mead e, aos poucos, a ecologia da experiência e da ação pública se estabeleceu como firmamento de uma democracia direcionada na definição e na resolução de problemas públicos. O campo da sociologia dos problemas públicos tem como base essa tradição, que vem se desenvolvendo mais recentemente, a partir das pesquisas e obras de autores pragmatistas atuais (CEFAÏ, 2017; CEFAÏ; TERZI, 2012). Para esses autores, os problemas sociais são compreendidos para além das lentes do construtivismo. Para eles, os problemas públicos são definidos a partir das experiências e por meio das trajetórias de enfrentamentos das “situações de prova”.

Uma das noções recentes de problema público considera como sendo o processo de aprendizagem coletiva. Segundo Quéré e Terzi (2015), o problema público é, assim,

a concretização das mais variadas provas superadas ao longo da história, em que um processo de aprendizagem coletiva, que modifica a percepção, tem o seu lugar, assim como o significado e a ação sobre o problema ao longo do tempo. Portanto, o problema público considera, também, a aprendizagem coletiva ao longo dos anos.

O problema público não é algo estático, mas se reconfigura, à medida que as pessoas se mobilizam em torno do problema. Segundo Magalhães, Andion e Alperstedt (2020, p. 684), “a identificação, a indagação, a interpretação e a ação sobre os problemas públicos constituem, assim, ao mesmo tempo, o problema reconfigurado e os públicos que se mobilizam em torno desse problema”. Portanto, por meio de um processo de aprendizagem coletiva de plena interação, em que as situações problemáticas perpassam por identificação, indagação, interpretação e ação, é que se percebem os problemas públicos e, nessa interação de continuidade, o problema se reconfigura em novas situações e os públicos se mobilizam em volta do problema percebido.

Daniel Cefaï (2009) é o autor francês contemporâneo, já citado nas seções anteriores, que tem se dedicado aos estudos da sociologia pragmatista sobre as “arenas públicas”. Nesta seção, de forma assumida, se verá os conceitos centrais sobre a sociologia dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a partir de sua publicação “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva”, traduzida por Bruno Cardoso do original *Comment se mobilise-t-on ? L’apport d’une approche pragmatiste à la sociologie de l’action collective*. A proposta é perseguir as perspectivas pragmatista a respeito desses assuntos e os autores que vem se engajando nessa abordagem a respeito do público e seus desdobramentos, enquanto mobilização e organização da ação coletiva.

Em seu artigo, Cefaï (2009) informa que o foco de seu itinerário de estudo passa pela herança do pragmatismo, com autores como John Dewey, William James e George Herbert Mead com ecos na fenomenologia. Ainda, “esse diálogo, que conduz a reelaborar os temas da experiência e da situação, de um lado, e do coletivo e do público, de outro” (CEFAÏ, 2009, p. 12). Portanto, não buscando ser exaustivo em toda a investigação que o próprio autor faz em seu trabalho, a ideia é trazer noções a respeito de: (i) movimentos sociais e como se mobilizam; e (ii) organizações da sociedade civil.

A investigação da sociedade civil e das práticas no campo de públicos traz importantes aprendizados. De acordo com Andion *et al.* (2017, p. 372), “a respeito da ação pública na atualidade e sobre os avanços e limites das experiências de inovação social promovidas por esses atores nas arenas públicas”. Portanto, para compreender as noções dessas formas de organização coletiva, volta-se ao que Cefaï (2009) questiona, como se mobilizar?

As teorias da ação racional e da mobilização dos recursos ocuparam, significativamente, a forma de pensar dos sociólogos da ação coletiva. No entanto, essas abordagens ocorreram de maneira superficial, pois foi propensa a reduzir todas as iniciativas de mobilização coletiva a cálculos de interesse, material ou simbólico. Foram transformados em parâmetros, recursos, coerções e oportunidades, que os atores manipularam para maximizar a utilidade, a eficácia e a rentabilidade de suas ações. Contudo, não se pode ser simplista: os modelos que analisam os dilemas da ação coletiva, de Coleman a Axelrod, de Lichbach a Heckathorn, têm respaldo explicativo para algumas situações concretas (CEFAÏ, 2009).

Com as lentes do pragmatismo, buscou-se ter um olhar para a ação coletiva, sem esse viés direcionado a cálculos de interesse. Como já visto anteriormente, encontra-se na obra de James, Mead e Dewey, fortes concepções da experiência e da ação. Esses autores buscaram construir uma reflexão que considerasse a experiência de cada uma das situações e não de formas intelectuais. Mead e Dewey jamais desagregaram a problematização da ação de uma reflexão sobre seus engajamentos cívicos e políticos, mais do que isso, Dewey apresentou um conceito de público que é atual e está em pleno debate. Focando na questão do público, observam-se problemas que estão ausentes das teorias do processo político (CEFAÏ, 2009).

Acontece que o campo está repleto de paradigmas, os autores Andion *et al.* (2017, p. 373) apresentam

[...] quatro principais paradigmas tratados no campo de estudos da ação coletiva: (i) o do comportamento coletivo; (ii) o racional estrutural; (iii) o dos novos movimentos sociais e (iv) o mais recente, ainda em emergência, formado pelos estudos ligados à sociologia pragmática.

E cada uma dessas perspectiva trazem uma forma de entender a ação da sociedade civil e essa leitura recai na esfera pública. Nesse momento, não será feito um aprofundamento desses paradigmas, a ideia aqui é dizer que existem esses debates paradigmáticos e que estão circundando, também, a forma de ler a ação coletiva.

Voltando à questão dos processos políticos, existem três pontos de relevância que a perspectiva pragmática se propõe. Segundo Cefaï (2009) são: (i) um método pragmatista está alocado em um local diferente daquele do processo político, em vez de apresentar um olhar de simples exterioridade em relação ao que descreve, pois busca acompanhar as “experiências” e as “perspectivas” dos atores; (ii) a noção de política traz a visão do viver-junto e do bem-viver-junto, não para se reconfigurar ao se confrontar com atos de resistência, protesto, desobediência e crítica, de denúncia e reivindicação, ou simplesmente, sem carregar necessariamente essa valência negativa, de investigação, experimentação, cooperação e inovação. As fronteiras do que é “político” e do que não é são incessantemente deslocadas – em particular as do “pessoal” e do “político”; e (iii) o poder não é entendido somente como relação de dominação e de subordinação, nem de normalização e de resistência, mas sim, como potência de instituição de capacidades e de direitos (do lado do Estado) e como potência de agir em acordo (do lado do público).

A *potestas in populo*, que Hannah Arendt (1972) sinalizou nas mobilizações do movimento dos direitos civis, exercício de um poder coletivo, que desorganiza os ambientes técnicos, jurídicos, institucionais e políticos, se reforça de uma forma de *empowerment*, capacitação feita da autonomia, do acesso à dignidade e à responsabilidade e da retomada do controle sobre sua própria vida (DE MUNCK; ZIMMERMANN, 2009). Aqui *empowerment* poderia trazer um sentido não de fortalecimento, mas o de empoderamento das mobilizações sociais. Para Cefaï (2009, p. 27), “a constituição de um desafio de mobilização, de protesto e de conflito acompanha a articulação de uma arena pública, para onde apontam os atores coletivos e onde emergem novos universos de sentido – senso comum, mesmo se controverso”. Essas mobilizações ora ocorrem por movimentos sociais de protesto, ora por conflito com o estado das coisas e, assim, se organizam em suas arenas públicas como em um processo de conscientização coletiva.

“A ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes. E produz, simultaneamente, critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles” (CEFAÏ, 2009, p. 28).

Nesse processo de organização e na observação das experiências daquilo que estão dispostos a fazer, ou estão fazendo e, ainda mais, das circunstâncias que condicionam a ação, é que os atores das ações coletivas se orientam para compreensão.

2.2.2 Inovação social e experimentação democrática

As inovações sociais não são promovidas de um único ator, tão pouco surgem de forma natural. Essas inovações são criadas em espaços de confrontação e cooperação, espaços esses, conhecidos como “arenas públicas” (ANDION *et al.*, 2017). A partir das proposições das mesmas autoras, é possível considerar, de forma mais realista, a dimensão política da inovação social, em que se faz um diálogo com algumas das correntes da sociologia pragmática, em especial, com a teoria ator-rede (CALLON; LATOUR, 1981; LATOUR, 1994, 1999, 2012, 2014; LAW, 1999), e com a abordagem da sociologia dos problemas públicos (CEFAÏ, 2002, 2009, 2012; CEFAÏ; TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2017; QUÉRÉ; TERZI, 2015).

A proposta, portanto, é olhar para a inovação social, enquanto processo de mudança social, que exige “experimentação democrática”, ou seja, a mobilização e o engajamento de coletivos em torno do problema público, que compreende a atuação de diferentes atores, como governo, mercado e sociedade civil, com a possibilidade de cocriar novas soluções (ANDION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2020).

Os conceitos de inovação social vêm desde 1970, em que diversos autores colaboraram para um entendimento de sua definição. Taylor (1970) definiu como formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais. Depois dessa definição, além de outras, pode-se citar algumas mais, para conceituar inovação social. Moulaert *et al.* (2007) afirmam que a inovação social é uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação das necessidades humanas (e *empowerment*), por meio da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária. Mulgan, Tucker e Sanders (2007) argumentam que as novas

ideias funcionam na satisfação de objetivos sociais, e motivadas pelas necessidades sociais é que são desenvolvidas e difundidas, por meio de organizações, cujos propósitos primários são sociais.

Já Phills Jr, Deiglmeier e Miller (2008), afirmam ser o propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, para a qual o valor criado atinge, principalmente, a sociedade como um todo e não indivíduos em particular. Pol e Ville (2009) dizem que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida, e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) afirmam que a inovação social são novas ideias (produtos, serviços e modelos) que, simultaneamente, satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais.

O estudo da inovação social baseou-se em diversas disciplinas existentes, da sociologia à psicologia, dos estudos regionais à economia. No entanto, a abordagem pragmática sugere que deve ser considerado mais do que um novo tópico para disciplinas existentes, ou como um novo tema para disciplinas interdisciplinares. Em vez disso, deve ser entendido como uma *práxis*, um corpo de conhecimento intimamente ligado à prática em evolução (NICHOLLS *et al.*, 2015). Dessa forma, a inovação social precisa ser encarada mais do que uma teoria complementar a outras, porém, como uma prática que está em constante mutação, se reinventando.

No estudo de Andion *et al.* (2017), as autoras indicam que há duas vertentes de entendimento de inovações sociais, sendo uma na literatura de língua inglesa e outra na literatura de língua francesa. Na primeira vertente, a de língua inglesa, a inovação social visa dar soluções a problemas sociais, em que há uma prevalência de uma concepção mais instrumental e funcionalista do fenômeno, com foco no papel de agência do empreendedor social e com soluções viáveis para a resolução de problemas. Na segunda vertente, mais presente entre os autores de língua francesa, a inovação social é vista como motor de transformações nos paradigmas mentais, nas formas de interpretação e nos quadros cognitivos de uma determinada sociedade. As inovações sociais nas relações, nas organizações e nas instituições são interpretadas como transmissoras para a promoção de novas formas de desenvolvimento.

Em termos de epistemologia, isso se conecta às abordagens filosóficas do pragmatismo em seu sentido do século XIX, com o pragmatismo de John Dewey e William

James, que argumentaram que as ideias não são coisas esperando para serem descobertas, mas sim, ferramentas que as pessoas inventam para lidar com o mundo como o encontram (MENAND, 1997). Portanto, a partir disso, algumas questões são necessárias a se fazer. Nicholls *et al.* (2015) questionam, como as pessoas em suas comunidades geram suas ideias? Como a inovação social pode reconfigurar as relações entre Estado, mercado e sociedade civil? Como os governos devem adotar essa inovação?

Buscar entender os processos de experimentação democrática é um caminho para compreender como ocorre a interface entre as democracias e os processos de inovação social (FREGA, 2019). Com uma leitura pragmatista, a inovação social é compreendida enquanto processo de mudança social, que exige “experimentação democrática”, ou seja, a mobilização e o engajamento de diferentes coletivos em torno das consequências produzidas pelos problemas públicos da cidade (ANDION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2020)

2.3 DROGAS: UM PROBLEMA PÚBLICO TRANSVERSAL

2.3.1 Noções de política pública e ação pública

Este trabalho, por meio de uma epistemologia alicerçada no pragmatismo, tem a proposta de observar como acontecem as experiências, ações e práticas dos atores das **organizações da sociedade civil**, em torno da **reinserção social** de dependentes químicos. Ainda é difícil encontrar estudos que trazem perspectivas de diferentes fontes de influência nas políticas públicas, com visões para além das autoridades formais constituídas ou que vão além de uma leitura funcionalista (ANDION *et al.*, 2017; BOULLOSA, 2013; FARAH, 2011). A ideia, portanto, não se trata apenas de abordagens metodológicas de pesquisa que recaem em análises qualitativas ou quantitativas de resultados, mas sim, de uma postura inicial de pesquisa, na escolha primária de observação, e que traga uma análise que discuta mais profundamente as demais fontes de influência nas políticas públicas.

Obviamente, há estudos que podem adotar outros pontos de vistas para investigar as políticas públicas pelas dimensões que as constituem, e como se viu, são pelo menos três: os atores envolvidos; as instituições; e as ideias, sendo que essas dimensões, operando juntas, buscam solucionar algum problema público (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Essas dimensões são relacionáveis e interdependentes, portanto, é interessante para o campo de públicas, distribuir o foco de atenção na observação dos fenômenos dentro das políticas públicas, talvez, como pêndulo que vai a um extremo para observar as instituições, e volta para observar os atores. É importante ressaltar as principais abordagens teóricas de políticas públicas, e depois indicar como a abordagem pragmatista, assumida neste trabalho, pode contribuir de forma mais efetiva na compreensão da reinserção social.

Na abordagem racional, observam-se as seguintes características: o problema é uma situação a ser apreendida pelo pesquisador, por meio de métodos científicos; há existência de comparação exaustiva de alternativas, levando em consideração a análise de custo-benefício; a perspectiva do ciclo de política pública como uma sucessão lógica e cronológica de etapas; a formulação (decisão) é, muitas vezes, considerada como a etapa fundamental do processo, da qual decorre a implementação (abordagem *top-down* da implementação); e, finalmente, a política escolhida é vista como “a” melhor alternativa. Há, também, a abordagem da racionalidade limitada, que possui os seguintes aspectos: existência de limitações informacionais e cognitivas na definição do problema e no estudo de alternativas; e a política escolhida é a melhor diante das informações disponíveis e da capacidade de processamento de informações no estudo de alternativas. Dessa forma, nessa abordagem, a questão da limitação de informações é levada em consideração, e a tomada de decisão é realizada a partir das informações disponíveis (ANDION, MAGALHÕES, 2021).

Na abordagem do Incrementalismo e Teoria do Ótimo Normativo, observam-se as seguintes características: influência de fatores políticos e de valores no estudo de alternativas; limitações de tempo e de recurso dificultam o estudo exaustivo de alternativas; as comparações se dão como um processo sucessivo e limitado; a alternativa é escolhida com base em um processo de tentativa e erro; o processo de formulação é incremental; a alternativa é a possível (inclusive considerando fatores

políticos) e não “a melhor” e ótima; e influência de fatores extrarracionais (ANDION; MAGALHÕES, 2021).

A abordagem *Garbage Can* possui os seguintes aspectos: inversão da sequência problema-solução; diante de limitações das capacidades estatais, os gestores escolhem o problema a ser “resolvido”; e as soluções desenvolvidas anteriormente, são buscadas em uma “lata de lixo” para solucionar o problema escolhido. Já na abordagem Neoinstitucionalista (escolha racional; sociológica e histórica), os aspectos são que os atores que tomam a decisão (formuladores), selecionando a alternativa a ser adotada, são condicionados por instituições formais e informais por meio de regras e incentivos, entre outras coisas (ANDION; MAGALHÕES, 2021).

As políticas públicas podem ser compreendidas, basicamente, em duas perspectivas, sendo a abordagem racional e a abordagem argumentativa. Na **abordagem racional**, com os estudos e autores centrais como Laswell (1958), Simon (1957), a compreensão de política pública perpassa pela ação governamental, que se expressa por meio dos registros oficiais da tomada de decisão governamental, tais como leis, atos, regulamentações e relatórios oficiais. Na dimensão de análise, o foco está nos resultados e em sua relação com o planejado/formulado, a partir de uma análise neutra e racional, sobretudo de caráter quantitativo. A compreensão do problema público é algo dado, *a priori*, a partir de análises oficiais e estatísticas. Os atores centrais e o protagonismo é formado pelos atores governamentais, com o protagonismo dos especialistas. Já na **abordagem argumentativa**, com os estudos e autores centrais como Fisher e Forester (1996), Fischer, Miller e Sidney (2007a, 2007b), Hajer (1996), Radin (2000) e Stone (2002), a compreensão de política pública perpassa por diferentes compreensões, que incluem na análise, as ações, os atores, os espaços e os argumentos, destacando o processo e o caráter político do fazer política. A dimensão de análise é interpretativa, considerando o processo e o caráter político das políticas públicas. A compreensão do problema público considera as múltiplas dimensões dos problemas públicos. Os atores centrais e o protagonismo são constituídos por uma diversidade de atores, públicos, privados e sociedade civil (ANDION; MAGALHÕES, 2021).

A seguir, é apresentada a **abordagem pragmatista**, com os estudos e autores centrais como Ansell (2011, 2012), Berk (2012), Dorf e Sabel (1998), Lascoumes e Le Galès (2012), Sabel e Zeitlin (2015), Shields (2008) e Zimmermann (2006), em que a compreensão de política pública perpassa pela noção de ação pública, e vai além da política pública, em resposta aos problemas públicos. Trata-se de um processo de experimentação, de codefinição e codomínio das situações problemáticas. A dimensão de análise busca compreender as experiências, a política enquanto elas estão sendo feitas e acontecem, e os múltiplos enquadramentos, engajamentos e visões dos atores. Na compreensão do problema público, as percepções compartilhadas em processos de codefinição e de codomínio de situações são percebidas como problemáticas e provocam a mobilização de diversos atores que passam a agir coletivamente nas arenas públicas. Os atores centrais e o protagonismo são configurados pela multiplicidade de atores, interesses e formas de engajamento (ANDION; MAGALHÕES, 2021). Essa abordagem é a base epistemológica deste estudo, pois considera a noção de ação pública que perpassa pela problematização e publicização e diferentes públicos.

De acordo com Cefaï (2017), a dinâmica de problematização e de publicização vai além do círculo das pessoas que estão imediatamente envolvidas, ou seja, há número significativo de pessoas envolvidas na dinâmica, que assume o caráter de um processo político. Portanto, as políticas públicas perpassam, primeiro por uma compreensão coletiva, entendida como relevante e/ou importante para uma civilização e seus grupos em suas comunidades e não há um agente definido que elabore uma determinada política, sendo que, nesse processo dinâmico, existe o envolvimento de muitos interessados.

O entendimento de políticas públicas tem diferentes concepções das mais variadas formas de epistemologia, no entanto, essa que compreende a política pública além de um único agente, mas de uma relação entre diferentes atores, faz com que a compreensão se expanda para uma noção de ação pública. Segundo Lascoumes e Le Galès (2007), atualmente, com essa concepção das mais variáveis fontes de influência política, é que faz com que o termo “política pública” seja, por vezes substituído pela ideia de “ação pública”. Isso posto, a noção de ação pública corresponde melhor a ideia de política pública, que considera múltiplas fontes de intervenções e atuações.

Essa noção de ação pública compreende uma atuação além da ação governamental em torno de um problema público. A ação pública oferece uma nova interpretação para as políticas públicas e para a atuação do Estado e do governo, compreendendo que existem mudanças nos critérios de repartição dessas atuações entre os atores e instituições, seja nas condições de legitimidade e fundamentos, como nas estratégias dos protagonistas políticos (MILANI, 2008; THOENIG; DURAN, 1996).

De forma mais abrangente, a noção de ação ainda é tímida. Andion *et al.* (2017, p 371) afirmam que do “pragmatismo o campo das políticas públicas herda, principalmente, uma orientação para a ação, a qual ainda é premente nos dias atuais”. Consequentemente, essa orientação para a ação é voltada para uma melhor compreensão das experiências dos atores envolvidos nas políticas públicas, sejam as experiências dos atores que são os beneficiários de uma determinada política, sejam as experiências dos atores que se mobilizam para solucionar um problema público, ou até mesmo, as experiências das próprias instituições públicas, privadas e governo que atuam de alguma forma na promoção de uma política.

Como se verá a seguir, a questão do uso de drogas ilícitas é um problema transversal que impacta diferentes áreas como a saúde, segurança, educação, assistência social e habitação, entre outras. Logo, são diversos os atores que estão atuando na recuperação de dependentes químicos. Assim sendo, é significativo entender a participação dos atores na identificação dos reais problemas, na questão do uso de drogas ilícitas e não somente isso, mas também, entender a atuação desses nas soluções desenvolvidas. A seguir, será visto um pouco do histórico das políticas públicas sobre drogas no Brasil e como a trajetória histórica foi cercada pelo paradigma normativo.

2.3.2 Histórico das políticas públicas sobre drogas no Brasil

O registro histórico sobre a questão das drogas no Brasil foi, inevitavelmente, influenciado por acontecimentos internacionais. Por volta da segunda metade do século XIX, devido ao significativo crescimento da produção industrial de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos da América (EUA), surgiu, então, o posicionamento proibicionista na sociedade americana. Esse posicionamento teve sua origem no Estado de Ohio, com

alianças entre igrejas católicas e protestantes da região. Aproximadamente entre os anos de 1868 e 1893, os cidadãos americanos se mobilizaram e se organizaram em sociedades e ligas, dentro de universidades e em criação de partidos, que buscava o fim da comercialização de álcool, por considerar que era a causa da degradação moral e física das pessoas no país (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006; WESTERVILLE, 2021). Vale destacar o papel dos atores nessa época, sendo a sociedade civil, a protagonista na formulação de uma ideologia que, mais tarde, fundamentaria políticas públicas e suas ações.

O proibicionismo marcado por movimentos sociais e pelas decisões nos EUA, influenciou o fundamento ideológico para as políticas públicas sobre drogas ao redor do mundo. Convenções internacionais como os Encontros de Xangai, em 1906 e 1911, e as Conferências em Haia, em 1912 e 1914 buscavam a coibição do comércio e o consumo de drogas como o ópio, morfina, cocaína e toda substância química que pudesse levar ao uso abusivo e, assim, o discurso proibicionista conquistava espaço nas nações (ALVES, 2009). O Brasil, assim como muitas outras nações ao redor do mundo, aderiu à ideologia proibicionista para o tratamento das questões que envolviam o uso de drogas ilícitas.

No Brasil, no decorrer dos anos, leis foram criadas para direcionar ações sobre as questões das drogas no país, marcado pelo direcionamento para a criminalização do seu uso e do comércio. De acordo com Santos e Oliveira (2013), em 1890 surge o primeiro documento penal brasileiro incriminador, constante do Código Penal Republicano, que expressamente determinou no Art. 159, a proibição de algumas substâncias apontadas como venenosas. Já em 1924, com a inclusão no Código Penal Brasileiro, o Decreto nº 4.294 propôs pena de prisão para aqueles que vendessem ópio, seus derivados e cocaína e, por fim, o Decreto nº 14.969 que criou o “sanatório para toxicômanos”.

É importante destacar que até os anos de 1950, as drogas não eram encaradas como hoje, pois não tinham a mesma relevância econômica e política da atualidade e o consumo não era tão expressivo. Algumas diferenças se observam sobre a criminalização do uso e do comércio de drogas entre EUA e Brasil. Nos EUA decorreu de uma “ação preventiva” promovida por juristas, políticos e religiosos que ficaram na dianteira da política proibicionista, já no Brasil o grupo foi marcado por médicos legistas

e psiquiatras (SANTOS; OLIVEIRA, 2013). Influenciado por diretrizes internacionais, o Brasil seguiu na formulação de leis que objetivavam a criminalização. Interessante notar que os protagonistas, no país, nesse período, foram os profissionais ligados à saúde.

Outras importantes convenções internacionais ocorreram para discutir a questão das drogas, e o Brasil fez parte e era signatário. A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou três grandes convenções, em Nova Iorque, 1961 e em Viena, em 1971 e 1988, reafirmando o entendimento internacional de repressão e combate ao uso e tráfico de drogas, expresso pelo termo “*war of drug*” (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

O Brasil propôs, no ano de 1971, no âmbito da justiça penal, a Lei nº 5.726, que dispôs sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinassem dependência física ou psíquica. Essa lei não faz nenhuma referência ao tratamento para a população usuária de drogas, exceto aqueles referidos como infratores viciados, que eram internados compulsoriamente em hospitais psiquiátricos, por tempo necessário à sua recuperação, tratava-se, portanto, de reabilitação criminal do viciado. Depois essa lei foi substituída pela Lei nº 6.368 de 1976, que dispôs sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinassem dependência física ou psíquica (BRASIL, 1971, 1976; SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

A partir de 1980, o Conselho Federal de Entorpecentes (Cofen) foi o responsável pela formulação de políticas públicas para o enfrentamento das drogas. Em 1998, foi substituído pelo Conselho Nacional Antidrogas (Conad), instituição governamental responsável por diretrizes relacionadas ao controle do impacto das drogas na sociedade brasileira. Nessa época, o tema das drogas foi constituído como assunto de Segurança Nacional, e organizou-se a partir de uma estrutura militar. O primeiro grande processo fomentado pelo Conad foi a formulação da Política Nacional Antidrogas, instituída pelo Decreto nº 4.345/2002 (BRASIL, 2002a).

Essa política iniciou a guerra contra as drogas, apresentando-as como ameaças à humanidade e à vida em sociedade, com o objetivo de alcançar uma sociedade livre do uso indevido de drogas ilícitas. Ainda em 2002, é instituída a Lei nº 10.409, em que o Ministério da Saúde foi o responsável pela regulação e, em 2005, o Conad aprovou a Política Nacional sobre Drogas, a Lei nº 11.343/2006 que revogou a Lei nº 10.409/2002

e a Lei nº 6.368/1976 (BRASIL, 1976, 2002a, 2002b, 2006). A seguir, apresenta-se o Quadro 2, com a linha do tempo da legislação brasileira.

Quadro 2 – Linha do tempo das Legislações Brasileiras sobre as Drogas

1940	Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940	Código Penal (Alterado pela Lei nº 7.209, de 11/07/1984).
1976	Lei nº 6.368, de 21/10/1976	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. (Revogada pela Lei nº 11.343, de 23/08/2006).
1986	Lei nº 7.560, de 19/12/1986	Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB). Dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.
1993	Lei nº 8.764, de 20/12/1993	Cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes – MJ.
1996	Decreto nº 1.796, de 24/01/1996	Cria o Departamento Nacional de Entorpecentes – Ministério da Justiça.
1998	Medida Provisória nº 1.669, de 19/06/1998	Transforma o Departamento de Entorpecentes em Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e o Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) em Conselho Nacional Antidrogas (Conad), no âmbito da Casa Militar da Presidência da República
2002	Decreto nº 4.345, de 26/08/2002	Institui a Política Nacional Antidrogas (Pnad)
2002	Lei nº 10.409, de 11/01/2002	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. (Revogada pela Lei nº 11.343, de 23/08/2006).
2006	Lei nº 11.343, de 23/08/2006	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. (Alterada pela Lei nº 13.840, de 05/06/2019).
2008	Lei nº 11.754, de 23/07/2008	O Conselho Nacional Antidrogas passa a se chamar Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) e a Secretaria Nacional Antidrogas passa a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).
2015	Resolução Conad nº 1, de 19/08/2015	Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como Comunidades Terapêuticas.
2018	Resolução Conad nº 1, de 09/03/2018	Define as novas diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da Pnad – Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto nº 4.345, de 26 de agosto de 2002 (esta Resolução permitiu a formulação da “Nova Política Nacional sobre Drogas”, com a publicação do Decreto nº 9.761, de 11/04/2019).
2019	Decreto nº 9.761, de 11/04/2019	Aprova a Política Nacional sobre Drogas (Pnad) (Institui a “Nova Política Nacional sobre Drogas”)

2019	Lei nº 13.840, de 05/06/2019	Esta lei altera a Lei nº 11.343/2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências.
------	------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Brasil (2020).

As mudanças que ocorreram com as leis, foram marcos históricos e significativos, indo para um posicionamento político mais moderado nas questões das drogas. Atualmente está em vigor a mais recente lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, a Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 (BRASIL, 2019).

Na legislação atual existe a presença de importantes expressões como prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas. A promoção da interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, que visa à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas são previstos na Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, no Art. 8º-D, § 1 (BRASIL, 2019).

Atualmente no Brasil, há um importante programa dentro da política pública Nacional de Drogas que é o Caps-AD, sendo um serviço de atendimento a todas as faixas etárias, especializado em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas, atendendo cidades e/ou regiões com, pelo menos, 70 mil habitantes (BRASIL, 2022). O Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD), tem um papel importante nesse processo. Aqui vale fazer um destaque que o Caps faz parte de uma rede ampla de atenção psicossocial, a Rede de Atenção Psicossocial (Raps). A seguir estão as descrições da atuação dos diferentes Caps, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2022):

Caps I: Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas; atende cidades e ou regiões com pelo menos 15 mil habitantes.

Caps II: Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas; atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

Caps i: Atendimento a crianças e adolescentes, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas; atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

Caps AD: Álcool e Drogas: Atendimento a todas as faixas etárias, especializado em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

Caps III: Atendimento com até 5 vagas de acolhimento noturno e observação; todas as faixas etárias; transtornos mentais graves e persistentes inclusive pelo uso de substâncias psicoativas; atende cidades e ou regiões com pelo menos 150 mil habitantes.

Caps AD III: Álcool e Drogas: Atendimento de 8 a 12 vagas de acolhimento noturno e observação; funcionamento 24h; todas as faixas etárias; transtornos pelo uso de álcool e outras drogas; atende cidades e ou regiões com pelo menos 150 mil habitantes.

Caps AD IV: Atendimento a pessoas com quadros graves e intenso sofrimento decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Sua implantação deve ser planejada junto a cenas de uso em municípios com mais de 500.000 habitantes e capitais de estado, de forma a maximizar a assistência a essa parcela da população. Tem como objetivos atender pessoas de todas as faixas etárias; proporcionar serviços de atenção contínua, com funcionamento 24h, incluindo feriados e fins de semana; e ofertar assistência a urgências e emergências, contando com leitos de observação.

Observa-se que em todas as modalidades, o Caps prevê o atendimento a pessoas que fizeram ou fazem uso de substâncias psicoativas, considerando-se todos os tipos de drogas lícitas ou ilícitas. Destaca-se, ainda, que o foco de atuação do Caps é para o acolhimento e tratamento da pessoa adicta de substância química, além de atuar com o acolhimento e tratamento de transtornos mentais graves e persistentes, como é o caso da Caps-i, que atua no atendimento a crianças e adolescentes com esses casos, mas também, em situações de uso de substâncias psicoativas.

No momento de buscar ajuda, a pessoa adicta de substâncias psicoativas pode ter contato com diferentes atores organizacionais, dependendo muito da situação que chegou após a adicção ativa. Alguns recorrem a clínicas psicológicas para começar um tratamento, outros em situação de rua vão ao Centro POP, que são unidades públicas voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua ou por meio de assistência social. Além da presença dos Caps nos momentos de acolhimento e tratamento, observa-se a presença das comunidades terapêuticas. Vale destacar que não se trata de um fluxo obrigatório de sequência, como afirma Cefai (2009), o curso da ação não é uniforme, nem todos os casos que chegam ao Caps são prontamente encaminhados às comunidades terapêuticas, já que alguns fazem o tratamento no próprio Caps.

Como visto, a experiência pode ser compreendida como a que os sujeitos fazem e provam e a forma como os atores fazem suas ações (DEWEY, 1958). Considerando a

experiência do acolhimento e tratamento, observando às organizações, nota-se que, nesse momento, as ações para essa finalidade, que são promovidas por comunidade terapêuticas estão definidas, ou seja, quando o sujeito adicto precisa de acolhimento e tratamento, boa parte desses atores organizacionais já são conhecidos pela sociedade.

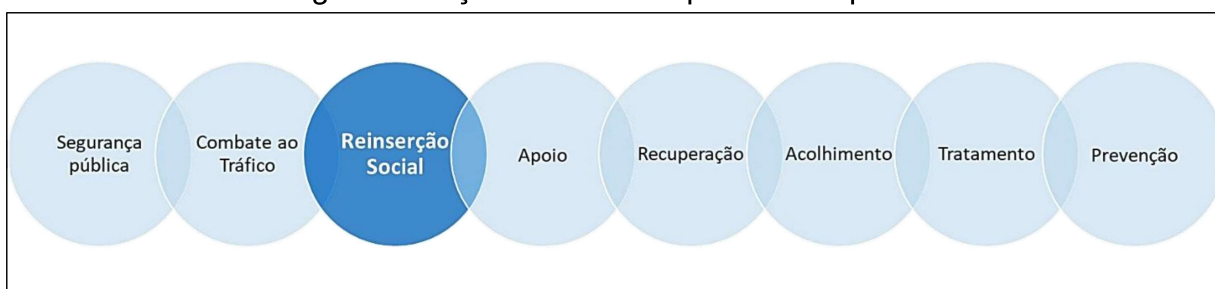
Neste trabalho, o foco não está nos serviços de atendimento, acolhimento ou tratamento, no entanto, o escopo está nas ações de reinserção social de adictos de drogas, buscando assim, observar como os atores das organizações da sociedade civil promovem a reinserção social.

2.4 A REINSERÇÃO SOCIAL DE ADICTOS

2.4.1 Usuários, (ex)dependentes químicos ou adictos?

Como já expressei anteriormente, as ações contra a dependência química passam por diversas etapas como: prevenção; tratamento; acolhimento; recuperação; apoio e mútua ajuda; reinserção social; ações de combate ao tráfico e ao crime organizado; e ampliação da segurança pública (BRASIL, 2019). O foco aqui é trabalhar apenas o estágio da reinserção social de forma mais específica.

Figura 1 – Ações contra a dependência química



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

No entanto, no contexto dos estudos sobre a temática das drogas, há, pelo menos, três meios de definir as pessoas que passaram, em algum momento, a viver com o uso de drogas, sendo, usuários de drogas, dependentes químicos e adictos. Para além de todas as implicações e consequências que cada definição pode resultar, neste trabalho será adotada a definição de *adictos*, que vem do termo *adicção*.

O termo ‘adicação’ abrange as condutas de toxicomania, de alcoolismo e todas as demais que acarretam dependência, *com* ou *sem* substância tóxica. Pode-se ser adicto de alimentos (bulimia) ou da ‘ausência de alimento’ (anorexia), do suicídio, de aquisições patológicas de tóxicos (álcool, tabaco, haxixe, heroína, morfina, cocaína, *ecstasy*, crack, psilocibina), de psicotrópicos, de jogos, – aí compreendidos de vídeo e computador – de medicamentos – sobretudo os psicotrópicos de sexo, de trabalho, de atos criminosos, adictos de sacrifícios e de cortes dolorosos, de relações amorosas (PILORT, 2014, p. 14-15).

Dessa forma, a adição é uma conduta ou comportamento que não se restringe apenas ao uso de drogas, no entanto, é mais abrangente e envolve outras formas de dependência. Pode-se dizer que, o sujeito adicto é um “escravo por dívida”. Fato que se explica devido a adição ser um termo de origem romana, pois naquela época, o homem que não tinha condições de pagar uma dívida, tornava-se escravo de seu devedor (GURFINKEL, 2011).

A raiz etimológica da palavra nos ajuda a compreender esse aspecto da adição: o *adictu* era, na Roma antiga, a pessoa que, incapaz de saldar uma dívida, tornava-se escrava do credor, como forma de pagamento. Em outros termos, trata-se da antiga lenda do indivíduo que vendeu sua alma ao diabo, e ficou então aprisionado e refém de seu salvador/ algoz. Esta característica da adição implica uma importante *inversão da relação sujeito-objeto*, nos seguintes termos: aquele que era o sujeito que, no exercício de sua liberdade, escolhia usar o objeto segundo sua vontade e a serviço de seu desejo, se torna ele mesmo objeto de seu objeto, que ganha, por sua vez, o estatuto de dono e senhor da situação (GURFINKEL, 2011, p. 47 -48).

Aqui observa-se a relação intrínseca e coerente com a palavra adição ao que acontece na dependência. A inversão da relação sujeito-objetivo, controlado pelo seu desejo, em que o sujeito se torna objeto de seu objeto. Essa definição é usada pelos próprios sujeitos que vivenciaram essa realidade em suas vidas, nos grupos de apoio como narcóticos anônimos. Narcóticos Anônimos (NA) surgiram a partir do Programa de Alcoólicos Anônimos, no fim dos anos de 1940, com as primeiras reuniões de NA emergindo em Los Angeles, na Califórnia, EUA, no início dos anos 1950. O Programa de NA começou como uma pequena organização americana que cresceu até se tornar uma das maiores e mais antigas organizações internacionais desse tipo (NA, 2015). No livro Narcóticos Anônimos, respondendo à questão; quem é um adicto?, apresenta a seguinte noção:

A maioria de nós não precisa pensar duas vezes sobre esta pergunta. NÓS SABEMOS! Toda a nossa vida e nossos pensamentos estavam centrados em drogas, de uma forma ou de outra – obtendo, usando e encontrando maneiras e meios de conseguir mais. Vivíamos para usar e usávamos para viver. Um adicto é simplesmente um homem ou uma mulher cuja vida é controlada pelas drogas. Estamos nas garras de uma doença progressiva, que termina sempre da mesma maneira: prisões, instituições e morte (NA, 2015, p. 3).

Narcóticos Anônimos é uma Irmandade ou Sociedade sem fins lucrativos, de homens e mulheres, para quem as drogas se tornaram um problema maior. São adictos em recuperação, que se reúnem regularmente para ajudar uns aos outros a se manterem limpos (NA, 2015). Ou seja, os próprios sujeitos se veem como adictos, por entenderem que suas vidas se tornaram incontrolláveis. Adotar essa definição, neste trabalho, implica adotar uma visão a partir dos próprios atores. As definições de usuários de drogas e dependentes químicos trazem uma visão que advém dos dispositivos legais, normativos, distante da realidade dos sujeitos.

2.4.2 A noção da reinserção social e reabilitação psicossocial

Evidentemente, não é um fato novo afirmar que a adicção de substância química é um problema público. Com o passar do tempo, o convívio das pessoas com as drogas foi se modificando e, atualmente, o consumo de drogas, no Brasil, é visto como um problema que vem desafiando às políticas públicas, desde o cotidiano dos serviços e as relações sociais e familiares (SIQUEIRA, 2015). De fato, não tem como não admitir essa problemática na sociedade, que apresenta diversos desafios em diferentes contextos.

Segundo Ganevi e Lima (2011), em um olhar que prevê os pressupostos da reinserção social, é necessário dizer que, quando se fala em tratar para reinserir socialmente indivíduos dependentes de drogas, é porque tal dependência, de certa forma, trouxe consequências, para além de aspectos físicos e psíquicos, tais como isolamento, rompimentos, desfiliação face a pessoas, lugares, circunstâncias, instituições, atividades.

Diante dessa realidade, o que vem a ser a reinserção social? Para Seibel e Toscano Júnior (2000), é um processo contínuo e multifacetado de intervenções de apoio ao indivíduo dependente de drogas, no sentido da superação do modo de vida imposto

pela dependência. De acordo Ganevi e Lima (2011, p. 116), “pode-se afirmar que a reinserção social é um processo contínuo e de longa duração, interdisciplinar e que demanda qualificação dos serviços de atendimento”. Portanto, essas intervenções de apoio podem ser vistas como uma atividade interdisciplinar e contínua, ou seja, um processo que não começa e termina apenas na recuperação após a abstinência ou quando o indivíduo encontra a sobriedade, mas também, com ações contínuas de apoio ao indivíduo dependente químico.

Para Siqueira (2015, p. 549), “a reinserção social está relacionada com a possibilidade de reatar vínculos e o convívio do indivíduo com seus familiares e demais membros da sociedade, por meio da circulação e ocupação dos espaços sociais”. Reatar os vínculos com o convívio da família e outros atores da sociedade não é uma tarefa tão simples, pois ainda existe a presença de preconceito e discriminação, motivos para exclusão, até mesmo, de seus direitos de cidadania, situação que podem sofrer em diferentes espaços sociais, inclusive no trabalho (SIQUEIRA, 2015).

Desde o início do processo de tratamento, a reinserção social se coloca como possibilidade das pessoas adictas de substância química deixarem de reproduzir práticas que os levaram a situações de autodestruição, alienação, isolamento e/ou exclusão social (GANEVI; LIMA, 2011). O processo de reinserção começa desde o tratamento, porém, a reinserção social, de forma efetiva, pode ser vista com o indivíduo voltando a se tornar um membro ativo e participativo da sociedade, pois é possível que indivíduos tratados não estejam reinseridos socialmente.

A noção de reabilitação psicossocial propõe a ampliação da rede social, em que existe o envolvimento de profissionais e todos os atores do processo de saúde-doença, ou seja, todos os usuários e a comunidade inteira. O processo de reabilitação consiste em “reconstrução, um exercício pleno de cidadania e, também, de plena contratualidade nos três grandes eixos: hábitat, rede social e trabalho com valor social” (SARACENO, 2001).

Pitta (2001) propõe uma definição de reabilitação psicossocial, na qual consiste em um processo que visa à retomada da condição de cidadão pelo indivíduo, à reconstrução da cidadania e à capacidade de gerir sua própria vida, por meio do retorno às suas funções na comunidade e da intensificação do processo de trocas sociais. Nesse

trabalho, a reinserção social não é definida conceitualmente, mas aparece associada às atividades que envolvem o trabalho e a geração de renda. A inclusão social também não é conceituada e só aparece nos resultados da pesquisa, sendo relacionada à reabilitação psicossocial, por meio das atividades de profissionalização e ofícios artesanais.

A utilização frequente de termos que possuem o prefixo “re”, como (re)inserção, (re)abilitação, (re)integração e (re)ssocialização é problematizada por Frazatto e Sawaia (2016), ao apontarem que sua utilização faz supor que houve uma inserção, uma habilitação ou uma integração anterior, que foi perdida e precisa ser retomada. Porém, é necessário questionar a condição em que o sujeito se encontrava para não correr o risco de “reinseri-lo” em uma situação de miséria, privação e exclusão.

A maioria dos trabalhos encontrados (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; PACHECO, 2014; PAIVA *et al.*, 2014; PINHO; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2008; VASCONCELOS, 2015), principalmente os trabalhos acerca da reinserção social e reabilitação psicossocial, mencionam a cidadania como um dos focos das ações da reinserção social, reabilitação psicossocial ou inclusão social. Tanto as ações de reinserção social como as ações de reabilitação psicossocial, propõem como objetivo, capacitar o sujeito para usufruir de seus direitos civis, sociais e políticos conquistados com base em lutas democráticas.

2.4.3 A noção de inclusão social

Pacheco (2014) apresenta, em seu trabalho, dentre outras questões, o consultório de rua como uma prática social inclusiva. Esse trabalho ofereceu um aporte teórico mais abrangente sobre a inclusão social, trazendo uma discussão com base na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Nesse trabalho, o autor traz a dialética exclusão/inclusão para fomentar as discussões sobre a inclusão social. Parte-se do pressuposto de que a inclusão deve ser pensada a partir da ideia da exclusão, em um processo dialético, no qual a sociedade cria uma ilusão acerca da inclusão, já que ela primeiramente exclui para incluir. Considerar a lógica dialética para a reflexão tanto das formas de inclusão quanto dos processos de reabilitação psicossocial e reinserção social, significa considerar que a exclusão não existe em si.

De acordo com Sawaia (2014), todos estão inseridos no sistema econômico de produção. Porém, alguns sujeitos se encontram inseridos de uma maneira indigna e perversa. Nesse mesmo sentido, Martins (1997) afirma que a exclusão se tornou uma forma de manutenção do sistema econômico, inserindo determinadas classes sociais em uma condição de subalternidade e marginalização, incluindo-os precariamente na sociedade. Para o autor, as estratégias de uma inclusão digna na sociedade necessitam revolucionar as relações e deixar de se ajustar de acordo com as conveniências do capital, buscando as necessidades dos homens. Portanto, para se falar em inclusão social é necessário compreender o mínimo do que vem a ser a exclusão social.

Exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados (SHEPPARD, 2006, p. 10).

Segundo Silver (2005, p. 138), “a exclusão social de um grupo, ou dos indivíduos que pertencem a esse grupo é, antes de tudo, uma negação de respeito, reconhecimento e direitos”. Destaca-se, assim, a complexidade que envolve a questão exclusão social, pois envolve diferentes áreas da vivência coletiva.

Para Lesbaupin (2000, p. 36), “exclusão social não é um conceito, é uma nova questão social”. Portanto, a exclusão social trata de uma negação de respeito e reconhecimento de direitos a grupos ou a indivíduos, que de certa forma possui alguma carência ou múltiplas. No que diz respeito a adicção química, alguns sujeitos são excluídos por chegarem a situações de pobreza, desemprego e marginalização morando em situações de rua. Mas algumas questões são: a adicção química ativa leva a pobreza, desemprego e marginalização, ou essas condições leva a adicção química? Poder-se-ia dizer que uma leva a outra? Este estudo não pretende investigar a relação que pode haver ou não entre pobreza e adicção ativa de substâncias psicoativas, no entanto, pode-se indicar que nem todos os adictos chegam à situação de pobreza e marginalidade, mas uma grande parte de adictos de substâncias psicoativas, sobretudo as ilegais, são excluídos socialmente e marginalizados, em consequência do uso abusivo.

A partir do entendimento sobre exclusão social, busca-se, então, compreender a inclusão social, que para Wixey *et al.* (2005, p. 16), é “processo pelo qual a exclusão

social é amenizada. Caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade por meio de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego”. Contribuindo, Sheppard (2006, p. 22) argumenta:

A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos.

Ainda sobre a inclusão social, Vasconcelos (2015) aborda a temática das políticas públicas de saúde mental, com foco no campo de álcool e outras drogas, e o seu mandato institucional sobre a inclusão social. A autora entende que as políticas de inclusão visam trazer os indivíduos excluídos para os espaços de participação e de convivência. Compreendidas todas as nuances conceituais elementares, de reinserção social, reinserção psicossocial e inclusão social, esse estudo foca na promoção da reinserção social.

Com tudo o que foi tratado nesta seção de revisão da literatura, desde o pragmatismo, que dará suporte a uma perspectiva orientada à observação dos atores e suas ações de reinserção social, até os referenciais sobre políticas públicas, ação pública e da reinserção social, este trabalho se configura como um estudo crítico de política pública, ao assumir uma abordagem pragmatista em contraponto as abordagem racional e argumentativa, o que se propõe é olhar para a ação pública, buscando compreender a atuação das organizações da sociedade civil na promoção da reinserção social, pois um estudo crítico de política pública promove uma reflexão mais aprofundada do fenômeno de pesquisa. Na seção a seguir, está descrita a metodologia de pesquisa, apresentando o caminho adotado para alcançar o objetivo de pesquisa deste trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem de pesquisa é **qualitativa**, que tem o foco nos indivíduos (organizações) e possui maior flexibilidade metodológica, produzindo resultados que refletem o que os participantes consideram importante no fenômeno pesquisado (BRYMAN, 2004).

A abordagem qualitativa tem o objetivo de aproximar a realidade social com as narrativas dos atores, sendo os sujeitos atuantes nas organizações da sociedade civil e com a observação das questões do problema de pesquisa. Dessa forma, se assume uma melhor integração entre as perspectivas do pesquisador e dos sujeitos ou participantes da pesquisa, usando técnicas de coletas de dados próprias dessa abordagem como, análise documental e entrevista semiestruturada.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Como já exposto anteriormente, este estudo assume uma epistemologia fundamentada no pragmatismo e/ou sociologia pragmatista, que trata de assuntos como: problemas públicos; arenas públicas; movimentos sociais; e experimentações democráticas, dentre outros, e que busca dar uma atenção às experiências dos atores da pesquisa, em especial as suas ações e práticas, não atribuindo aos achados, julgamento prévio, mas buscando uma interpretação fortemente alicerçada nas vivências e perspectivas dos atores.

Dito isso, a escolha do delineamento deste estudo é usar o **estudo de caso**. Em uma primeira definição, apresenta-se o escopo, que de acordo com Yin (2015, p. 17), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. Nesse sentido, o caso deste estudo, é a reinserção social de adictos de substância química promovida pelas organizações da sociedade civil.

Sobre as características da investigação de um estudo de caso, pode-se citar Yin (2015, p. 18):

- enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado;
- conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado;
- beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados.

Sobre o estudo de caso, Gray (2012, p. 199) afirma que “a abordagem é particularmente útil quando o pesquisador estiver tentando revelar uma relação entre um fenômeno e o contexto no qual ele ocorre”. Portanto, a reinserção social de adictos de substância química como fenômeno contemporâneo, será observada no contexto das organizações da sociedade civil.

As organizações escolhidas foram três comunidades terapêuticas, sendo duas estudadas por meio de seus relatórios de atividades e uma por meio de entrevista. Foi escolhida, também, uma associação que atua, especificamente, com reinserção social, e foram analisados juntos aos gestores, no caso da associação e da comunidade terapêutica.

Os critérios para escolhas das comunidades e da associação consideram a relação dessas organizações com a temática da reinserção social e a disponibilidade de participação na pesquisa. A associação que trabalha com a reinserção social foi a organização mais alinhada com o escopo deste estudo, considerando que apresentava mais elementos a serem explorados.

A estratégia do estudo de caso se representa ideal para esta pesquisa, pois é adequado para responder questões do tipo “como” e “por que”, e quando existe pouco controle dos eventos no contexto em que o fenômeno ocorre (YIN, 2015). Retoma-se o problema de pesquisa deste estudo, que é expresso na seguinte pergunta: **como é a atuação** dos atores das organizações da sociedade civil envolvidos com a promoção da reinserção social de adictos de substância química?

Dessa forma, a investigação está centrada e/ou orientada em saber como ocorre a atuação desses atores. O Quadro 3 apresenta a síntese do desenho metodológico desta pesquisa.

Quadro 3 – Síntese de caminho da metodologia de pesquisa

Caminho da metodologia da pesquisa	
Ontologia	Interação Sujeito-Objeto-Ambiente
Epistemologia	Pragmatista
Abordagens	Qualitativa
Método	Estudo de caso
Instrumentos de coleta de dados	Entrevistas semiestruturadas Análise documental
Análise dos dados e interpretação	Análise de conteúdo da Bardin Análise descritiva e interpretativa-pragmatista Software Atlas.ti

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como estratégia de técnica de coleta de dados, a proposta é utilizar algumas formas típicas das pesquisas qualitativas, como **entrevistas semiestruturadas** e **pesquisa documental**.

Quadro 4 – Objetivos e técnicas de coletas de dados

Objetivos	Técnicas de coletas de dados
Objetivo Geral: compreender a atuação dos atores das organizações da sociedade civil em torno da reinserção social de adictos de substância química um caso no Estado de Santa Catarina.	
Objetivos específicos	
1) Mapear quem são os atores envolvidos, de todos os setores, e que se relacionam com as organizações da sociedade civil na promoção da reinserção social;	Pesquisa documental
2) Descrever as ações e/ou práticas dos atores na reinserção social de adictos de substância química;	Entrevistas semiestruturadas
3) Verificar como os atores se relacionam na promoção da reinserção social de adictos de substância química;	Entrevistas semiestruturadas
4) Descrever na perspectiva dos atores, quais são os obstáculos e facilitadores para ações de reinserção social;	Entrevistas semiestruturadas
5) Analisar os avanços e limitações da atuação das organizações da sociedade civil na reinserção social de adictos de substância química.	Pesquisa documental

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O Quadro 4 apresentou uma relação dos objetivos da pesquisa com as técnicas de coletas de dados. A **entrevista semiestruturada**, de acordo com Gray (2012), possui

um roteiro, que não necessariamente será usado em todas as entrevistas. A entrevista funciona como uma conversa guiada pelo pesquisador, que escuta de forma atenciosa o que está sendo dito, a fim de obter significado, e esse significado é definido pelo objetivo da pesquisa (BARBOT, 2015; WARREN, 2001). Com a entrevista semiestruturada buscou-se investigar, diretamente com os atores das organizações da sociedade civil, as informações de como acontece a atuação deles na promoção da reinserção social. Dessa forma, foi **construído um roteiro** que buscou responder ao objetivo geral da pesquisa, relacionando com as primícias estudadas do pragmatismo. Para auxiliar esse processo, usou-se um **gravador de voz** e depois foram realizadas as transcrições das entrevistas.

A **pesquisa documental**, de acordo com Gray (2012), deve ser considerada como não invasiva e não reativa, o que significa que ela não envolve interação com o objeto de pesquisa. Esta pesquisa envolveu documentos organizacionais, registros cartoriais, políticos e judiciais, registros de vendas, industriais e institucionais, registros pessoais, visuais e de meios de comunicação de massa, institucionais e arquivos digitais. Com essa técnica, buscou-se mapear quem são os atores envolvidos de todos os setores, e quais se relacionam com as organizações da sociedade civil na promoção da reinserção social, mas não somente isso, essa técnica favoreceu, em outros estágios da pesquisa, ampliar a compreensão do pesquisador de forma sistêmica, buscando, com esse instrumento, **relatórios de atividade** de comunidade terapêuticas.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de dados foram estabelecidas as dimensões do pragmatismo, baseada na fundamentação teórica deste trabalho. Essas dimensões do pragmatismo aqui estabelecidas, são interdependentes, ou seja, não há uma sobreposição de uma dimensão a outra, mas sim, uma correlação.

É importante destacar que há caminhos metodológicos de trabalhos recentes com base no pragmatismo. A exemplo do trabalho de Andion, Alperstedt e Graeff (2020), que com um olhar pragmatista para ecossistemas de inovação social propõe um *framework* analítico e um caminho metodológico, com uma abordagem analítica que considera

escalas macro, meso e micro, como também uma inter-relação dessas escalas. Na escala macro, a unidade de análise está focada na cidade, na trajetória dos ecossistemas de inovação social e suas inter-relações. Na escala meso, a unidade de análise está focada na trajetória dos ecossistemas de inovação social e suas inter-relações de suporte e iniciativas de inovação social. Na escala micro, a unidade de análise está focada nas arenas públicas e experiências de inovação social e práticas de pesquisa pública.

Este estudo não utiliza o caminho metodológico proposto pelas autoras de forma direta. No entanto, pode-se dizer que há relação com o *framework* baseado no pragmatismo e o nível da análise em meso e micro. Nesse sentido, o caminho metodológico deste trabalho busca, junto aos atores organizacionais, que atuam com reinserção social, entender a trajetória da promoção de reinserção social e as iniciativas que envolvem, como também, as experiências dentro da arena que atuam. Dessa forma, a proposta foi desenvolver dimensões de análises, que possui uma lógica interdependente de correlação, mais focadas em experiência, ação e prática, aliada a análise de conteúdo.

Como técnica para a análise dos dados, utilizou-se a **análise de conteúdo** de Bardin (2016), em que as etapas são organizadas em três fases como é possível ver a seguir:

- 1) pré-análise;
- 2) exploração do material; e
- 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Essas etapas foram realizadas com o auxílio do *software* **Atlas.ti** específico para análise qualitativa. Com o Atlas.ti foi possível organizar os materiais para análise de entrevistas e relatórios de atividades, além de auxiliar na análise com a construção dos códigos e categorias fundamentadas no referencial teórico do pragmatismo.

Na primeira fase – **pré-análise**, foi o momento de sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo referencial teórico e definir indicadores para a interpretação das informações coletadas. No Atlas.ti foram definidas três dimensões de códigos, baseados no pragmatismo: a) a dimensão da experiência; b) a dimensão da ação; e c) a dimensão da prática, além de um grupo de códigos para a noção da reinserção social. Essas

dimensões foram construídas a partir do referencial teórico deste estudo, o que também colaborou para a análise dos outros materiais, como os relatórios de atividades das comunidades terapêuticas e a entrevista na Associação Recomeçar. Em estudo pragmatista há limitações de realizar uma categorização, pois a proposta é a de que a pesquisa siga caminhos diversos, no entanto, o que se propõe aqui são códigos do referencial teórico e que foram estabelecidos pelo pesquisador, servindo para analisar as informações coletadas, ou seja, depois de ter coletado as informações junto aos sujeitos da pesquisa, com os códigos aqui definidos, buscou-se dar sentido e significado aos achados e falas, por meio do referencial teórico. Dessa forma, os códigos serviram para relacionar o referencial teórico com as falas dos atores da pesquisa.

As definições dos códigos não foram estabelecidas por uma relação de importância de um sobre o outro, mas são palavras-chave dos conceitos apresentados pelos autores na seção de revisão da literatura. A exemplo do código ecologia da experiência, como se viu, no pragmatismo a questão está focada na ecologia da experiência pública, sendo essa ecologia uma experiência que deve ser recuperada no seu “*habitat* experiencial” (CEFAÏ, 2017; CEFAÏ; TERZI, 2012; MEAD, 1934; QUÉRÉ; TERZI, 2015). Pode-se observar que os demais códigos apresentam uma direção de convergência com a ecologia da experiência e, esta conversa, com os demais códigos.

Os códigos da dimensão da experiência trazem consigo as seguintes interpretações. A **reconstrução da experiência** leva em conta as situações passadas na construção da experiência nova; a **experiência coletiva** considera a problematização e publicização das situações por diferentes atores; a **experiência integral** considera o fator tempo para ser completa; e a **experiência singular** observa aquilo que é particular e único.

A dimensão da experiência é referente **ao que os atores fazem e como os atores fazem**, tendo consigo o princípio da **continuidade**, e esse campo de experiência leva em conta um conjunto de **hábitos, usos ou costumes**. Não se pode deixar de lado o aspecto de **interação com o ambiente** em que, nos processos, as pessoas interagem e atuam em seu ambiente, pois a **interação com organismos** não está dissociada do ambiente, sendo um sistema que apresenta diversas fontes de desequilíbrio, como tensões, resistências, incompatibilidade e contradições. Por fim, as **identificações das situações**

e dos distúrbios são as interações iniciais da experiência coletiva (ANDION; ALPERSTEDT; GAREFF, 2020; CEFAÏ, 2017; CEFAÏ; TERZI, 2012; DEWEY, 1927, 1952, 1959, 2010; MEAD, 1934; QUÉRÉ, 2002; QUÉRÉ; TERZI, 2015). A seguir é possível verificar a rede de códigos da dimensão da ação.

Os códigos da dimensão da **ação coletiva** se organizam, então, organizando seus ambientes, produzindo critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem. O percurso da **ação não é uniforme**, com frequência toma **direções imprevistas**, sai do rumo das expectativas de seus agentes, bifurca-se em **várias possibilidades**, e impõe que se pesem prós e contras. A **inteligência cooperativa** se desdobra e configura a **experiência dos atores** e o que direciona, assim, o envolvimento na ação coletiva. Essa abordagem da ação substitui a noção da ação instrumental por **arquiteturas complexas da situação** da pessoa e do coletivo. Na ação há o princípio da dinamicidade, sendo uma **dinâmica ativa** quando atua sobre alguma coisa e sua ação produz consequências e a **dinâmica passiva** quando sofre ou passa por algo e recebe as consequências de sua ação (CEFAÏ, 2009; DEWEY, 1927, 1958; TEIXEIRA, 2018). A seguir, a dimensão da prática.

No pragmatismo para determinar o sentido de uma concepção intelectual devem-se considerar os **efeitos ou consequências práticas**, por isso segue a observação das **práticas** e das suas articulações, no **tempo** e no **espaço**. Vale dizer que o que interessa não são apenas as continuidades que revelam a ordem social, mas também as **descontinuidades** e suas **rupturas**. Portanto, na observação da prática busca-se olhar para as **possibilidades de transformação, ressignificação**, descontinuidade e inauguração de **novas formas de organização**, de **novos arranjos socioterritoriais**, de **novas formas de fazer**, centrados na **autonomia individual** e social e no **potencial criativo** da espontaneidade, do **improviso**, da gestão social e da **construção coletiva de soluções** de baixo para cima (FREGA, 2016; KINOCHI, 2007; PEIRCE, 1983; PERES, 2020).

Depois de definidos os grupos de códigos com as dimensões do pragmatismo abordados no referencial teórico, foi estabelecido um grupo de códigos de reinserção social.

A reinserção social diz respeito a possibilidade de **reatar vínculos com os familiares e sociedade**, por meio da circulação e **ocupação dos espaços sociais**. É importante dizer que essa reinserção social começa desde o **contexto do tratamento**, sendo um **processo contínuo** e de **longa duração, interdisciplinar** e que demanda **qualificação dos serviços** de atendimento, sendo um processo multifacetado de **intervenções de apoio** ao indivíduo adicto de drogas (GANEVI; LIMA, 2011; SEIBEL; TOSCANO JÚNIOR, 2000; SIQUEIRA, 2015).

Ainda na fase de pré-análise foi realizada uma leitura geral do material eleito para a análise, sendo dois relatórios de atividade de comunidade terapêutica e duas entrevistas que foram transcritas. A organização dos materiais para a investigação foi realizada com o auxílio do Atlas.ti. Essas sistematizações serviram para o pesquisador conduzir as operações sucessivas de análise.

Nessa fase, seguiu-se as orientações, de acordo Bardin (2016):

- a) leitura flutuante – é o primeiro contato com os documentos, sendo um momento essencial para conhecer os relatórios de atividades, as entrevistas e demais fontes a serem analisadas;
- b) escolha dos documentos – que consiste na definição do *corpus* de análise, com exceção das entrevistas, a escolha dos relatórios de atividade se deu pela sua atualidade e clareza nas informações contidas e se havia informações relevantes para responder aos objetivos específicos da pesquisa;
- c) formulação das hipóteses e objetivos – a partir da leitura inicial dos dados, buscou-se analisar os documentos e as transcrições das entrevistas com a finalidade de responder aos objetivos desta pesquisa; e
- d) elaboração de indicadores – a fim de interpretar o material coletado. Essa prática se deu na definição das redes de códigos, conforme apresentado anteriormente.

Dentro da análise de conteúdo, seguiu-se, então, para a segunda fase, a **exploração do material**, que consistiu nas operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a classificação e agregação das

informações em categorias simbólicas ou temáticas. Buscou-se analisar os materiais escolhidos, aplicando as redes de códigos baseada no pragmatismo, definidas na fase de pré-análise, mas não ficando restrito aos códigos definidos, mas aberto para a definição de novos códigos que pudessem colaborar para responder aos objetivos da pesquisa. Para Bardin (2016), a codificação é a transformação de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. A seguir na Figura 2 consta uma síntese do processo metodológico da pesquisa.

Figura 2 – O processo metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

E, por fim, chegou-se a terceira fase que compreende o **tratamento dos resultados, inferência e interpretação**, que consistiu em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (relatório de atividade e entrevista). Buscou-se realizar uma análise comparativa entre os materiais escolhidos, mas, sobretudo, buscou-se responder ao objetivo geral e específicos desta pesquisa, por meio da **análise descritiva e interpretativa pragmatista**, com o uso das dimensões do pragmatismo estabelecidas em códigos no **Atlas.ti**.

Inicialmente, a proposta da pesquisa era realizar uma imersão profunda no campo, com uma observação participante. No entanto, devido ao período da pandemia do Covid-19 e suas consequências, não foi possível realizar essa imersão. Logo, a estratégia que possibilitaria a coleta de dados significava utilizar de instrumentos distintos para coleta e análise de dados. Muito embora se considere também uma limitação ao estudo, esta seria a forma de viabilizar a continuidade do trabalho.

Destacamos, portanto, que para os casos de organizações mais distantes do pesquisador utilizou-se da técnica de análise documental; em organizações em que o pesquisador ainda pudesse ter alguma viabilidade da visita, optou-se pela estratégia a entrevista semiestruturada.

Desta forma, nos casos do Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene) e da comunidade terapêutica Essência de Vida, a reinserção social foi analisada por meio de pesquisa documental. Buscamos identificar como essas organizações promovem a reinserção social por meio de seus relatórios de atividades e outros documentos e informações disponibilizados de forma pública nos sites das organizações. Destacamos ainda, que essa estratégia possui a limitação quanto a investigação da experiência dos atores, especialmente considerando a abordagem inicial que pretendia se dar a este trabalho, aprofundando a relação e interação dos atores com a temática.

Assim, numa tentativa de encontrar uma correspondência um pouco mais profunda da experiência dos atores com o fenômeno, e para conhecer mais de perto a promoção da reinserção social, a partir de uma perspectiva mais próxima de alguém que a vivencie, foi realizada uma entrevista semiestruturada em profundidade com o fundador e diretor da Associação Recomeçar, organização da sociedade civil que tem a proposta de trabalhar a reinserção social no espaço urbano, neste caso, na cidade de Itajaí-SC, essa entrevista foi realizada no dia 31 de janeiro de 2021. De forma complementar, também foi realizada uma entrevista em uma comunidade terapêutica. Neste caso, a organização escolhida foi a Crensa, localizada na cidade de Lages-SC, sendo a entrevista foi realizada de forma presencial no dia 27 de junho de 2022.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, inicia-se com uma breve descrição da imersão do pesquisador com o campo, relatando os momentos iniciais da pesquisa. Em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa de acordo com instrumentos utilizados na coleta dos dados.

4.1 IMERSÃO NO CAMPO E MAPEAMENTO DOS ATORES

A imersão no campo foi em 31 de janeiro de 2021, em uma organização da sociedade civil que atua na promoção de reinserção social, a Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, localizada na cidade de Itajaí, Santa Catarina, que tem como propósito apoiar e promover a reinserção social, familiar e profissional para pessoas que passaram por um tratamento de dependência química. Essa instituição oferece residência temporária, dentro de um programa terapêutico que previne recaídas, buscando promover qualidade de vida.

Para conhecer um pouco do projeto da Associação Recomeçar elaborou-se um artigo, que constou de uma visita para conhecer o local e entrevistar o seu fundador. Esse trabalho foi apresentado no IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP) entre os dias 1º e 3 de setembro de 2021, com o título de “Inovação social e experimentação democrática na reinserção social de (ex)dependentes químicos: o caso da Recomeçar”. O resultado da pesquisa foi interessante, pois por meio da visita e entrevista com o fundador da Associação, foi possível conhecer um pouco da realidade da atuação da organização.

Foi possível identificar que a Associação se mostra como uma iniciativa de inovação social que tem dado certo, pelo engajamento e colaboração dos indivíduos da sociedade civil. Começando pelos próprios residentes da Associação, que em conjunto, compartilham das despesas e contribuem para a manutenção. Igrejas locais de diferentes denominações religiosas, participam ajudando com arrecadação de alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, bem como o apoio à espiritualidade dos indivíduos. Grupos de pessoas que se solidarizam pela causa e atuam em ações pontuais, como foi o caso de uma reforma que ocorreu na mudança para o novo endereço. As clínicas de

tratamento e recuperação fazem parte da rede de atenção ao dependente, indicando e compartilhando informações do perfil da pessoa e trabalhando em conjunto com a Associação, em especial, na prevenção à recaída.

No início, a Associação contou com a participação da APM *terminals*, importante empresa da região que opera uma das redes portuárias. No entanto, atualmente, a empresa não apoia mais a iniciativa, o que se tornou um grande desafio para a Associação, tendo de se reinventar nas novas condições.

A Associação Recomeçar não conta com o uso de recurso público. Porém, pelo rompimento da parceira com a APM *terminals*, precisou de outro local para continuar com o trabalho. Para isso, foi preciso conseguir, junto à prefeitura da cidade, um espaço para uso. O diretor-fundador afirma que, não contar com recursos públicos favorece a autonomia da Associação, pois recebe somente dependentes na fase de reinserção e que precisam da prevenção à recaída, o que em um cenário onde exista uso de recursos públicos, poderia haver a condição de aceitar pessoas em diferentes situações. É preciso lembrar, nesse ponto, que o caráter normativo das políticas, especialmente quando atreladas a recursos públicos, favorece a ocorrência desse tipo de pressão.

A Associação se apresenta como uma das poucas casas de retorno que tem o objetivo de reinserção social. E pelos muitos obstáculos que enfrenta, muitas vezes sua atuação se limita a prevenção a recaída e a reinserção social fica como uma promoção secundária. Porém, apesar dos obstáculos, a Associação tem conseguido engajar diferentes grupos de pessoas interessadas na causa, e o que se pode perceber é que esses grupos estão, de alguma forma, mais ligados direta ou indiretamente ao problema público da dependência química. Talvez se possa dizer que esses grupos se tornam um coletivo, que se mobiliza com seus esforços, com tempo e recursos, na esperança de uma sociedade um pouco melhor.

Em dezembro de 2021 foi feita uma visita ao Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen) de Santa Catarina. Estavam presentes o presidente, Fernando Henrique da Silveira, o vice-presidente, Marcos Edwin Mey, e a coordenadora do Conen, Camilla Bregue.

Nessa reunião, o objetivo foi apresentar o projeto de pesquisa e buscar informações de registro ou cadastro de organizações em Santa Catarina que trabalham

com a promoção da reinserção social. No entanto, foi informado que não existe registro, por parte de Conen, de organizações com esse objetivo, no Estado.

Na conversa foi informado que é difícil existir organizações, exclusivamente, para essa finalidade, pois são comuns programas de reinserção social desenvolvidos dentro das clínicas ou comunidades terapêuticas.

Figura 3 – Visita ao Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen)



Fonte: Conen imagem (2021).

A partir desse momento de imersão no campo de estudo, após a elaboração do artigo com a entrevista na Associação e depois da visita ao Conen, para dar continuidade ao trabalho, teve-se de fazer uma escolha: onde começar, para investigar mais a fundo a promoção da reinserção social. Nesse momento, partiu-se em busca de outras associações, como a Associação Recomeçar, que embora não possuam registro no Conen, atuam na promoção da reinserção, ou em clínicas e comunidades terapêuticas para observar programas e projetos de reinserção.

A ideia foi seguir o caminho de onde as ações e as práticas acontecem, assumindo nem um local nem outro, apenas seguindo o rastro de onde as práticas se evidenciam, independentemente de sua forma institucional, seja em organizações, clínicas ou comunidades terapêuticas. Portanto, começou-se a pesquisa conhecendo a Associação Recomeçar, sendo essa uma organização da sociedade civil, alinhada mais intencionalmente com a reinserção social. Em seguida visitou-se o Conen/SC, justamente para identificar se havia registros de organizações como a Recomeçar.

4.1.1 A dimensão da reinserção social

Neste momento serão apresentadas as dimensões que contemplam a reinserção social. Primeiramente, informam-se as informações coletadas na análise documental do conjunto de Leis e de relatórios de atividade de comunidade terapêutica.

Figura 4 – Dimensões da reinserção social e econômica



Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

De acordo com o dispositivo legal vigente no Brasil, a reinserção social e econômica compreende as dimensões da educação, capacitação ao trabalho, cultura e

esporte. A reinserção é o processo de interdisciplinaridade entre diferentes ações, que vai desde o contexto familiar ao contexto do trabalho (GANEVI; LIMA, 2011, SEIBEL; TOSCANO JÚNIOR, 2000; SIQUEIRA; 2015). É importante destacar que a reinserção social não é apenas a formação educacional e capacitação profissional, mas é o processo que visa a reinserção da pessoa em diferentes contextos, como o cultural e esportivo, ou seja, é um processo que visa desenvolver, na pessoa, a capacidade de conviver e reviver diferentes situações sociais em diferentes grupos, uma vez que a dependência química levou-a a uma situação de exclusão.

Existe um direcionamento na lei sobre a oferta de educação e capacitação pelas escolas do Senai, Senac, Senar e Senat, conforme Figura 5.

Figura 5 – Atores organizacionais dos setores da educação



Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

Esses são os atores organizacionais que poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), em condições de serem dispostas em instrumentos de cooperação, celebrados entre os operadores e os gestores responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. No entanto, é interessante investigar quais são as condições a

serem definidas e como funciona a cooperação com os diferentes atores (BRASIL, 2019). No dispositivo legal, vê-se, ainda, a dimensão de cultura e esporte, no entanto, não existe uma descrição direta de quem seriam os atores organizacionais que atuariam na promoção relacionada à questão da educação.

4.2 RESULTADO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

4.2.1 Relatório de atividade da Cerene

Algumas comunidades terapêuticas possuem *sites* e disponibilizam documentos essenciais para a análise documental, como os relatórios de atividade. Apresentam-se, a seguir, dados do Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene), sendo uma associação civil, de caráter privado, sem fins lucrativos, portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), que utiliza o modelo psicossocial de Comunidade Terapêutica no atendimento de dependentes de álcool/drogas e prevenção ao uso/abuso destas. A Cerene atua no Estado de Santa Catarina e possui unidades nas cidades de Blumenau, Ituporanga, Palhoça, Joinville, São Bento do Sul e uma unidade na cidade de Lapa no Estado do Paraná (CERENE, 2021).

A organização atua com programas de acolhimento e atendimento. No acolhimento promove ações de promoção da saúde em programas terapêuticos para dependentes de álcool/drogas, sendo os seguintes programas: i) acolhimento em comunidades terapêuticas; ii) proteção e atendimento especializado à família e indivíduos; e iii) prevenção. No atendimento, promove atividades de assistência social para dependentes de álcool/drogas com os seguintes programas: i) fase complementar; e ii) serviços de assistência social sem alojamento, sendo o primeiro programa para os acolhidos que finalizaram o atendimento em regime residencial e o segundo para os residentes dos programas de acolhimento.

Interessa, portanto, saber mais sobre a fase complementar, que atua no apoio à reinserção familiar, profissional ou social de vulneráveis à recaída (CERENE, 2021). A seguir, passa-se à fase complementar da Cerene, com a descrição do público-alvo, objetivo geral e objetivos específicos, apresentados no Quadro 5.

É importante, desde já, fazer um destaque para as organizações da sociedade civil que possuem um compromisso com a transparência, fornecendo informações relevantes por meio dos relatórios de atividades. Assim, as partes interessadas em compreender de que forma acontece o processo de recuperação, podem acessar informações essenciais sobre o funcionamento da associação.

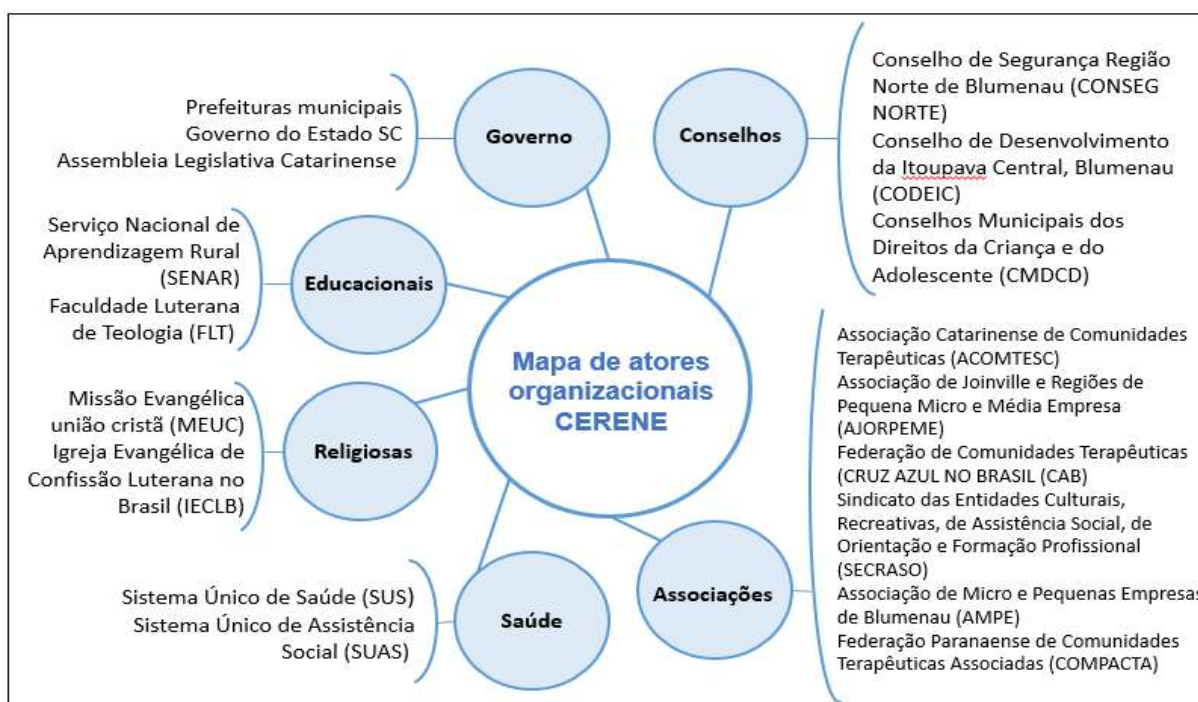
Quadro 5 – Fase complementar – reinserção social da Cerene

Fase complementar – reinserção social	
Público-Alvo	Acolhidos do Cerene, a partir de 18 anos de idade, que preencham os requisitos básicos necessários ao ingresso no programa; encontrem-se em estado de abandono; em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; desprovidos parcial ou integralmente de moradia e/ou vínculos profissionais; ou apresentem vulnerabilidade para recaídas nesses contextos.
Objetivo Geral	Proporcionar, adicional e temporariamente, ao acolhido participante do Programa de Acolhimento Adultos do Cerene residência assistida, alimentação e apoio técnico por meio de equipe interdisciplinar, buscando a reinserção social, familiar e profissional.
Objetivo Específicos	Atenção e apoio ao seu pedido de participação no Programa de Acolhimento Adultos-Fase Complementar.
	Afirmação de competências pessoais, sociais e profissionais.
	Informação sobre direitos e deveres de cidadania, incentivando ao exercício autônomo destes.
	Acompanhamento em competências e limitações pessoais, minimizando possibilidades de recaída.
	Orientação e apoio na busca de um trabalho formal e qualificação profissional.
	Identificação de obstáculos à empregabilidade.
	Articulação com entidades públicas ou privadas, visando empregabilidade.
	Auxílio na identificação de redes sociais e profissionais disponíveis.
	Encaminhamentos para redes de apoio públicas (SUS e Suas) de solidariedade ou privadas.
	Acompanhamento e monitoramento de encaminhamentos realizados.
	Atenção e apoio para familiares, objetivando parceria na consecução do objetivo geral deste Programa de Acolhimento Adultos – Fase Complementar.
	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
	Atividades socioeducativas que o auxiliem na reinserção social.
	Orientação à participação de ensino formal, cursos técnicos e profissionalizantes.
	Orientação e acompanhamento à participação em outras formas de atendimento pós-desligamento.

Fonte: Adaptado de Cerene (2021).

Na Figura 6 apresenta-se um mapa com os atores organizacionais da Cerene, extraído do relatório de atividade de 2021. É possível observar que há uma grande representação de associações que atuam em conjunto com a Cerene.

Figura 6 – Atores organizacionais da Cerene



Fonte: Adaptado de Cerene (2021).

O próximo tópico trata da estrutura organizacional de outra comunidade terapêutica, e a partir daí observa-se quem são os atores individuais que atuam nas atividades de uma comunidade terapêutica.

4.2.1.1 Análise da reinserção social da Cerene

Aqui será apresentada a análise da reinserção social, a partir das informações constantes no relatório de atividade da Cerene, buscando observar a promoção da reinserção social com as perspectivas das dimensões da experiência, ação e prática baseada no pragmatismo.

Na relação da dimensão da experiência com a reinserção social consegue-se observar que a experiência carrega consigo aspectos prevaletentes de continuidade e

coletividade, ou seja, não tem como a organização propor a reinserção de forma isolada, ela acontece a partir de um processo subsequente a outro e precisa da participação de outros atores organizacionais.

Observa-se, também, que na dimensão da ação, algumas das ações propostas tem o aspecto de dinâmica ativa, ou seja, a organização atua esperando as consequências positivas de reinserção, ou seja, ela atua em função de reatar os diferentes laços sociais que a reinserção social prevê, família, comunidade e trabalho, porém, há uma expectativa dos atores de que a pessoa que participa dessa fase complementar da reinserção social consiga, de fato, se reinserir em diferentes espaços. Algumas ações dependem de uma inteligência cooperativa, sendo um aspecto intrinsecamente relacionado com a experiência coletiva. Por fim, ainda indicam-se que as ações são de orientações, informações, acompanhamento e encaminhamentos, não há uma indicação de parceira ou programa direto no sentido de capacitação e inserção profissional por exemplo, embora sejam ações de dinâmica ativa, a organização fica na expectativa de que as pessoas consigam se reinserir.

Na dimensão da prática, observa-se que três códigos prevalecem. O código de construção coletiva de soluções indica que a prática somente acontece a partir de uma construção coletiva. Como a Cerene é uma comunidade terapêutica com o foco no acolhimento e tratamento, talvez seria complexo atuar de forma isolada na promoção da reinserção social, por isso existe a necessidade de estabelecer parcerias. Constata-se, ainda, que tais práticas têm como objetivo, efeitos ou consequências práticas, ou seja, que a pessoa que participa do programa da comunidade seja capaz de se inserir em diferentes espaços, profissionais, educacionais, sociais e familiares, e novamente tais práticas se apresentam como expectativas dos atores. No entanto, não se pode negar a possibilidade de transformação que essa fase complementar de reinserção social pode trazer para a pessoa que participa do programa.

No relatório de atividade da Cerene existe uma ação que se apresenta como inovadora para o fortalecimento da comunidade terapêutica, que foi a criação do Selo de Responsabilidade Social (Selar).

Figura 7 – A ação Selar – Selo de Responsabilidade Social



Fonte: Imagem do Facebook da Cerene (2022).

O selo de responsabilidade social da Cerene é uma iniciativa interessante junto às empresas. As organizações conseguem o selo por meio da doação de produtos e/ou serviços, ou de um percentual sobre a venda de produtos que contenham o selo social ou, ainda, por uma contribuição financeira periódica. Portanto, a parceria estabelecida é voltada ao funcionamento da comunidade, e não há indicação de parceria para a

promoção da reinserção social, no sentido de ofertar oportunidade de emprego ou capacitação profissional.

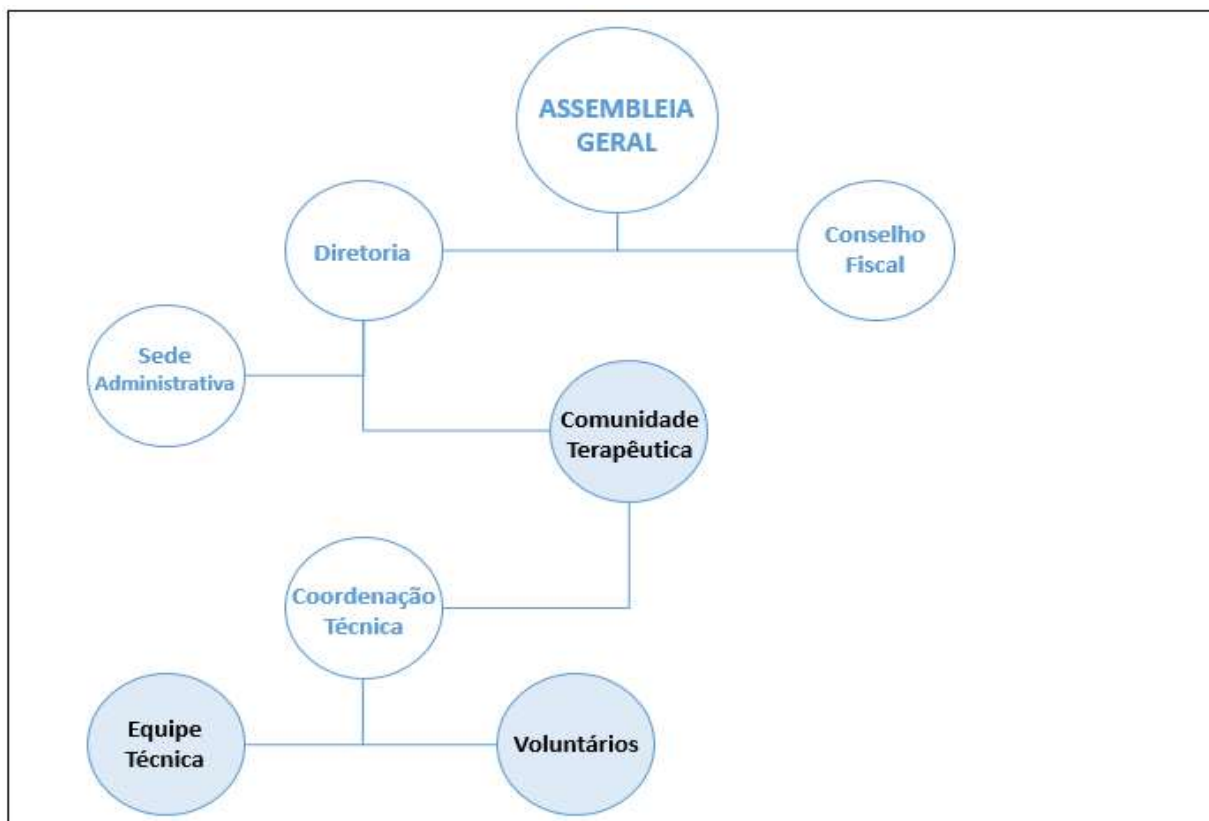
Na dimensão da experiência observa-se que se trata de experiência coletiva, em que os atores empresariais participam contribuindo, de alguma forma, com o Cerene. Trata-se de uma experiência singular, por ser uma iniciativa exclusiva da comunidade terapêutica. A proposta de entregar às empresas parceiras um selo de responsabilidade social é interessante para as organizações.

De acordo com Cerene (2021, p. 30), “com essa atitude a empresa demonstra a seus clientes, fornecedores e à comunidade em geral, sua disposição em mudar a realidade social decorrente da dependência de álcool e outras drogas”. Portanto, existe uma situação importante nessa relação por meio do selo, uma aproximação das empresas sobre a questão da dependência de álcool e outras drogas, e com essa aproximação ao longo do tempo, o Cerene pode desenvolver ações inovadoras. Por fim, destaca-se que a iniciativa se apresenta como uma prática de construção coletiva, sendo uma nova forma de fazer as coisas, como também, uma nova forma de organização.

4.2.2 Relatório de atividade da Essência de Vida

Antes de apresentar a estrutura organizacional e seus atores, é válido apresentar a associação, chamada Essência de Vida que tem a finalidade de prestar serviços de assistência em saúde às pessoas com problemas associados ao uso nocivo e dependência de álcool, tabaco e outras drogas, que necessitem de afastamento por período prolongado em caráter residencial, transitório e voluntário, na modalidade de comunidade terapêutica, localizada na cidade de Joinville em Santa Catarina (ESSÊNCIA DE VIDA, 2019).

Figura 8 – Estrutura organizacional da Essência de Vida



Fonte: Adaptado de Essência de vida (2019).

De acordo a Essência de Vida (2019), a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal tem mandato de dois anos e atende às disposições do Estatuto da Associação. A seguir será apresentada a composição da diretoria e do conselho fiscal.

Quadro 6 – Composições da diretoria e do conselho

Composição da Diretória	Conselho Fiscal
Presidente	Titular
Vice-Presidente	Titular
Primeira Secretária	Titular
Segunda Secretária	Suplente
Primeiro Tesoureiro	Suplente
Segundo Tesoureiro	

Fonte: Adaptado de Essência de vida (2019).

A Equipe Técnica é formada por profissionais contratados e voluntários que são responsáveis pela execução do Programa de Acolhimento, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Composições dos profissionais

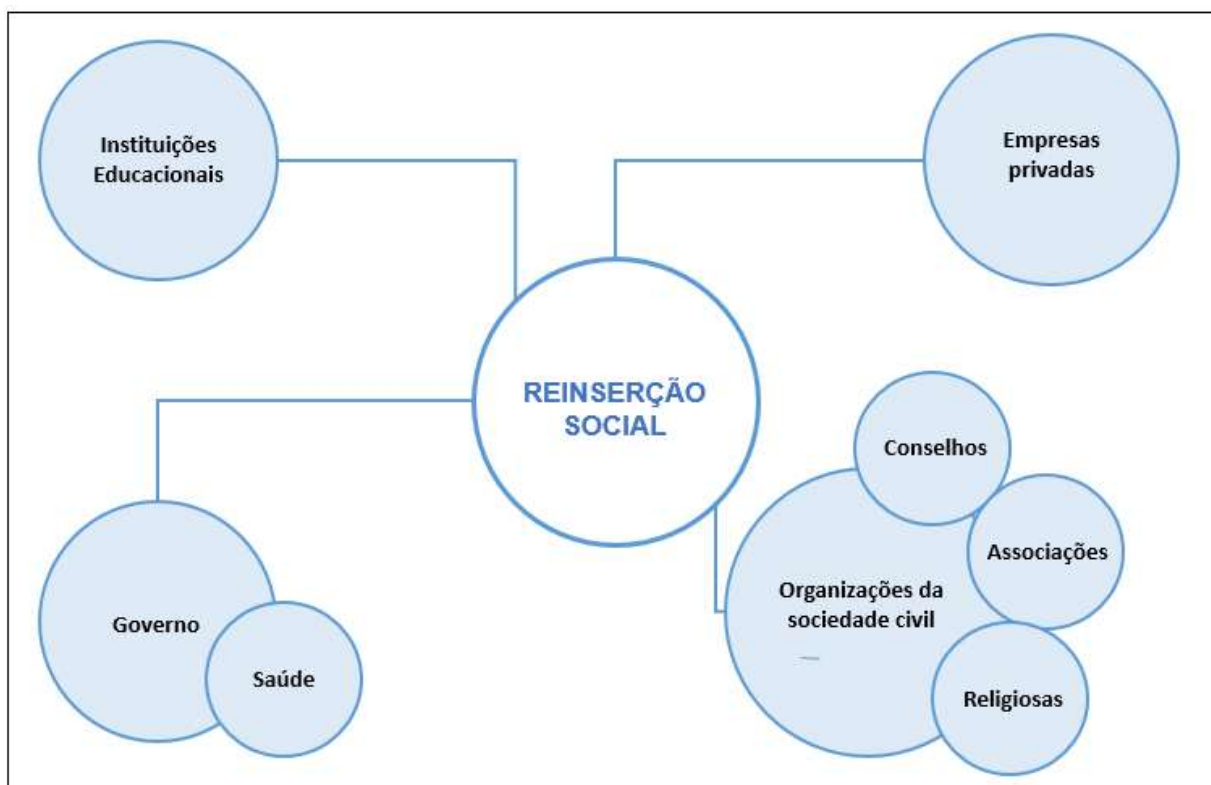
Quadro de Profissionais				
Qtd	Formação	Vínculo	Características	Grau de Formação
1	Psicólogo	Voluntário	Quadro próprio	Superior
2	Psicólogas	Contratado	Quadro próprio	Superior
2	Assistente Social	Contratado	Quadro próprio	Superior
2	Assistente Administrativo	Contratado	Quadro próprio	Ensino Médio
3	Monitores	Contratado	Quadro próprio	Ensino Médio
1	Nutricionista	Contratado	Quadro próprio	Superior
1	Enfermeira	Contratado	Quadro próprio	Superior
1	Cozinheira	Contratado	Quadro próprio	Ensino Fundamental

Fonte: Adaptado de Essência de vida (2019).

No Quadro 7 é possível ver a conjuntura de profissionais da comunidade terapêutica Essência de Vida. Esses profissionais atuam de forma direta nas ações de acolhimento e tratamento. Na próxima seção apresentam-se as ações de reinserção social que são desenvolvidas pelas comunidades terapêuticas, e que esses profissionais também atuam de forma indireta na reinserção social.

Na Figura 9 é possível visualizar quais atores estão mais próximos das ações de reinserção social, sendo que as organizações da sociedade civil são as que estão mais próximas. Outras instituições também são importantes na promoção dessa ação, instituição educacionais e empresas, no entanto, há um distanciamento dessas organizações sobre a reinserção social.

Figura 9 – Os atores próximos da reinserção social da Essência de Vida



Fonte: Essência de vida (2019).

4.2.2.1 Análise da reinserção social da Essência de Vida

Nesta seção será observada a reinserção social da comunidade terapêutica Essência de vida com as dimensões da experiência, ação e prática. Desde já destaca-se que as ações promovidas de reinserção social pela Essência de Vida são promovidas, concomitantes ao acolhimento e tratamento. Destaca-se que a reinserção social promovida pela Essência de Vida tem o foco, prioritário, no processo de reinserção sociofamiliar, sendo este, parte do processo da reinserção social. Reatar vínculos familiares é um dos objetivos da reinserção social. Portanto, observa-se que se trata de um processo contínuo, em conjunto com as ações de acolhimento e tratamento, que contribui para as possibilidades de transformação, sendo esse o objetivo e expectativas dos atores.

O programa tem a finalidade de prestar serviço de orientação e apoio para familiares de adictos de substância química, durante o acolhimento, no período de

residência e de pós-residência. Portanto, é um programa que considera o tempo como um fator importante para sua efetivação, pois o processo de ressignificação na reinserção social é um processo lento que demanda atenção de todos os envolvidos, seja os profissionais que estão orientando ou os familiares que estão recebendo as orientações. Essa ação só é possível por meio de uma inteligência cooperativa entre os profissionais da Essência de Vida e os familiares. Parece ser óbvio, mas, no entanto, essa cooperação começa com a presença nas seções de terapia familiar. Em alguns casos, a adicção do familiar acolhido é tão danosa, que a família pode se recusar a participar do processo. Dessa forma, trata-se de uma construção coletiva de soluções em que se espera consequências práticas nas vidas de todos os envolvidos.

Esse programa ocorre no período de residência e de pós-residência. Na pós-residência, o programa tem o objetivo de oportunizar, ao acolhido, o encaminhamento para o mercado de trabalho, escolarização, o acesso a direitos socioassistenciais, bem como, encaminhar para inclusão no Cadastro Único e/ou outros programas do Governo Federal.

Nessa fase, destaca-se o aspecto interdisciplinar que a reinserção social necessita para acontecer, então, essas orientações e encaminhamentos são fundamentais para os primeiros passos dos adictos na sociedade. Essa fase do programa promove a interação com o ambiente e com os diferentes organismos da sociedade, que é muito importante no processo de reinserção social. Isso ocorre, pois, depois da residência, o adicto de substância química, além de lidar com a falta de informação, enfrenta situações novas, de insegurança, medo e incertezas.

Como intervenção de apoio e promoção da educação, a organização mantém uma parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) de Joinville/SC, que tem o objetivo de garantir o direito ao acesso à educação para os acolhidos. Os módulos das disciplinas aplicadas durante o ano de 2019 foram Língua Portuguesa, Ciências, Artes e Matemática, com profissionais capacitados para a aplicação das matérias e sempre atentos ao aprendizado dos acolhidos.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) também ofertaram cursos em 2019, sendo uma ótima oportunidade para os residentes, contribuindo para a profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e para o pleno

exercício da cidadania. O programa Mesa Brasil do Sesc/SC também ofertou cursos de Manipulação de Alimentos e Curso de Corte e Armazenamento de Alimentos.

Outro objetivo importante do programa é, justamente, auxiliar no processo de adaptação do acolhido e oportunizar a criação de vínculo da família com a proposta de recuperação. A principal expectativa da Essência de Vida é que os acolhidos possam voltar aos seus contextos familiares, sendo extremamente importante esse foco para a organização, embora o objetivo seja o convívio familiar e o retorno seguro ao grupo social da família, a reinserção na educação e trabalho podem, portanto, dar segurança à família e ao adicto no processo de reinserção, já que representa uma retomada de vida social plena.

4.3 RESULTADOS DE ENTREVISTAS

4.3.1 O caso da Associação Recomeçar

A seguir será apresentado o relato da entrevista e as análises das respostas da Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, localizada na cidade de Itajaí, Santa Catarina, que tem como propósito apoiar e promover a reinserção social, familiar e profissional para pessoas que passaram por um tratamento para a dependência química. Essa instituição oferece residência temporária dentro de um programa terapêutico que previne recaídas, promovendo hábitos saudáveis. Ressalta-se que no caso das comunidades terapêuticas, a Essência de Vida e Cerene, não foram realizadas entrevistas, devido a limitação espacial e temporal para sua realização. Como essas comunidades possuem os relatórios de atividade, foram analisadas, a promoção da reinserção social, por meio desses registros.

Para descrever o trabalho da associação e conhecer seus parceiros, foi utilizada a entrevista semiestruturada como procedimento metodológico, em que o fundador e diretor da associação foi entrevistado em 31 de janeiro de 2021. Foi elaborado um roteiro de perguntas que norteou a entrevista, porém, ficando aberto para que novas questões pudessem ser feitas, criando assim, um diálogo mais flexível para novas informações relevantes sobre o caso em estudo.

De início, o entrevistado falou sobre o surgimento da iniciativa da Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, descrevendo a motivação para o início da associação:

A história da Recomeçar se inicia em 2013, quando nós fundamos a instituição devido eu ter passado por um processo de superação do alcoolismo dentro de uma comunidade terapêutica. Ao findar o tratamento, uma vez que eu rompi vínculos com família, trabalho e sociedade, eu me deparei com essa grande dificuldade de recomeçar minha vida, foi onde Deus colocou um anseio de ajudar as pessoas que viriam a passar por esse mesmo dilema que eu passei. Passei por quatro tratamento e o último com muito êxito, e fui um voluntário dentro das comunidades terapêuticas, e nasceu essa chama na medida que eu via pessoas recaindo e pessoas sem rumo, terminavam um tratamento, porém sem um destino e comprometendo muitas vezes o próprio tratamento. Porque algumas pessoas por não saberem o seu futuro, devido as portas estarem fechadas nem levavam afinho ou com o devido interesse essa proposta das comunidades terapêuticas, e assim nasceu a recomeçar, com o propósito de ajudar pessoas que terminando o tratamento não encontrariam respaldo na sociedade ou nas famílias (entrevistado).

Nesse primeiro relato, é possível perceber que a iniciativa da associação Recomeçar surgiu de um sujeito que vivenciou a realidade do problema público da dependência. E por meio dos desafios vividos, identificou as “dificuldades de recomeçar”, ou seja, se reinserir socialmente. Então, na medida em que observava as pessoas recaindo, devido a estarem “sem um destino”, ou seja, sem alternativas, direcionamento e oportunidades, se mobilizou para a fundação da Associação Recomeçar, com o propósito de ajudar outros em um processo de mudança social. De acordo com Andion, Alperstedt e Graeff (2020), esse processo de mudança social, parte de diferentes coletivos que surgem das consequências dos problemas públicos. Portanto, dentro da realidade da dependência química, há um coletivo de pessoas que, provavelmente, em sua maioria, tem uma relação com a realidade do problema, seja por conhecer alguém que vivenciou ou por ter vivenciado essa situação. Esses se mobilizam e se engajam em iniciativas para transformar a realidade de uma comunidade.

A iniciativa teve início pela própria experiência do fundador da Recomeçar, a partir da identificação de um distúrbio. Portanto, imerso no contexto e sendo parte dele, com um olhar não apenas próximo da situação, mas vindo da situação, o distúrbio foi percebido. É possível lembrar, neste ponto, de Quéré e Terzi (2015) que argumentam que os distúrbios podem ser de qualquer natureza ou de todo tipo e demonstram um certo

envolvimento nas situações, situações próximas ou distantes, reais ou imaginárias. Para Cefai (2017), quando o distúrbio é problematizado e publicizado, as pessoas começam a entender com o que estão lidando e o que devem fazer com a situação. Essa situação é permeada pela ruptura que se estabeleceu entre a pessoa e a sociedade, como consequência da adicção de substância química. Portanto, a partir da “grande dificuldade de recomeçar” e entendendo os desafios que cercam voltar à sociedade e pela sua própria experiência, o fundador iniciou a organização da sociedade civil, Recomeçar.

Para Dewey (1952, 2010), na experiência há o princípio da continuidade de experiência ou *continuum* experiencial. Ou seja, a pessoa está em constante interação com as situações. Na resposta do entrevistado, foi possível observar, claramente, que, por ter tido uma interação como voluntário em comunidade terapêutica, acabou por desenvolver um olhar sensível a causa. E ao observar a realidade da dificuldade que as pessoas têm de, assim como ele, após terminar o tratamento, conseguir um lugar para começar o processo de reinserção social, propõe a criação da Associação Recomeçar. Nesse sentido, o fundador passa a ter uma dinâmica ativa diante da situação, que de acordo com Dewey (1958), a dinâmica ativa é quando há uma atuação sobre alguma coisa e sua ação produz consequências. Assim sendo, o fundador com a sua atuação ativa teve como expectativa, transformar a realidade.

Portanto, observa-se, também, uma reconstrução da experiência. Segundo Dewey (1959), é por meio das experiências passadas que se passa a construir novas e melhores. Dessa forma, foi possível notar o esforço do fundador em reconstruir uma experiência nova por meio da organização, em que as pessoas que irão sair de um tratamento em comunidade terapêutica terão um lugar de apoio e reinserção social. Nessa iniciativa, é possível verificar o potencial criativo de soluções, configurando-se como uma inovação social.

Figura 10 – Fachada da primeira casa Associação Recomeçar



Fonte: Imagem da Associação Recomeçar (2021).

Em seguida, o fundador descreveu o conceito da Associação Recomeçar:

Então se pudéssemos dar um conceito a Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar, ela foi concebida com o propósito de apoiar pessoas que terminaram seu tratamento em clínicas, comunidades terapêuticas ou afins, e estão precisando de ajuda para reinserção social e prevenção a recaídas (entrevistado).

O propósito da associação é o apoio em duas questões, reinserção social e prevenção de recaídas. Como visto em Siqueira (2015), a reinserção social é a possibilidade de restituição de vínculos, começando na família e passando para a ocupação de outros espaços sociais, ou seja, educação e capacitação, trabalho, lugares de esporte e lazer ou oportunidades de forma geral, em que o sujeito passa a interagir e a contribuir com a vida em sociedade. Já a prevenção a recaída, como o próprio nome sugere, está relacionada a ações de evitar que o sujeito volte ao uso de substâncias

químicas. Pode-se dizer que as duas coisas não são dependentes uma da outra, no entanto, se relacionam de alguma forma.

A Associação Beneficente Recomeçar se coloca como uma organização interdisciplinar, pois também atua como uma continuidade para as pessoas adictas de substância química que fizeram o tratamento em comunidade terapêutica. Essa intervenção de apoio tem a função de ser um processo contínuo. De acordo com Dewey (1952, 2010), a experiência integral ou inteira é possível porque existe organização dinâmica, que é uma ação ativa, sendo, portanto, uma nova forma de fazer, como também de se organizar, afinal de contas não é tão comum encontrar organizações desse modelo, que apresenta uma possibilidade de transformação para a pessoa adicta de substância química em sua reinserção social. É possível, também, relacionar, que a iniciativa pode se apresentar como um novo modelo de atenção a adictos de substância química, especialmente na fase de reinserção social. Aqui nota-se, claramente, a consolidação da inovação social, como indicam Andion, Alperstedt e Graeff (2020), sendo um processo de mudança social, por meio da experimentação democrática, da mobilização e do engajamento de diferentes coletivos.

Perguntou-se, também, quais são as ações de reinserção social que a associação promove:

Como instituição, nós estamos a 7 anos desde 2013 promovendo esse trabalho, a instituição acaba sendo conhecida por algumas pessoas, alguns empresários e iniciativa privada. Sabendo que o grupo de pessoas que chamamos de residentes e, não de acolhidos, são egressos de uma comunidade terapêutica [...] eles precisam ter um olhar diferenciado específico de acordo com a aptidão, então se é um pintor, eu vou indicar ele por uma área específica com amigos empreiteiros, a própria instituição conhecida por esses amigos tem esse link e esse vínculo. Então esporadicamente somos procurados [...] nosso público tem atingido essa atividade primária de ser da construção civil. Quando a pessoa vem com o propósito de começar a trabalhar registrado em alguma empresa e já está apto [...] indicamos para o balcão de empregos da prefeitura, onde temos esse suporte na câmara de vereadores [...] também utilizamos do projeto Brasil esperança onde existe as ofertas de empregos. Então de acordo com aquilo que os residentes se propõem a buscar nós se (sic!) propomos a ajudar (entrevistado).

Como se vê, há uma cooperação entre a associação, cidadãos e balcão de emprego, muito embora não sendo um ideal, percebe-se que a associação não possui um projeto específico de recolocação profissional com um balcão de empregos direto

com empresas por exemplo, o que existe são alguns contatos que o fundador possui com um grupo de empreiteiros e, esporadicamente, são procurados por outras empresas, embora a maior parte da demanda é para o setor da construção civil. Assim, a casa deixa livre para o residente procurar sua recolocação e, se o residente precisar de ajuda nessa busca, a casa ajuda, com a indicação de procurar o balcão de empregos da Prefeitura.

Analizou-se a resposta do entrevistado sobre ações de reinserção social que são promovidas pela Recomeçar. Como já indicado, para a reinserção social de fato acontecer, faz-se necessário existir uma interdisciplinaridade. No aspecto da reinserção social, revisitou-se a noção expressa por Ganevi e Lima (2011), ao dizerem que se trata de um processo contínuo, de longa duração e interdisciplinar.

A Recomeçar atua junto às comunidades terapêuticas como alternativa de continuidade e apoio à pessoa adicta na reinserção social, portanto, observa-se importante consequência da iniciativa, quando o entrevistado informa que a organização passa a ser conhecida por alguns empresários da iniciativa privada.

Portanto, nesse sentido, reforça-se a importância dessa aproximação, de empresas com organizações da sociedade civil, especialmente no que tange ao contexto da dependência química.

Destaca-se que, a partir dessa perspectiva de interdisciplinaridade, constitui-se uma experiência coletiva entre organização civil e outros atores organizacionais. O entrevistado expressa que, a partir da atuação da organização, a associação “acaba sendo conhecida por algumas pessoas, alguns empresários”, como ele mesmo atesta. Isso acaba por indicar que a ação da organização pode tomar rumos imprevistos, direções não definidas, e que podem vir a agregar na missão da organização. Aqui é importante retomar Cefaï (2009), que evidencia que o caminho da ação não é uniforme e com frequência toma direções imprevistas, sai do rumo das expectativas dos atores, bifurca-se em várias possibilidades, e impõe que se pesem os prós e contras. Ou seja, a iniciativa da organização em promover a reinserção social pós-tratamento de comunidade terapêutica, disponibilizando um espaço na cidade de reinserção, despertou o interesse de outros atores, nesse caso, um interesse pró-iniciativa, um interesse de colaboração da iniciativa privada.

No que tange a ação de promover a reinserção social por meio do trabalho, a forma de intervenção de apoio é informal. O entrevistado expressou a necessidade de os empresários entenderem a realidade dos residentes, pessoas adictas de substância química que já passaram pelo processo de tratamento em comunidade terapêutica. A forma de reatar o vínculo com a sociedade pelo trabalho ocorre, na maioria das vezes, pela indicação que o fundador faz com outros empresários, de acordo com a rede de conhecidos e com as competências ou habilidades que o residente tem para o trabalho.

Analisando essa experiência da promoção para o trabalho, observa-se como os atores fazem e, no caso da Recomeçar, não há um processo formal definido entre empresas e a organização. No entanto, não se descarta a importância da experiência coletiva e a reconstrução da experiência do trabalho que a organização promove, ainda que de maneira informal e não sistemática. Como se trata de uma iniciativa com uma proposta diferente para a promoção da reinserção social na cidade, destaca-se a dinâmica ativa da ação, que de fato essa ação promove consequências práticas, a indicação promove recolocação no mercado de trabalho da forma como acontece como uma construção coletiva de soluções possibilitando a transformação. Dessa forma, indica-se a deficiência que ainda existe na experiência da promoção ao trabalho, mas invalida-se a importância da ação.

A promoção da reinserção social na dimensão do trabalho, como já indicado, é uma intervenção de apoio interdisciplinar. No entanto, é importante observar a ecologia da experiência que deve ser recuperada no seu “*habitat* experiencial” (CEFAÏ; TERZI, 2012; QUÉRÉ; TERZI, 2015; MEAD, 1934).

Salienta-se, assim, o ambiente de complexidade no qual a questão da dependência química repousa. Não se poderia, nesse momento, isolar o fenômeno da reinserção social sem considerar toda a questão que cerca a adicção de substância química. Considera-se que toda a questão ainda é permeada pelo paradigma proibicionista que desencadeia a criminalização generalizada do adicto de substância química, e não se descarta que houve avanços de mudança, mas ainda são tímidos, consequentemente, prevalece no imaginário popular, a ideia marginalizada e preconceituosa das pessoas que vivenciaram essa realidade. Para Cefaï (2017), é interessante compreender a dimensão da construção dos problemas sociais no

pragmatismo, em que a questão está focada na ecologia da experiência pública. Entre outras questões, reforça-se que esse “*habitat* experiencial” traz grandes desafios para a efetivação da reinserção social.

É importante, ainda, reforçar que a ação tem algumas limitações. Quando a pessoa tem o objetivo de trabalhar com carteira assinada em alguma empresa, a organização faz uma indicação ao balcão de empregos da prefeitura e ao projeto Brasil, com a esperança de que possuam as ofertas de emprego. Portanto, há uma dinâmica ativa e passiva, ativa no sentido de indicar e informar a pessoa sobre quais caminhos seguir, mas passiva no sentido de que isso ocorre quando a pessoa tem o objetivo de trabalhar registrado, ou seja, essas orientações ocorrem como uma reação à procura de emprego formal por parte do residente da associação, e não há um programa consciente de informação e educação ao trabalho, como a construção de currículo.

Foi perguntado de que maneira a associação promove ações de prevenção à recaída, na associação:

Nós procuramos estabelecer uma conduta cristã, hábitos saudáveis e estabelecer novos vínculos de amizade. Isso por si só caminha junto, por que eles vem de uma comunidade terapêutica que já traz essa visão no próprio tratamento, então aqui seria um pós tratamento, aqui nós vamos exercitar isso, e eu tenho esse vínculo com as comunidades terapêuticas de onde eles vem, e eu conheço então os pontos fortes e os pontos fracos de cada um que está vindo pra mim, eu vou saber por exemplo o que eu vou que cuidar, aqui uma questão de retorno a família pode ser um gatilho para recaída, então eu vou trabalhar essa questão [...] outra pessoas podem ir trabalhar em ambiente onde há usuários e eu não vou empurrar essa pessoas pra esse ambiente de trabalho, uma outra coisa é estabelecer um passo a passo [...] a pressa também pode ser um fator que pode sobrecarregar [...] temos um programa de disciplina (entrevistado).

O que se pode perceber são ações mais isoladas de acordo com cada residente da casa, sendo ações de aspectos mais clínicos de prevenção da recaída. Em seguida, buscou-se saber se a associação tem parceiros e quem são os principais.

Ressalta-se que na associação existe um foco maior em prevenção à recaída e a intervenção de apoio, nesse sentido, acontece muito pelo vínculo que a associação tem com denominações religiosas, por meio de condutas cristãs. Para o fundador da associação, é como dar continuidade ao que os residentes receberam na orientação nas comunidades terapêuticas. A dinâmica ativa que a associação toma em relação à

prevenção à recaída, pela resposta do fundador, acontece de forma individualizada por meio de informações que são compartilhadas na comunidade terapêutica.

Nós tínhamos desde a fundação uma parceria com a APM *Terminals*, através de pessoas conhecidas, nós fizemos um projeto. E fizemos uma parceria por um período para manutenção do aluguel e despesas fixas, nós tínhamos um lugar mais perto do centro da cidade, onde as despesas eram todas mais caras, IPTU e aluguel e conseguimos suprir por um tempo. Mas chegou um momento que rompeu esse vínculo, essa ajuda, e nós tivemos que mudar de endereço com um imóvel cedido pela prefeitura. E a nossa manutenção vem pela doação de alimentos, e os demais recursos em espécie nós fazemos pela contribuição dos próprios residentes que passam a ter vida produtiva, ou seja, a pessoa vem para casa, e ela vai ganhar um x, uma parcela disso em comum acordo, ao invés de pagar um aluguel, em comum acordo, entendem que é bom ajudar. Agora não temos parcerias com ninguém [...] hoje estamos suprindo nossas necessidades com o apoio único e exclusivamente dos residentes e ministérios solidários, doação de alimentos e higiene e de limpeza. Temos um apoio do projeto mesa Brasil do SESC que mensalmente oferta um kit, essa é uma parceria vigente desde 2015. E na reforma tivemos um grupo de pessoas da área da construção civil, engenheiros que se doaram junto com residentes para reforma, e assim tivemos o apoio de empresários do grupo (entrevistado).

Quando a associação foi fundada, ela teve o apoio de importante empresa da cidade, a APM *Terminals*, no entanto, atualmente não conta mais com esse apoio, somente com o imóvel cedido pela prefeitura da cidade. Para suprir as necessidades usam-se os recursos dos residentes para despesas fixas e de ministérios solidários com doações e o apoio do projeto Mesa Brasil do Sesc.

Foi possível observar, e aqui deve-se destacar, o fato de, atualmente, a associação ter poucos parceiros envolvidos com a causa. A promoção da reinserção social deve ser um processo contínuo e multifacetado de intervenções de apoio ao indivíduo dependente de drogas, no sentido da superação do modo de vida imposto pela dependência, sendo um processo contínuo e de longa duração, interdisciplinar e que demanda qualificação dos serviços de atendimento (GANEVI; LIMA; 2011; SEIBEL; TOSCANO JÚNIOR, 2000).

No início do processo de consolidação da associação como organização, verificou-se que começou por meio de um processo interdisciplinar para uma intervenção de apoio. Esse processo se deu pela participação de pessoas conhecidas do fundador, que tinham um contato com pessoas da APM *Terminals*, sendo uma experiência coletiva com diferentes formas de interações. Destaca-se que a ação se configurou como uma

dinâmica ativa e inteligência cooperativa. Segundo Dewey (1927), a inteligência cooperativa se desdobra e configura a experiência dos atores e o que direciona o envolvimento na ação coletiva. Portanto, a partir da experiência individual do fundador e de sua percepção da situação problemática em torno da reinserção social, por meio de um envolvimento com pessoas e por meio de sua rede pessoal, foi possível sensibilizar pessoas da empresa *APM Terminals*, a iniciar a Associação Recomeçar.

Na dimensão da prática, reforça-se a construção coletiva de soluções. Essa dinâmica proporciona a inovação social, configurando novos caminhos para situações complexas, em que, novamente, ressalta-se a importância dessa aproximação da iniciativa privada com as organizações civis. No entanto, sinaliza-se que, no caso da Associação Recomeçar, só foi possível porque o fundador tinha conhecidos na empresa, talvez o ideal dessa aproximação seriam empresas vinculadas por meio das diretrizes de responsabilidade social corporativa, em atuar de forma mais programada com as organizações civis.

Entretanto, pode-se ressaltar, também, a nova forma de se fazer, pois o caminho encontrado pela associação, por meio da colaboração da *APM Terminals*, proporcionou o início e a sustentabilidade da organização.

Figura 11 – O apoio da *APM Terminals*



Fonte: Imagem da Associação Recomeçar (2021).

Infelizmente, a parceria com *APM Terminals* foi rompida e a partir daí a associação precisou buscar apoio da prefeitura da cidade para encontrar um novo local. Portanto, para além dos demais aspectos da experiência e ação, se destaca a ruptura e descontinuidade da parceria. A partir desse evento, como consequência, a associação teve de se reinventar por meio do apoio da prefeitura, e a forma de manutenção passou a ser mais colaborativa, inclusive, pelos próprios residentes.

Também foi questionado se a associação tem vínculo com alguma denominação religiosa:

Nós somos interdenominacional [...] eu frequento a igreja batista, mas nós temos pessoas que vão aqui em uma igreja, onde tem um psicólogo voluntário, ao lado temos a igreja católica aonde dois senhores vão, tem um senhor que é da testemunha de jeová, eu tenho alguns que frequentam a igreja adventista, somos interdenominacional (entrevistado).

Interessante esse conceito interdenominacional, pois representa um respeito por parte da associação às demais opções religiosas, notadamente o papel das mais diversas religiões, de alguma forma, contribui para a causa da associação. Em seguida, foi questionado se a Recomeçar conta com a ajuda de empresas, e de que forma elas participam do projeto:

Antes tínhamos o apoio da *APM Terminals* e ajuda de empresário em uma ação pontual, que foi de reforma. Hoje eu vou com um ofício solicitar apoio seja na prefeitura ou em empresas. Hoje a expectativa é com uma nova visão voltar às empresas [...] o apoio pode ocorrer com apoio menos expressivos compartilhando ajudas de diversas empresas (entrevistado).

Atualmente, a associação não conta com ajuda específica de uma empresa. Porém, quando necessário, por meio de ofício, recorre ao apoio da prefeitura ou empresas que podem colaborar em uma ação pontual como, por exemplo, para reformas, e que, também, a comunidade civil apoia com doações e a associação desenvolve bazares.

Observa-se, então, que a atuação da organização passou a ser diferente, devido a descontinuidade do apoio da *APM Terminals*. A experiência da associação se intensifica nas interações entre organismo e ambiente, que para Quéré (2002), essas interações não são questões independentes, no entanto, pertence a um único processo

que é relativo um ao outro. Esse sistema apresenta diversas fontes de desequilíbrio, como tensões, resistências, incompatibilidade e contradições. Portanto, a partir da situação posta, a associação passa a negociar apoios pontuais, de acordo com a necessidade da associação com outros atores.

Essa nova conjuntura condiciona a associação à uma dinâmica mais ativa, no sentido de buscar as parcerias necessárias. Isso requer uma inteligência cooperativa dos diferentes atores, sejam empresas ou prefeitura. Destaca-se, também, a construção coletiva de soluções que a nova realidade propõe e o potencial criativo de improviso da associação para buscar novos caminhos e maneiras de se fazerem as coisas.

Figura 12 – Novo local e bazar da associação



Fonte: Imagem da Associação Recomeçar (2021).

Depois, foi perguntado se a associação conta com o apoio de recursos públicos, municipal, estadual ou federal:

Não, nós sempre tivemos uma atitude independente, porque se nós fazemos (sic!) parte dessa provisão de recursos públicos tínhamos que ter alguns pré-requisitos, assistente social, psicólogos [...] a casa teria que se tornar uma comunidade terapêutica, e para isso eu teria que abrir as portas para pessoas em situação de rua e então corria o risco de fugir do foco. A iniciativa privada está satisfazendo a necessidade (entrevistado).

Nesse relato, é possível verificar que a associação preferiu manter a independência na forma de atuação, por isso não optou pelos recursos públicos. A ajuda pública que a associação recebeu foi o imóvel cedido pela prefeitura, por conta do rompimento com APM *Terminals*. De acordo com o fundador, o recebimento de recursos públicos poderia interferir no foco inicial da proposta. O que coincide com as definições de inovação social que é motivada pelo objetivo de satisfazer as necessidades sociais, buscando novas soluções de forma mais efetiva e eficiente, promovendo a qualidade de vida, por meio de novas ideias, sendo produtos ou modelos (MULGAN; TUCKER; SANDERS, 2007; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; PHILLS JR; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; POL; VILLE; 2009).

Observa-se que a associação busca ter uma autonomia em sua forma de atuação, buscando um formato mais criativo de fazer as coisas. O fundador argumenta que não faz uso de recursos públicos para não atuar de forma engessada, por meio dos critérios e requisitos do órgão público. A questão, segundo o fundador, é que se tomar recursos públicos, a associação deveria se configurar como uma comunidade terapêutica, e se isso acontecer a proposta da associação iria perder sua missão de reinserção social. Sendo assim, essa escolha proporciona diferentes possibilidades de ação e se configura em uma experiência singular. A experiência singular é constituída por uma qualidade única que perpassa a experiência inteira (DEWEY, 2010).

Em seguida, foi questionado sobre quais são os principais desafios da associação. Recomeçar:

Uns dos maiores desafios é conseguir inserir mais apoiadores nessa visão enquanto associação, o desafio é colocar pessoas vocacionada para aumentar o alcance social [...] tornar nossa visibilidade maior, para poder auxiliar mais as

comunidades terapêuticas [...] trabalhar a imagem da associação e estar mais perto das instituições. Trabalhar a reconstrução dos laços familiares e, também, como desafio fazer essas pessoas que deu certo se tornar membro da associação (entrevistado).

Quando o fundador argumenta que um dos desafios é conseguir inserir apoiadores na visão da associação, essa visão é a proposta de apoio a reinserção social na cidade, esse desafio pode se justificar pela dificuldade de reconstruir a experiência da pessoa adicta de substância química a ocupar seus espaços em diferentes contextos, sendo que esses desafios entre outros, pode sinalizar para a associação, a necessidade de qualificação dos serviços, talvez no sentido de melhorar a comunicação com as diferentes áreas da sociedade sobre o trabalho social que a associação desenvolve.

Esses desafios apresentam uma dinâmica passiva por parte de outros possíveis atores organizacionais e individuais. As ações não são uniformes devido à complexidade da questão da dependência química. Destaca-se a fala do entrevistado ao apontar a necessidade de tornar a associação mais visível para poder auxiliar mais as comunidades terapêuticas, ou seja, com uma relação muito próxima da associação com essas comunidades.

Nesse sentido, se configura um processo contínuo como alternativa de pós-tratamento. Ressalta-se, ainda, o desafio de superar a ruptura que a adicção de substância química causa com a família. Aliás, as pessoas que estão na associação fazem parte, porque a alternativa de voltar para casa não é uma opção. Portanto, a associação tem como propósito superar essas rupturas que são consequências dos tempos de adicção ativa. Nesse sentido, evidencia-se a importância que há em um programa de reinserção sociofamiliar, concomitante ao período de tratamento, como visto no caso da comunidade terapêutica Essência de Vida, ou seja, trata-se de processo contínuo e interdependente.

Depois foi perguntado se a participação de empresas em causas como a da Associação Recomeçar é suficiente:

[...] eu por experiência entendo que sim, uma pessoa empregada consegue estabelecer disciplina, ser produtiva e ter fonte de renda, nesse sentido uma empresa abrindo portas para os nossos residentes ela está cumprindo o seu papel, uma empresa apoiando uma instituição torna desnecessário ir para as políticas públicas. Se empresas estiver apoiando abrindo portas eu continuo na

visão autônoma da associação recomeçar, prevenindo a recaída e promovendo a reinserção social (entrevistado).

Analisando a questão da participação das empresas, na dimensão da reinserção social, o aspecto interdisciplinar é fundamental para a relação entre empresa e associação. Para o entrevistado, o papel que o emprego tem na reinserção social da pessoa é importante, pois a pessoa pode desenvolver qualidades pessoais importantes para a vida, como a capacidade de disciplina e de conseguir o seu autossustento.

Já no final da entrevista, como pergunta feita após o roteiro, tentou-se compreender se as empresas são realmente sensíveis à proposta da Associação Recomeçar:

Os empresários estão preocupados com índices de violência e criminalidade na comunidade, e os empresários são interessados, tem empresas que adotam uma ação social específicas. A dependência química está ligada a violência e criminalidade, segurança pública (entrevistado).

Na resposta do entrevistado, observa-se a fala sobre a questão das drogas relacionada a violência, criminalidade e segurança pública nas perspectivas de empresários. De fato, não se pode negar a relação entre drogas e segurança pública, no entanto, a complexidade produzida em torno dessa questão começa, exatamente, pela necessidade de mudança de paradigma para tratar de questão das drogas.

Obviamente, há uma identificação de distúrbio que as drogas trazem para a sociedade, porém, é preciso entender se esse distúrbio está sendo compreendido, a partir da natureza real dele ou se está revestido de camadas de medo e preconceito. Não é objetivo desse trabalho discutir a natureza do distúrbio ou do problema, mas pode-se dizer que a solução ou redução dos efeitos de um problema começa pela compreensão exata do que é o problema e como ele se constitui ou se configura. Portanto, há uma necessidade em compreender, em profundidade, a problemática das drogas.

Por fim, a última questão feita após o roteiro da entrevista era se existe a questão de preconceito e discriminação:

Existe, na verdade talvez por causa do índice reincidência das mesmas pessoas estarem recaídas circulando por aí, e tem um preconceito muito grande, mas é possível recomeçar. O olhar para uma família restaurada vai muito de

empresário, a quebra do preconceito quando eu vou visitar um empresário acontece quando viveu na pele algum ente querido dependente químico, essas pessoas sentem simpatizante à causa. O preconceito existe por parte das instituições que não são sérias e existe o preconceito por si só da nossa causa da dependência química que é difícil (entrevistado).

Evidencia-se a necessidade de superar o preconceito e a importância que a classe empresarial tem no apoio à reinserção social de dependentes químicos, pois isso pode ajudar na diminuição da reincidência. Obviamente, não é o único fator, pois seria o mesmo que dizer que qualquer dependente químico que está trabalhando, jamais voltará a consumir. No entanto, nota-se que os empresários têm o interesse na diminuição da violência e criminalidade da comunidade onde atuam. Interessante notar, ainda, que a dependência química está ligada, de alguma forma, a violência e criminalidade, portanto, sendo uma questão de segurança pública.

Nessa entrevista foi possível identificar que a atuação da associação se mostra como uma iniciativa de inovação social que tem dado certo, pelo engajamento e colaboração dos indivíduos da sociedade civil, como também, a criação de uma nova forma de solucionar uma situação problemática. Começando pelos próprios residentes da associação, que em conjunto, compartilham das despesas e contribuem para a manutenção. Igrejas locais de diferentes denominações religiosas, participam ajudando com arrecadação de alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, bem como o apoio à espiritualidade dos indivíduos, além de grupos de pessoas que se solidarizam pela causa e atuam em ações pontuais, como foi o caso da reforma. As clínicas de tratamento e recuperação fazem parte da rede de atenção ao dependente, indicando e compartilhando informações do perfil da pessoa, trabalhando em conjunto com a associação, na prevenção à recaída. Isso tudo demonstra que a Associação Recomeçar se coloca como um modelo de inovação social relevante.

Pode-se ainda citar, que no início, a associação contou com a participação da APM *Terminals* com o apoio de recursos financeiros. Atualmente, a empresa não apoia mais a iniciativa, o que parece ter sido um grande obstáculo para a associação, que teve de se reinventar. Assim, não é uma novidade que organizações sociais precisam buscar novas maneiras para garantir a sustentabilidade econômico-financeira. De acordo com Pinheiro (2003), por meio de ações efetivas de participação, estrutura administrativa

eficiente, distribuição e aplicação dos recursos captados, capacidade de desenvolver novas atividades para o desenvolvimento da organização e pelo interesse coletivo entre a organização e demais atores, ou seja, por meio da dimensão social da sustentabilidade, tem sido um caminho possível para superar a ausência de recursos.

A Associação Recomeçar não conta, atualmente, com o uso de recurso público. Após o já mencionado rompimento da parceira com a APM *Terminals*, precisou de outro local para continuar com o trabalho. A solução, portanto, passou por conseguir junto à prefeitura da cidade, um espaço para uso. Vale destacar que, para o diretor-fundador, a garantia da autonomia da associação, por escolha, passa por não fazer uso de recurso público. A relação entre organizações dessa natureza com o Estado, acontece de modo burocrático, em que a captação e distribuição de recursos pelo Estado é condicionada a um programa quase que cartorial, desatualizado e vinculado a valores orçamentários defasados (PINHEIRO, 2003). A principal justificativa não está na dificuldade de obter os recursos, mas na configuração que a associação teria de adotar para usufruir dos recursos, pois recebe somente dependentes na fase de reinserção e que precisam da prevenção à recaída, o que em um cenário onde exista uso de recursos públicos poderia haver uma contrapartida em aceitar diferentes situações.

Como visto anteriormente, no Brasil a questão da dependência química é um desafio de algumas décadas, e a abordagem que tem predominado nas políticas públicas tem sido uma lógica funcionalista, sobretudo, direcionada a criminalização do sujeito adicto. Ainda pode-se notar, nas atuais discussões nacionais, que o foco do debate gira em torno de descriminalizar ou criminalizar, apesar dessa discussão não ser o foco neste trabalho, é preciso aproximar a política pública para um outro polo de discussão, buscando, assim, uma mudança de paradigma para tratar desse problema público.

Discutindo e entendendo os atores e a realidade social dessa problemática, é possível perceber que não se trata de segurança pública isoladamente e que as controvérsias que surgem por estar quase totalmente atrelada à segurança pública, desencadeia novas situações problemáticas para as soluções vindas de organizações de inovação social. Portanto, é preciso buscar uma maneira diferente para entender as questões que envolvem o problema da dependência química no Brasil, pois como se viu, perpassa por diferentes ações até a reinserção social.

Obviamente, alguns avanços aconteceram em termos de políticas públicas. Atualmente há um dispositivo legal que busca orientar uma ação de interdisciplinaridade entre diferentes áreas para promover desde prevenção a reinserção social, esse último termo foi usado em lei muito recentemente. Notadamente, é um avanço em termos de legislação. O que se precisa observar é a aplicação, ou seja, como estão ocorrendo as ações.

A associação se mostra como uma das poucas casas de retorno que tem o objetivo de reinserção social. E pelos muitos obstáculos que enfrenta, muitas vezes sua atuação se limita a prevenção à recaída e a reinserção social fica como uma promoção secundária. Porém, apesar de seus obstáculos, a associação tem conseguido engajar diferentes grupos de pessoas interessadas na causa, e o que se percebe é que esses grupos estão, de alguma forma, mais ligados direta ou indiretamente ao problema público da dependência química. Talvez, se possa dizer que esses grupos se tornam um coletivo que se mobilizam com seus esforços, com tempo e recursos, na esperança de uma sociedade um pouco melhor.

4.3.2 O caso da Comunidade Crensa

No dia 27 de junho de 2022, foi realizada uma visita presencial na Comunidade Terapêutica Crensa, na cidade de Lages em Santa Catarina, onde foi aplicada uma entrevista com a coordenadora e psicóloga da instituição. O objetivo da entrevista foi identificar as ações ou programas de reinserção social da comunidade terapêutica. Assim sendo, buscou-se entender a experiência da comunidade, com a promoção dessa ação. No primeiro momento procurou-se entender um pouco sobre a motivação do início da comunidade.

Famílias que tinham dependentes químicos, não sabiam o que fazer com eles. 'Ah não, vamos juntar tudo no era um sítio' em...ah, agora me fugiu o nome da cidade. É aqui no interior, é... Capão Alto. Era num sítio em Capão Alto que um desses familiares tinham e juntaram alguns lá, dependentes químicos, e aí depois de tempo esse terreno aqui foi doado por uma outra família também que tinha também dependência química na família, aí vieram aqui pra Lages em 1998 (entrevistada).

Observa-se aqui, novamente, que a organização teve seu início a partir a experiência coletiva de atores que vivenciaram, em alguma medida, a realidade da dependência química na família e, como consequência disso, se mobilizaram para criar a comunidade terapêutica, sendo uma dinâmica ativa diante do distúrbio identificado ou vivenciado. Evidentemente, essa mobilização possibilitou a transformação do contexto.

No início, a organização começou as atividades com a participação e envolvimento das famílias, e com o passar o tempo a comunidade conseguiu envolver outros atores organizacionais, como a empresa Vitta Distribuidora de Alimentos em Lages-SC, e entidades governamentais como a Polícia Militar Ambiental e o Programa Mesa Brasil do Sesc. Além de se configurar uma experiência coletiva e dinâmica ativa dessas organizações é de fato uma construção coletiva de soluções. No entanto, destaca-se que as participações desses atores organizacionais se limitam a doações de alimentos, e não há um envolvimento mais efetivo ou intencional na promoção da reinserção social, seja em capacitação educacional e profissional, ou até, em oportunidade de trabalho.

Então, aqui, percebe-se que a iniciativa aconteceu porque a família vivenciou a realidade da dependência química e, mais uma vez, nota-se que a iniciativa surge de atores envolvidos com o contexto. Observa-se, também, de acordo com Dewey (1959), que por meio das experiências anteriores se constroem novas, ou seja, uma situação vivenciada pelos fundadores da organização com a questão da dependência química presente na família, motivou o início da comunidade terapêutica. Situação identificada também no caso da Associação Recomeçar, a diferença, no entanto, era que o fundador da Recomeçar era o próprio sujeito que vivenciou a situação. Ainda nesse ponto, sobre o início da organização, segundo os autores Magalhães, Andion e Alperstedt (2020), os públicos se mobilizam em torno de um problema. Entende-se que, inicialmente, a iniciativa começa pela família ou com pessoas que vivenciaram a problemática e depois outros atores interessados na solução desse problema, vão se somando a iniciativa.

Isso posto, buscou-se compreender, se no início, teve a participação de empresas e/ou organizações públicas (Prefeitura, Estado):

Não sei te dizer, eu acredito que não. Acho que foi bem sociedade civil mesmo. Bem as famílias. Não. Que eu me lembre, não. Mas assim, a... algumas famílias e até a Rose né, por serem muito conhecidos aqui em Lages sempre, desde o

começo até hoje, sempre buscam ajuda e parcerias e têm empresas que ajudam, hoje têm empresas que ajudam através de doações (entrevistada).

Em seus estudos, Cefai (2009) trabalha as noções a respeito dos movimentos sociais e como estes se mobilizam, em relação às organizações da sociedade civil. Nesse sentido, destaca-se a resposta da entrevistada ao dizer que a forma de mobilização foi por meio da articulação dos familiares com suas redes particulares de contato, evidenciando, assim, que a mobilização do público interessado pela problemática da adicção de substância química, é uma mobilização solitária de início, ou seja, acontece muito pela força de vontade dos familiares que pertencem ao contexto, configurando-se em um aspecto limitador para o surgimento de outras iniciativas.

A investigação sobre a sociedade civil e suas organizações, de acordo Andion *et al.* (2017), produz aprendizados sobre a ação pública na atualidade, verificando os avanços e limites das experiências de inovação social desenvolvidas pelos atores nas arenas públicas. No início, a Crensa não teve participação de empresas, no entanto, depois, como sinalizado na entrevista, algumas empresas participam contribuindo em forma de doação. Em seguida, buscou-se identificar quais são as empresas que colaboram com a organização.

Doações de alimento a gente tem do Mesa Brasil, da Vitta, é ... de outra organização é a Polícia Militar Ambiental, de madeiras, agora deixa eu ver. Essas são as que ajudam assim... como eu vou dizer, é... continuamente. E aí tem assim – ah a gente precisa disso para um evento, a gente precisa de uma doação, de sei lá, um carro, disso, daquilo – aí têm os projetos e têm as outras parcerias é ... pontuais. Tem verba de gabinete, Deputada Carla Zanotto ajuda muito, sempre ajudou muito o CRENSA (entrevistada).

Nota-se que as empresas atuam ajudando em ações pontuais, aquelas que atuam de forma fixa, participam com ações de doações. O primeiro ponto que é importante destacar, é que a organização conta com a participação de algumas empresas, especificamente, no que diz respeito a ações de doações de alimentos, porém, também se vê que há a participação de empresas de forma pontual, ou seja, em alguma necessidade que a organização possa ter, em algum momento específico.

Obviamente, se está tratando aqui de uma organização cujo foco de atuação está no tratamento e acolhimento. No entanto, entende-se que a reinserção social é um

processo contínuo, de longa duração, multifacetado, de intervenções de apoio e interdisciplinar (GANEVI; LIMA, 2011; SEIBEL; TOSCANO JÚNIOR, 2000). Destaca-se, dessa maneira, a importância dessa aproximação, desde o momento de tratamento, pois a partir daí é possível que surjam novas interações, como por exemplo, interações relacionadas a capacitação profissional. Mas, evidentemente, no caso da Crensa, a aproximação com empresas, ainda está muito relacionada a sustentabilidade da organização. Em seguida, depois desse momento na entrevista, buscou-se fazer perguntas mais direcionadas ao escopo da pesquisa, questionando, especificamente, se há organizações que apoiam a comunidade terapêutica em algum programa de reinserção social.

Não. Talvez a Prefeitura. A gente tem um convênio com a Prefeitura e eles custeiam as vagas. É a Prefeitura, o Estado e a União, o SUS e o Programa Reviver que é um programa estadual. Então, a Prefeitura talvez, porque daí têm os outros serviços da Prefeitura, tanto quando está aqui, quanto sai daqui (entrevistada).

Observa-se que, no início, a Crensa não contou com a colaboração de recursos públicos, mas, atualmente, a comunidade tem convênio com a prefeitura. A prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Lages (LAGES, 2022), abre edital de chamada pública com o objetivo de selecionar e contratar entidades prestadoras de serviços de comunidades terapêuticas, localizadas no município, para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com problema decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas, fazendo repasses financeiros de R\$ 1.500,00 para o acolhimento masculino ou feminino de adultos e/ou adolescentes. O programa Reviver, uma proposta que surgiu na Assembleia Legislativa e foi adotada pelo Governo Estadual há seis anos, contempla 72 comunidades terapêuticas em Santa Catarina, e o Estado contrata 720 vagas, fazendo repasses financeiros de R\$ 1.000 por vaga de acolhidos em comunidades terapêuticas, há uma proposta que prevê a contratação de, pelo menos, mais 20 unidades que estariam aptas a aderirem aos critérios estabelecidos pelo governo, podendo chegar a 900 vagas (ALESC, 2022). São programas destinados a comunidades terapêuticas que atuam no tratamento e acolhimento, evidentemente, não significa dizer que não há

programas de reinserção social em algumas dessas comunidades, no entanto, salienta-se que o foco de atuação é o tratamento e o acolhimento.

Ainda nesse ponto, destaca-se, na resposta da entrevistada, a presença de dúvida em relação a programa de reinserção social em parceria com outra organização, quando ela diz: “a Prefeitura talvez, porque daí têm os outros serviços da Prefeitura, tanto quando está aqui, quanto sai daqui”. Ou seja, não está muito clara a existência de um programa em parceria com empresas ou entidades públicas com o foco em reinserção social. Nesse sentido, resgata-se que a reinserção social se coloca desde o contexto do tratamento que prevê a possibilidade de reatar laços com a sociedade na ocupação dos espaços sociais (GANEVI; LIMA, 2011; SIQUEIRA, 2015). Por fim, compreende-se que o aspecto psicossocial do tratamento do indivíduo promove consequências para a reinserção social, no entanto, o que se buscou compreender, é se efetivamente, existe um programa em parceria com outros atores organizacionais na promoção da reinserção e, nesse sentido, não existe.

Quando a entrevistada indicou que a prefeitura apoia, “tanto quando está aqui, quanto sai daqui”, o acolhido da comunidade, foi feita uma pergunta fora do roteiro, questionando se a organização pública que atua diretamente com essa questão era o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD).

CAPS, é até mesmo Centro Pop, acolhimento pop as vezes, Unidade de Saúde. Mas não diretamente na reinserção social. Quando eles vêm pra cá é... aqueles que já tem um emprego, já tem a família a gente acompanha durante seis meses depois da saída daqui. Com acompanhamento psicológico, acompanhamento familiar, acompanhamento de saúde. Eles vêm, ficam dez dias aqui, a gente ver quais são as dificuldades, mas a maioria já tem o seu emprego, a sua família. Aí quando não tem, aí sim a gente busca uma parceria (entrevistada).

O Centro de Referência Especializado para População de Rua (Centro–POP), quando percebe pessoas em situação de rua, elas são encaminhadas para o acolhimento POP e ao acolhimento temporário, e a maioria dessa população faz uso de substâncias psicoativas (LAGES, 2022). De fato, essas são organizações que estão focadas mais no acolhimento. No entanto, percebe-se que a Crensa tem a sua própria forma de atuar com fase de pós-tratamento, em que a pessoa pode voltar na comunidade e ficar alguns dias recebendo um acompanhamento sobre as experiências vividas na reinserção social. Com

exceção das pessoas que terminam o tratamento e tiveram um direcionamento seguro para a família e trabalho. É importante destacar que, embora não seja uma ação articulada com organizações para o ensino, capacitação ou trabalho, a ação da Crensa de proporcionar um acompanhamento, fortalece o processo individual de reinserção social na fase pós-tratamento.

Em seguida, buscou-se compreender sobre a forma de acompanhamento para reinserção social, mas, sobretudo, como acontece a capacitação para o trabalho e estudo, ou ainda, se a Crensa tem um programa de ensino dentro da organização, em parceria com instituição de ensino pública ou privada.

A gente tem um programa de estágio para monitor em dependência química. Faz o estágio, depois a gente encaminha para o curso profissionalizante da FEBRACT que é a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas. Cruz Azul as vezes também. E aí, se for da vontade dele, der certo, vira monitor do CRENSA. Até a gente tem essa... não precisa fazer estágio exatamente no CRENSA. A gente tem parceria com todas as outras melhores comunidades do estado. A gente conhece e sabe que são comunidades boas. Então assim – vamos encaminhar ele para fazer um estágio em tal comunidade – a gente tem essa parceria, liga lá. É uma ligação muito estreita, a gente participa muito de fóruns, de congressos, da própria federação, então todo mundo se conhece, então tem essa ligação bem estreita, “olha, a gente tem o fulano para encaminhar para fazer estágio com vocês. Ah não, legal, pode mandar”. E aí, as vezes até fica aquela coisa – tá, vocês vão contratar ou nós vamos contratar? Quem que vai contratar? – Quando o cara desenvolve e é bom. Que eu acho que é bem legal na reinserção social, têm alguns que gostam né, que querem, e a maioria já tem aquele emprego que gosta, que já está naquela profissão, naquela função, e aí a gente podendo ajudar, claro, a Rose ela – “ah, tem um acolhido aqui terminando o tratamento e ele é pintor” – ela já indica para uma empresa que ela conhece, para alguém que ela conhece (entrevistada).

Observa-se, aqui, que a organização promove uma capacitação de monitoria para as pessoas que tem o interesse. A monitoria é uma função profissional dentro de comunidades terapêuticas de apoio e acompanhamento no processo de tratamento, auxiliando no funcionamento da organização. Percebe-se, assim, um aspecto da inovação social, sendo uma visão alternativa do desenvolvimento nas relações da governança comunitária, em que a ação coletiva se organiza estruturando seus ambientes (CEFAÏ, 2009; MOULAERT *et al.*, 2007). Ou seja, a organização promove uma governança comunitária por meio dos próprios acolhidos da comunidade, sendo esse um aspecto positivo para a capacitação profissional. No entanto, sinaliza-se, também, a fragilidade da organização, pois quando uma pessoa precisa de apoio para o trabalho

fora da comunidade, o encaminhamento ocorre informalmente por indicação da fundadora da organização com conhecidos, ou seja, esse encaminhado ainda é limitado a uma rede particular de contatos, situação percebida também na Associação Recomeçar.

Ainda sobre a promoção de ações para a educação ou capacitação dentro da Crensa, se insistiu em investigar se já aconteceu algum tipo de parceria, em algum momento na trajetória da comunidade. “Aqui a gente já tentou com a Prefeitura, mas... com a Secretaria da Educação, mas ainda não conseguimos. Aqui é bastante difícil” (entrevistada).

Verificou-se a ausência de parceiras que a reinserção social requer. Como já observado, a reinserção social está presente desde o momento do tratamento, dessa forma, pode-se dizer, diretamente, que o momento do tratamento está relacionado a área da saúde, sobretudo, a psicologia. Aqui, portanto, destaca-se a importância da interdisciplinaridade para a construção de um tratamento sólido que traga consequências duradouras para o momento de pós-tratamento. Significa dizer, que essa interdisciplinaridade poderia ocorrer de forma intencional e materializada, por exemplo, com aulas de recuperação de disciplinas do ensino fundamental e médio, ou até mesmo, com o ensino de jovens e adultos dentro da comunidade. Isso poderia ocorrer com um estudo estratégico e um plano de ação entre comunidade terapêutica e Secretária Municipal de Educação. Salienta-se que a comunidade, segundo a entrevistada, já buscou essa parceria, no entanto, não se consolidou. Ainda sobre esse ponto, se buscou entender o motivo da não parceria, e se a organização teria infraestrutura para um programa de educação. “Teria, ou a gente poderia providenciar. A gente tem um programa básico, de como ele vai conduzir a vida dele e no que a gente vai auxiliar” (entrevistada).

Pondera-se, assim, que por parte da comunidade terapêutica há a possibilidade do programa ocorrer, no entanto, presume-se que os entraves sejam por parte da Secretária de Educação. Infelizmente, não se teve tempo hábil, nesta pesquisa, para investigar os motivos da não parceria. Porém, salienta-se que a inovação social demanda mobilização e o engajamento de diferentes coletivos (ANDION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2020).

Dessa forma, indica-se que há a dificuldade dessa demanda se consolidar na arena pública, envolvendo a comunidade Crensa.

Na entrevista, como questão que emergiu na conversa, foi perguntado para a entrevistada, o que seria a reinserção social para ela, enquanto profissional, e qual seria um ideal de reinserção social para uma comunidade terapêutica.

Seria bem diferente. Eu penso que a reinserção social, eu penso bem no óbvio, é reinserir ele na sociedade como um todo. A gente ver cada acolhido como uma história, um contexto, não são todos iguais. Então a gente olha o que ele tá precisando. Antes mesmo de sair daqui a gente já faz um projeto de vida “o que que você vai fazer da tua vida? Você vai voltar a trabalhar no que você trabalhava? Você vai estudar? Vai morar com quem? Enfim ... (entrevistada).

Analisando a resposta, observa-se que ela começa com: “seria bem diferente”. Interessante notar, que isso já pressupõe, que a maneira atual de promover a reinserção social não é a ideal, do ponto de vista da entrevistada enquanto profissional. Ainda, segunda ela, reinserção é reinserir o sujeito na sociedade como um todo. Em seguida, foi informado sobre o projeto de vida, em que é feito um relatório individual sobre quais caminhos o acolhido vai seguir saindo da comunidade, questões que envolvem trabalho, estudo e moradia são mapeados nesse projeto. Então, é feito um aconselhamento naquilo que o acolhido está mais precisando. Voltando-se, portanto, ao que diz Sequeira (2015), reinserção social é sobre reatar vínculos com a sociedade e família. Nesse sentido, foi buscado entender mais sobre o que consiste esse projeto de vida.

Sim. Tem o projeto de vida onde ele vai respondendo junto com a equipe ou com o monitor que é padrinho de tratamento ou com a psicóloga, ele vai fazendo esse plano [...] “Ah, espiritualidade, o que que tu gosta? Igreja católica, igreja tal, centro espírita”. O ideal realmente seria... eu penso que o acolhido, ele não é responsabilidade só da família e só da comunidade terapêutica. Ele é responsabilidade de todos, da sociedade. Então, se é reinserção social à sociedade teria que absorvê-lo. Então teria que ter essa parceria contínua de empresas, da Prefeitura, enfim. E da educação também principalmente (entrevistada).

Novamente, falando dos pressupostos da reinserção social, se o objetivo é tratar para reinserir socialmente indivíduos adictos de substância química, é porque tal condição, de certa maneira, para além de aspectos físicos e psíquicos, traz consequências tais como isolamento, rompimentos, desfiliação entre pessoas, lugares,

circunstâncias, instituições, atividades. Essas condições são de exclusão social e o aprofundamento dessa exclusão se apresenta em uma negação de respeito, reconhecimento e direitos (GANEVI; LIMA, 2011; SILVER, 2005). Dessa forma, observa-se uma convergência da resposta com essa noção, a responsabilidade da reinserção social, segundo a entrevistada, é de todos. Portanto, destaca-se que a dificuldade ou os maiores desafios para reinserção social ocorrer, encontra-se na própria sociedade, pois é ela que um dia excluiu, e será a mesma que irá incluir. Nesse sentido, salienta-se a importância de uma orientação ou conscientização adequada a respeito da adicção de substância química. Tendo isso em vista, buscou-se entender os principais entraves ou obstáculos para a reinserção social.

“Muitas vezes pelo preconceito, a vontade do próprio acolhido. As vezes ele não tem uma capacitação. Ele tem que terminar os estudos, começar uma capacitação para o trabalho. E também o preconceito das próprias empresas e serviços públicos, né?” (Entrevistada).

Como já apontando na entrevista com a Associação Recomeçar, o preconceito é um obstáculo para a reinserção social. Considera-se que isso ocorre, justamente, pela compreensão que a sociedade tem a respeito da dependência química. Em seguida foi questionado o que poderia facilitar essa reinserção, ou seja, quais ações a Crensa poderia fazer com a finalidade de sensibilizar a sociedade para entender a questão da reinserção.

Eu acho que as pessoas já estão começando a entender que o dependente químico não é um “vagabundo, sem vergonha que usa o que quer e tal”. Eles estão começando a entender que é uma doença que tem tratamento, que tem recuperação e que ele pode sim, normal, como qualquer outra pessoa, continuar sua vida. Nós temos vários aqui que se recuperaram, continuaram suas vidas e hoje estão bem, inclusive, os monitores. Temos os que já foram monitores e hoje não são mais e tem outros trabalhos (entrevistada).

Destaca-se que é muito positivo essa sinalização da compreensão da natureza da dependência química por parte das pessoas, mas, conforme a resposta da entrevistada, as pessoas estão começando a entender. Essa compreensão é essencial, porque é a partir dela que a reinserção social acontece, por meio da circulação e ocupação dos espaços sociais (SEQUEIRA, 2015). Enfatiza-se, então, o contraste das concepções, que

antes, a pessoa adicta era vista como “vagabundo, sem vergonha que usa o que quer e tal”, agora, as pessoas estão “começando a entender que é uma doença que tem tratamento”, conforme a entrevistada. Dessa forma, indica-se que essa virada na compressão das pessoas a respeito da condição da pessoa adicta, é um grande avanço, no entanto, não é possível generalizar esse comportamento para toda a população brasileira, mas, no caso da Crensa há uma percepção de mudança na compreensão dos atores, que a comunidade tem contato, a respeito da adicção. Nesse sentido, buscou-se entender se depois que o acolhido termina o tratamento, a família recebe com mais tranquilidade, obviamente nas condições que esse retorno é possível.

No começo não querem nem ver na frente. A gente faz um trabalho com a família, a gente tem um programa de atendimento família. Então a maioria sim, mas tem aqueles que a família não aceita e não quer mais, mesmo não estando em tratamento. As vezes os familiares percebem que eles estão aqui, mas não estão se tratando. (Entrevistada).

Analisou-se que a comunidade também possui um programa de acompanhamento familiar, assim como a comunidade Essência de Vida com o programa de reinserção sociofamiliar que envolve a terapia familiar. Aqui, destaca-se a dimensão da reinserção social de reatar vínculos com a família (SEQUEIRA, 2015). No entanto, para cada situação há uma consequência no relacionamento familiar. Portanto, é essencial o papel que os programas de reinserção familiar têm em todo o processo, sobretudo, no pós-tratamento, especificamente, também no apoio a reinserção social.

Em seguida, buscou-se investigar se a comunidade tem autonomia para desenvolver as atividades de reinserção ou teria alguma interferência de dispositivo legal.

Não, a gente tem autonomia. A gente tem as leis do Conagi n. 1 de 2015, ANPC, mas a gente tem autonomia, respeitando as leis. Eu acho que falta recursos para a reinserção social. O que acontece, a gente fez projetos e a gente têm recursos materiais, mas é para o dia a dia. Porque o projeto é uma verba casada, eu tenho que descrever o que vai ser comprado com aquele dinheiro. Recursos materiais a gente tem, mas outros não, por exemplo, alimentação todo dia, combustível, as vezes precisa levar na UPA alguém que ficou doente. É o dia a dia que talvez a gente não tenha recurso para a reinserção social. A gente, no momento, não tem recursos financeiros para a reinserção social e também nem recurso humano, a gente é uma equipe enxuta porque o Crensa não pode pagar muitos funcionários (entrevistada).

Em um primeiro momento, observa-se que a comunidade tem autonomia para atuar, inclusive, com a reinserção social. No entanto, nota-se que a “falta de recursos para reinserção social”, como apontado pela entrevistada, sinaliza uma deficiência, uma vez que a comunidade faz uso de recursos de projetos, que são verbas destinadas para alguma melhoria ou aquisição de veículo, além disso, destaca-se que os recursos que a comunidade possui, às vezes, são insuficientes para questões essenciais, precisando buscar apoio da sociedade civil com doações. Por fim, é sinalizado que não há recursos financeiros e humanos para a reinserção social, sendo uma questão limitadora para sua promoção.

Destaca-se, também, a importância da verba de gabinete, da Deputada Federal Carla Zanotto que sempre ajudou muito a comunidade terapêutica. Verba essa destinada, exclusivamente, para a sustentabilidade econômico-financeira da comunidade com o foco do acolhimento e tratamento. Assim, indica-se a importância da continuidade dessa contribuição de verba federal. Quando perguntado, de forma pontual, se as empresas atuam diretamente na reinserção social, a resposta foi negativa, e foi apontada a prefeitura como o ator que poderia atuar de forma mais ativa no objetivo de reinserção. No entanto, não foi uma resposta direta e objetiva de quais programas a prefeitura desenvolve ou como desenvolve, ou seja, não há uma parceira direta de empresas ou programas da prefeitura em programas e ações para a reinserção social.

O Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD) foi apontado na entrevista, no entanto, o Caps atua mais no acolhimento inicial do adicto de substância química e não há um programa a reinserção social.

A Crensa atua na reinserção social de forma pontual para pessoas que tenham a necessidade de apoio ao trabalho ou educação. Segundo a entrevistada, boa parte das pessoas que terminam o processo na comunidade acabam voltando para a família ou ao trabalho. Quando há necessidade, a Crensa atua com acompanhamento psicológico, familiar e de saúde. Observa-se, portanto, que esses acompanhamentos são ações mais voltadas à prevenção da recaída.

Quando questionada se a comunidade desenvolve programas de capacitação profissional, foi informado que há uma capacitação de monitores para as pessoas acolhidas que tenham o interesse de se tornarem monitores de comunidade terapêutica.

Observa-se, assim, a experiência da continuidade nesse sentido. Fora apontado, também, que a comunidade tentou parceria com a Secretária de Educação da prefeitura da cidade e, nesse sentido, destaca-se a importância dessa intervenção de apoio sendo inteligência cooperativa, que poderia trazer consequências positivas na reinserção social do acolhido.

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA REINSERÇÃO SOCIAL

A seguir são apresentadas sínteses dos resultados até aqui apresentados, buscando resgatar de forma lógica e conceitual, as informações coletadas na pesquisa. Inicia-se por sintetizar a trajetória da pessoa adicta de substância química e os atores envolvidos no processo de apoio e reinserção social. Essa trajetória foi definida, a partir das entrevistas realizadas neste estudo específico, apresentando as ações pontuais para reinserção social, a forma de relacionamento dos atores organizacionais, as situações de obstáculos e as facilitadoras e, por fim, os avanços e limitações das ações das organizações da sociedade civil na reinserção social.

Ao se observar a trajetória da pessoa adicta de substâncias psicoativas, é possível perceber que a pessoa, em seu uso abusivo, perde o controle, e a trajetória quase sempre segue o mesmo caminho. E nesses momentos, desde pedir ajuda até a reinserção social, existe a interação de atores organizacionais, como o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD) que tem uma atuação de dinâmica e ativa no acolhimento e tratamento, bem como as comunidades terapêuticas e, nesse caso, a Associação Recomeçar, no momento de reinserção social.

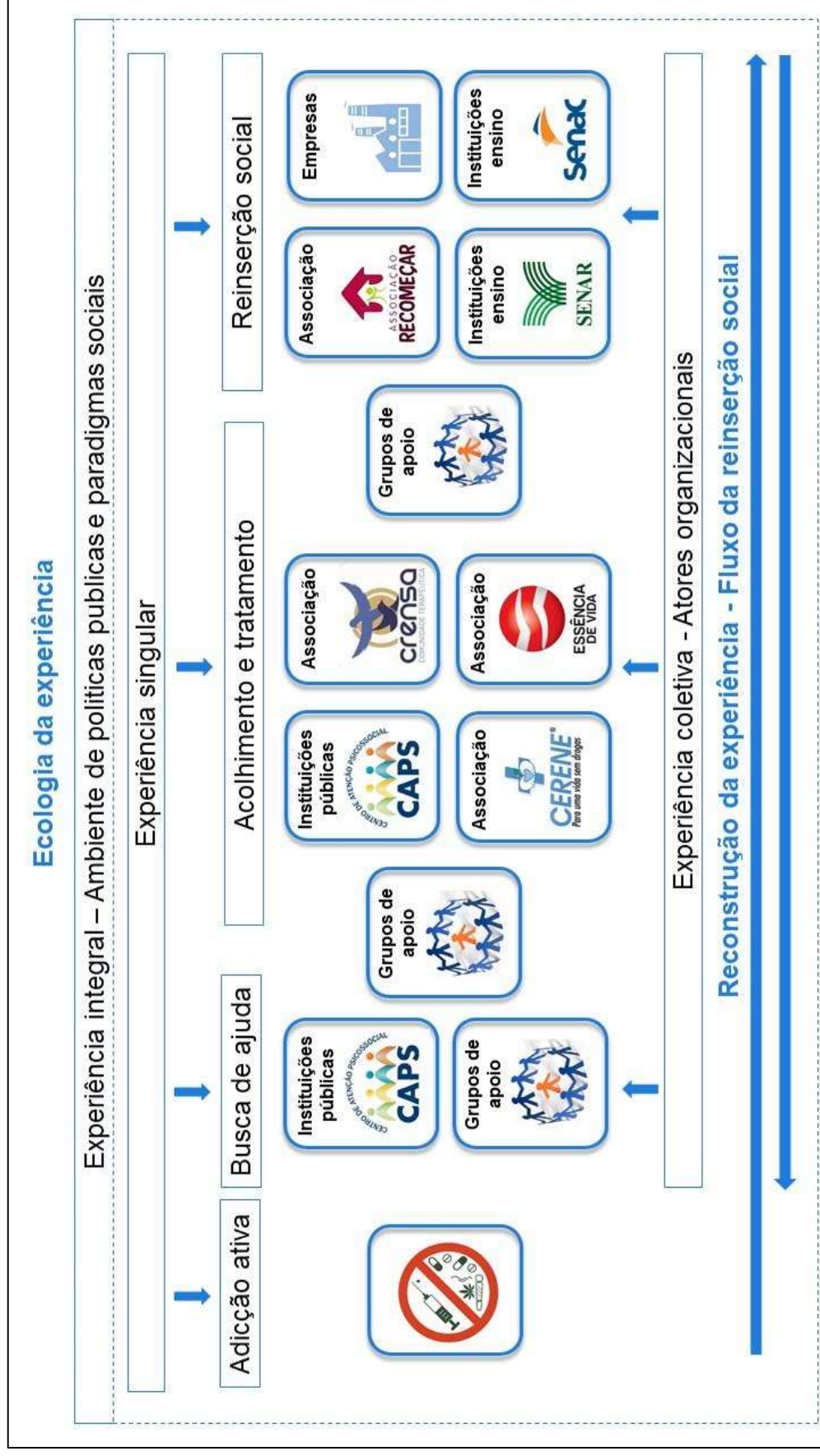
A Associação Recomeçar é a organização que se propõe a atuar de forma inovadora nessa ecologia, pois atua na cidade e se propõe a trabalhar, especificamente, com o aspecto da reinserção social, mas vale destacar que, quando se olhou o *habitat experiencial* e as transações que se fazem no ambiente (CEFAÏ; TERZI, 2012; MEAD, 1934; QUÉRÉ; TERZI, 2015), é quase que impossível, a Associação Recomeçar atuar isoladamente, e a aproximação com as comunidades terapêuticas, inclusive, foi apontada na entrevista. No entanto, destaca-se que os atores envolvidos, por vezes, possuem uma interação ainda muito informal.

A trajetória do adicto de substância química em busca de recuperação, é uma trajetória repleta de interações com organizações. Essas interações são com organismos e ambientes, não sendo algo independente, no entanto, pertencem a um único processo e, nesse sentido, apresentam diversas fontes de desequilíbrio, como, tensões, resistências, incompatibilidade e contradições (QUÉRÉ, 2002). O Caps-AD é uma organização focada no acolhimento e tratamento, assim como as comunidades terapêuticas, e a lacuna no processo estava, juntamente, no pós-tratamento. No entanto, a Associação Recomeçar se coloca na proposta de ocupar este espaço.

4.4.1 Os atores organizacionais e a reinserção social

A seguir, a Figura 13 contempla os atores organizacionais referentes ao entorno da reinserção social, na perspectiva da experiência no pragmatismo, buscando analisar a ecologia da experiência: experiência integral e singular; a experiência coletiva; e a reconstrução da experiência.

Figura 13 – Ecologia da experiência dos atores organizacionais



É importante destacar que a reinserção social é uma experiência contínua e que requer, dos atores envolvidos, uma inteligência cooperativa (DEWEY, 1927, 1952, 2010). Dessa forma, a interação entre essas organizações é essencial para garantir, ao sujeito adicto, a continuidade de sua recuperação, e essa experiência não pode começar e terminar com a “alta do paciente”, a continuidade se dá, portanto, nas ações de reinserção social.

Para observar a dimensão da construção dos problemas sociais, observa-se a ecologia da experiência pública. Como já visto anteriormente, essa ecologia da experiência deve ser recuperada no seu “*habitat* experiencial”, ou seja, nas transações em seus ambientes (CEFAÏ, 2017; CEFAÏ; TERZI, 2012; MEAD, 1934; QUÉRÉ; TERZI, 2015). Ao olhar para essa experiência, pontuam-se aspectos da experiência integral e singular em torno da reinserção social, como também a experiência coletiva que ocorre com os envolvimento dos atores organizacionais e a reconstrução da experiência.

Na Figura 13, apresenta-se a ecologia da experiência dos atores organizacionais, em que a experiência integral é possível, porque existe organização dinâmica, e nessa organização dinâmica, leva-se em consideração o fator tempo para ser concluída (DEWEY, 2010). Aqui, indica-se a presença das políticas públicas, em especial, o dispositivo legal, no caso, a Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que define as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e trata do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências (BRASIL, 2019). Essa é a mais recente lei a direcionar as ações nesse contexto. Destaca-se que a lei guia a política pública e está presente nessa ecologia, na experiência integral, no sentido de, em algum momento, influenciar a conduta dos atores, mas ela por si só não traduz a experiência das organizações. Sinaliza-se, também, que a experiência integral abrange todo o contexto da política pública de drogas, e a lei passa periodicamente por alterações, ou seja, há uma dinâmica de mudanças de tempos em tempos.

Por fim, indica-se os paradigmas sociais como sendo parte do ambiente que influencia os diferentes atores organizacionais na arena pública. Esses paradigmas também estão sujeitos a mudanças, assim sendo, o tempo é o fator preponderante nas transformações que constrói a experiência integral.

Na legislação recente sobre as políticas públicas de drogas, existe um direcionamento para a reinserção social. No entanto, sua efetividade e relação com os diferentes setores demanda tempo, dinâmica e interesse. Além disso, gerir um processo de governança, em que a colaboração de soluções para políticas públicas deve ser efetiva, não é simples. Durante a exposição, sinalizou-se paradigmas sociais, no sentido de indicar que a experiência integral da reinserção social é cercada de paradigmas como criminalização e proibição das drogas, que podem influenciar, negativamente, nas relações dos atores organizacionais.

Ainda na Figura 13, a experiência singular é composta por uma unidade. Essa unidade é constituída por uma qualidade única que perpassa a experiência integral (DEWEY, 2010). Nesse sentido, assinala-se, dentro da trajetória da pessoa adicta, quatro momentos distintos, que conferem experiências singulares. Portanto, no primeiro momento de adicção ativa não há a presença de um ator organizacional, a partir do segundo momento de busca por ajuda, existem alguns atores como o CAPS e grupos de apoio (como narcóticos anônimos, alcoólicos anônimos entre outros). No terceiro momento de acolhimento e tratamento, sinaliza-se além do CAPS e grupos de apoio, a presença das comunidades terapêuticas e, por fim, no quarto momento, a presença de instituições de ensino, empresas e a Associação Recomeçar.

A intervenção de uma experiência coletiva é o motivo para que o distúrbio seja problematizado e publicizado e para que as pessoas entendam com o que estão lidando e o que fazer com a situação (CEFAÏ, 2017). Nesse sentido, destaca-se que a experiência coletiva dos atores organizacionais, mostrada na Figura 13, não representa uma dinâmica coesa e sistematizada, mas uma experiência que se configurou ao longo do tempo, na consolidação das organizações civis.

É importante destacar que, no momento da reinserção social, conforme a Figura 13, é indicada a Associação Recomeçar. A organização possui um modelo de associação focada na reinserção social, muito embora com algumas fragilidades. Destaca-se, ainda, as instituições de ensino como atores organizacionais que possuem um papel relevante na promoção da reinserção social, todavia, não significa dizer que eles atuam somente nesse momento. Esses atores também atuam dentro das comunidades terapêuticas, com programas educacionais e capacitação das pessoas para a reinserção social. Na Figura

13, sinalizam-se, também, as empresas como atores organizacionais, importantes para reinserção social.

Empresas atuam em doações para as comunidades terapêuticas. Porém, assim como visto no caso da APM *Terminals*, o desafio está em ir além da simples transferência de recursos e engajar empresas na capacitação e empregabilidade de pessoas que passaram por um tratamento da adicção ativa.

Por fim, indica-se a reconstrução da experiência e o fluxo da reinserção social. Segundo Dewey (1959, p. 110), “servimo-nos de nossas experiências pretéritas para construir novas e melhores no porvir. Por esta forma, o próprio fato da experiência inclui o processo pelo qual ela se conduz em seu próprio aperfeiçoamento”. Nesse sentido, mostra-se que a reinserção social é um processo de reconstrução da experiência em diferentes áreas da vida, e esse processo se constitui de uma dinâmica de ida e volta, conforme apresentado na Figura 13, da adicção ativa até a reinserção social propriamente dita. No entanto, a complexidade desse processo está justamente nesse ir e vir, de buscar por ajuda, acolhimento, tratamento e ocupação dos espaços sociais e vice-versa, não se trata de um processo que começa e termina, mas sim, de um processo contínuo de ir e vir.

Observa-se que, no espaço inferior da Figura 13 apresentada no início deste tópico, há setas longas que sinalizam um fluxo, sendo, portanto, o processo de ir e vir, ilustrando a continuidade na reinserção social. O fluxo que volta, termina em busca de ajuda, essa busca por ajuda se dá com apoio psicológico, o que seria um ideal de continuidade, caso a pessoa precisasse. No entanto, o Caps tem o foco de atender e acolher aquela pessoa que está no começo de processo de recuperação ou saindo do uso abusivo, não dando apoio a adictos que já estão reinseridos socialmente, pois a lógica de tratamento do Caps envolve a noção de alta do paciente, ou seja, uma noção de começo e fim do processo de tratamento. Nesse sentido, destaca-se a importância dos grupos de apoio e da Associação Recomeçar, pois funcionam como espaços coletivos de vivência e de compartilhamento de experiências.

Em síntese, a Figura 13 ilustra a ecologia da experiência que os atores organizacionais, visto neste estudo, estão inseridos. Assim, compreende-se que a experiência de um ator organizacional não é isolada, mas faz parte de uma ecologia da

experiência, ou seja, as organizações estão inseridas em um ambiente cercado pela experiência integral, embora distante, influenciando em suas ações. E, nessa ecologia, está a experiência coletiva, sendo, portanto, a configuração das interações que ocorrem entre os atores organizacionais.

4.4.2 As ações pontuais para reinserção social

Nesta subseção será apresentada uma síntese das ações voltadas, de forma **pontual**, para a reinserção social dos atores organizacionais vistos neste estudo. Portanto, no Quadro 8, observam-se as ações de reinserção social promovidas pelas organizações estudadas.

Quadro 8 – Ações para a reinserção social

Ações de Reinserção social	Atores organizacionais
Associação Beneficente de Responsabilidade Social Recomeçar.	Recomeçar
O propósito de ajudar pessoas que, terminando o tratamento, não encontrariam respaldo na sociedade ou nas famílias, além de ter um local provisório de moradia e reinserção social na cidade pós-tratamento.	Recomeçar
Quando a pessoa tem o objetivo de trabalhar registrado em alguma empresa, a organização faz uma indicação no balcão de empregos da prefeitura e no Projeto Brasil Esperança que possuem as ofertas de emprego.	Recomeçar
O fundador argumenta que não faz uso de recursos públicos para não atuar de forma engessada, por meio dos critérios e requisitos de órgão público.	Recomeçar
Programa de Reinserção Sociofamiliar da Comunidade Terapêutica Essência de Vida está baseado em aspectos da Terapia Familiar.	Essência de Vida
Tem a finalidade de prestar serviço de orientação e apoio para familiares de dependentes químicos, durante o acolhimento e no período de residência e de pós-residência.	Essência de Vida
Promover a integração entre acolhidos e familiares, reestruturando o processo de inter-relacionamento pessoal e familiar.	Essência de Vida
Oportunizar, ao acolhido, o encaminhamento para o mercado de trabalho, escolarização e o acesso a direitos socioassistenciais, bem como, encaminhar para inclusão no Cadastro Único e/ou outros Programas do Governo Federal, quando for o caso.	Essência de Vida
Consiste em sensibilizar a família de que o processo de recuperação é demorado e requer empenho, que não tem “cura imediata”.	Essência de Vida
Auxiliar no processo de readaptação sociofamiliar com o objetivo de oportunizar, ao acolhido, a vivência das relações familiares e sociais.	Essência de Vida
Oportunizar espaço de partilha e discussão. Reforço do Programa de Reinserção Sociofamiliar, fortalecendo os vínculos com a Comunidade Terapêutica.	Essência de Vida

Ações de Reinserção social	Atores organizacionais
Tratar assuntos como: prevenção de recaída; codependência; aspectos da doença; políticas públicas etc.	Essência de Vida
Trabalhar a reconstrução dos laços familiares	Crensa
Doações de alimento, do Mesa Brasil, da Vitta e da Polícia Militar Ambiental.	Crensa
Verba do gabinete da Deputada Carla Zanotto.	Crensa
Programa de estágio e capacitação para monitoria.	Crensa
Fase Complementar ao acolhido que concluiu o Programa de Acolhimento Adultos.	Cerene
Afirmação de competências pessoais, sociais e profissionais.	Cerene
Informação sobre direitos e deveres de cidadania, incentivando ao exercício autônomo destes.	Cerene
Acompanhamento em competências e limitações pessoais, minimizando possibilidades de recaída.	Cerene
Orientação e apoio na busca de um trabalho formal e qualificação profissional.	Cerene
Identificação de obstáculos à empregabilidade.	Cerene
Articulação com entidades públicas ou privadas visando empregabilidade.	Cerene
Auxílio na identificação de redes sociais e profissionais disponíveis.	Cerene
Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Cerene
Atividades socioeducativas que o auxiliem na reinserção social.	Cerene
Orientação à participação de ensino formal, cursos técnicos e profissionalizantes.	Cerene
Proporcionar, adicional e temporariamente a acolhida, residência assistida, alimentação e apoio técnico por meio de equipe interdisciplinar.	Cerene

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

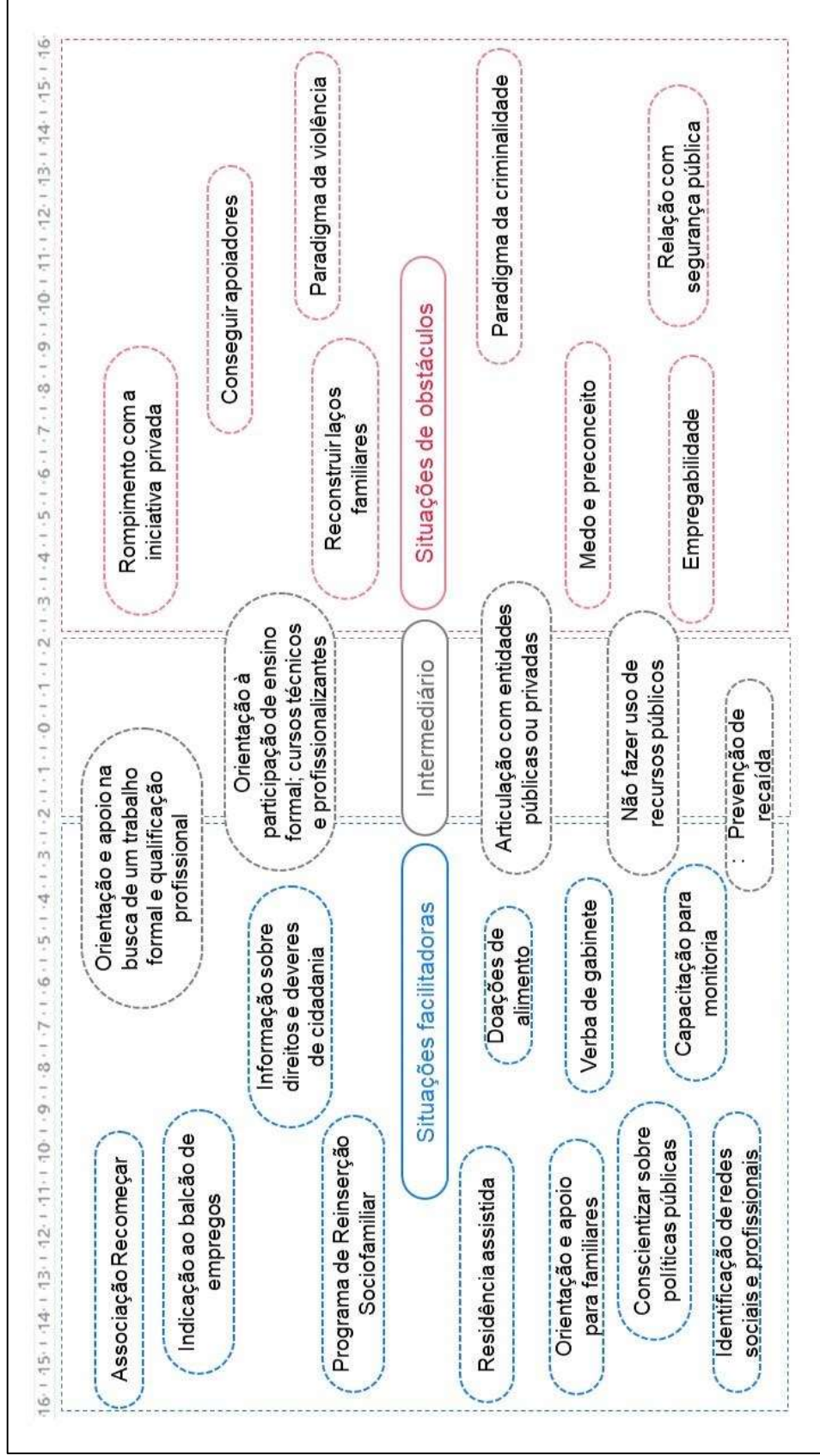
Com exceção da Associação Recomeçar, essas ações são programas desenvolvidos dentro das comunidades terapêuticas, geralmente, concomitante ao tratamento. O Quadro 8 tratou de uma lista das diversas ações específicas para a reinserção social. No início está a Associação Recomeçar, por se destacar como uma organização da sociedade civil focada, exclusivamente, na promoção da reinserção social. No entanto, as demais comunidades terapêuticas possuem programas voltados para a reinserção social, como capacitação profissional, acompanhamentos e orientações.

4.4.3 Ações facilitadoras e de obstáculos à reinserção social

Nesta subseção analisam-se as situações facilitadoras e que causam obstáculos. Para isso, parte-se das análises empreendidas nas seções referentes as comunidades

terapêuticas e a Associação Recomeçar. A seguir é apresentada a Figura 14, com essas situações e as que ficam como intermediárias.

Figura 14 – Ações de obstáculos e facilitadoras à reinserção social



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na Figura 14, observam-se ações de obstáculos e facilitadoras à reinserção social. Nessa lógica, quanto mais próximo dos extremos (16 cm) foi considerado que as ações estão em uma zona mais propensa a ser uma ação facilitadora ou de obstáculo; aquelas ações entre 0 e 2 cm na régua (centro da figura), foram situações consideradas tanto facilitadoras como de obstáculos.

Destaca-se, primeiramente, a relevância da existência de organizações no modelo da Associação Recomeçar, sendo essa, uma organização civil que promove a reinserção social de forma direta dentro da cidade, por meio de uma residência assistida. Portanto, como ação facilitadora para a reinserção social em continuidade ao tratamento, coloca-se a própria Associação Recomeçar como uma organização que facilita o processo de reinserção social, especialmente, para aqueles que precisam de um apoio maior no pós-tratamento.

Ressalta-se, na Figura 14, outras ações facilitadoras: a) a indicação ao balcão de empregos, embora seja uma ação que se configura como uma dinâmica passiva, no sentido dessa indicação acontecer quando solicitada, ainda assim, considera-se como uma ação facilitadora, pois proporciona uma inclusão aos espaços de trabalho; b) programa de reinserção sociofamiliar de orientação e apoio para familiares. Essas ações, de fato, proporcionam, de forma objetiva, reatar os laços familiares; c) conscientizar sobre políticas públicas e informação sobre direitos e deveres de cidadania, sendo ações relevantes para a divulgação dos direitos adquiridos; e d) identificação de redes sociais e profissionais, sendo uma importante ação para a inclusão em espaços sociais e profissionais. Além dessas apresentadas, as ações de doações de alimento, verba de gabinete e capacitação para monitoria, são ações direcionadas a sustentabilidade das organizações que também podem contribuir para a reinserção social.

Distingue-se, na Figura 14, que a ação de orientação e apoio na busca de um trabalho formal e qualificação profissional, está na região facilitadora, no entanto, próximo a região intermediária, porque orientação e apoio são ações de dinâmica passiva, no sentido de que essas ações ocorrem quando há necessidade. Sinaliza-se, ainda, que a ação de qualificação profissional é uma ação imprescindível na reinserção social, mas, há a dificuldade em estabelecer parcerias com empresas e, ainda, observa-se uma

ausência de programas de promoção ao trabalho e capacitação profissional de forma ativa.

Continuando, a ação de orientação à participação de ensino formal seja em cursos técnicos ou profissionalizantes, foi colocada na região de ação facilitadora, no entanto, possuem aspectos desafiadores para sua concretização, a exemplo da dificuldade de articulação com outras organizações que, por esse motivo, encontra-se na região intermediária na Figura 14. Nota-se que essa ação é uma orientação, em vez disso, poderia ser uma ação de capacitação e recolocação no trabalho, ou seja, atuando com uma dinâmica mais ativa, todavia, não se descarta a importância que essa orientação possui para a reinserção social. Igualmente, a articulação com entidades públicas e privadas está na zona intermediária, porque existem desafios para concretizar parcerias. Portanto, essas articulações são ações facilitadoras para a promoção da reinserção social, mas também possuem dificuldades.

Pode-se argumentar que essa dificuldade em criar parcerias com a iniciativa privada ocorre por outros obstáculos que cercam a ecologia da experiência, no que tange a reinserção social. Como indicado na entrevista com a Associação Recomeçar e com a Comunidade Terapêutica Crensa, o preconceito ainda é muito presente, assim como, obstáculos como o paradigma da criminalidade, o paradigma do medo e o paradigma da violência que cerca a política pública nacional de drogas. Provavelmente, com ações mais abrangentes de conscientização, em todos os setores da sociedade, sobre a natureza da adicção de substância química, essa conscientização poderia influenciar positivamente para a construção de parcerias entre as organizações. Assim sendo, essas articulações poderiam ocorrer de forma mais direta, objetiva e intencional com as organizações da sociedade civil e da iniciativa privada. Possivelmente, isso não ocorre pelos desafios que cercam toda a ecologia da experiência em torno da política pública de droga.

A ação de não se fazer uso de recursos públicos ficou na zona intermediária, pelo motivo visto no caso da Associação Recomeçar. O fundador escolheu não fazer uso de recursos públicos por entender que era preciso se enquadrar em critérios de entidades públicas e que isso poderia engessar a ação da associação, além de descaracterizá-la, considerando-a como uma comunidade terapêutica. Não fazer o uso de recursos

públicos, é tanto de um lado uma ação facilitadora, pois permite uma atuação mais autônoma do ator organizacional, como se coloca como uma ação de obstáculo, no sentido de que a falta de recursos públicos pode prejudicar a ação de reinserção social em sua efetividade.

A prevenção de recaída se coloca como uma ação, tanto como facilitadora e intermediária, no sentido de indicar que a reinserção social não pode ser confundida ou reduzida apenas para a prevenção à recaída. A reinserção social precisa ser vista e entendida como uma ação a mais, ou seja, além da prevenção à recaída. Evidentemente não se descarta a importância e o valor que tem as ações de prevenção à recaída, obviamente, a prevenção faz parte da reinserção social como um todo. No entanto, aponta-se que quando uma organização se reduz em ações apenas para a prevenção à recaída, ela se limita em avançar em parcerias, criação de redes, conexão com o setor privado para estabelecer ações voltadas, especificamente, à reinserção social, seja na área educacional, trabalho, capacitação profissional e outras áreas que envolvem a reinserção social especificamente.

Na região de situações de obstáculos, que envolvem as ações, destaca-se que os paradigmas de violência, criminalidade e a relação com a segurança pública, poderia criar, no imaginário da sociedade, obstáculos, para gerar ações e conexões pontuais para a reinserção social, que não é uma tarefa tão simples, pois ainda existe a presença de preconceito e discriminação, possível situação que dependentes químicos podem sofrer no mundo do trabalho (ALVES, 2009; SEQUEIRA, 2015). Por consequência, impacta na dificuldade de conseguir apoiadores para fazer parte das organizações da sociedade civil que atuam em torno dessa temática.

Dessa forma, essas situações precisam ser encaradas de forma mais ativa no sentido de conscientizar a sociedade sobre a natureza do problema que envolve a questão da adicção ativa, obviamente não se descarta, também, a complexidade que envolve o problema das drogas como um todo e o desafio de mudar esses paradigmas no imaginário social. O que se pode dizer é que tais paradigmas influenciam negativamente para a criação de ações coletivas ou o desenvolvimento de experiências coletivas, construindo soluções para a reinserção social por meio de parcerias na educação, trabalho e capacitação profissional. Portanto, aponta-se que, de fato, esses

paradigmas são obstáculos para conseguir apoiadores e criar novas articulações com o setor privado e com a sociedade civil como um todo.

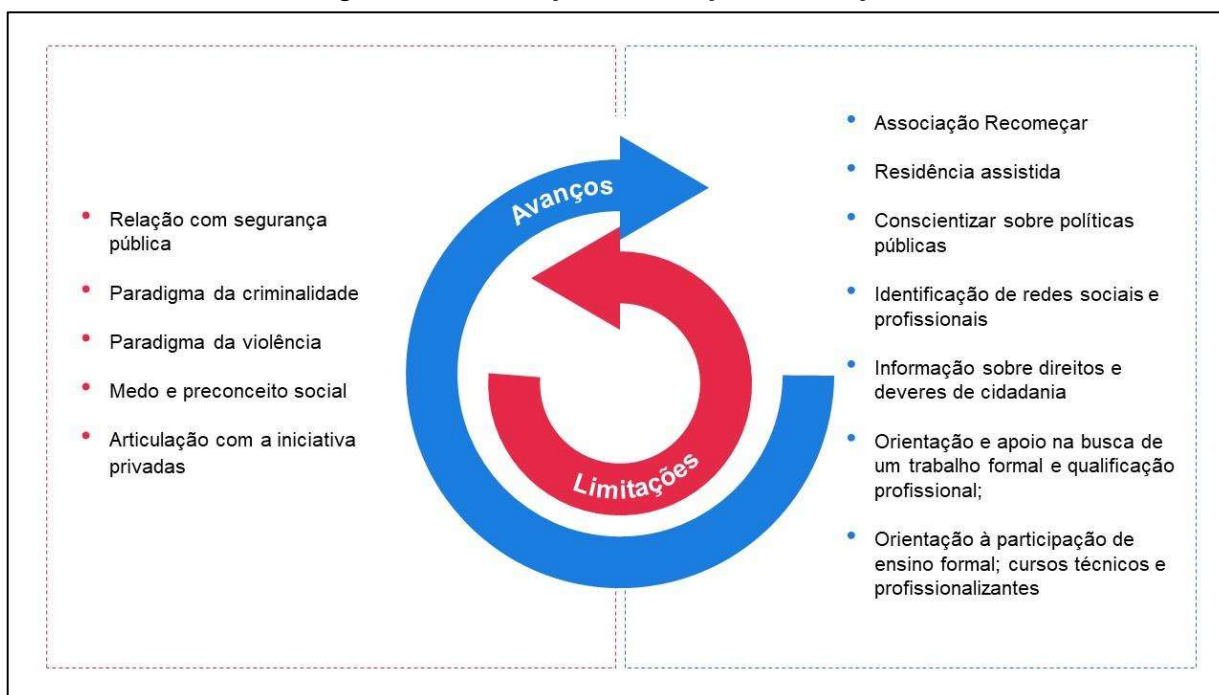
A empregabilidade está como uma situação de obstáculo, porque como já visto anteriormente, muitos dos paradigmas apontados dificultam a articulação com empresas privadas na promoção de um programa mais direcionado à empregabilidade da pessoa adicta de substância química. Além disso, para uma pessoa que já passou pela experiência do uso de drogas, a recuperação é uma ação contínua que se configura como um processo longo, por isso há a necessidade de que a pessoa esteja sempre em contato com a recuperação, pois não se trata de um processo de começo, meio e fim, mas um processo contínuo. Assim, destaca-se a necessidade de que as ações de reinserção social envolvam ações pontuais de acompanhamento, ajuda e acolhimento à pessoa adicta.

4.4.4 Os avanços e limitações das ações

Nesta subseção apresentam-se, de forma objetiva, as principais limitações para a promoção da reinserção social, como também os principais avanços. Na Figura 15, é possível ver a lógica da imagem que simboliza as limitações, de certa forma, mobilizando a sociedade civil para alguns avanços.

Na Figura 15, na parte superior sinalizam-se as principais indicações de limitações e avanços relacionados às ações de reinserção social neste estudo. A relação que se faz com a política pública de droga com a segurança pública, é um fator limitador para a criação de parcerias com a iniciativa privada ou com outros atores da sociedade civil como já sinalizado anteriormente. Os paradigmas de criminalidade, violência e o medo e preconceito posto na sociedade, também podem ser fatores limitadores para a criação de programas e parcerias de ações e de construções coletivas de soluções. Portanto, é preciso entender os reais problemas que envolvem a questão das drogas.

Figura 15 – Avanços e limitações das ações



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A articulação com a iniciativa privada foi colocada como limitação, sinalizando a dificuldade de serem construídas parcerias sólidas e estabelecer essa continuidade. Ainda há muitos desafios para que essa articulação seja feita de forma objetiva, com o foco na promoção da reinserção social. Como visto nas entrevistas, com a Crensa ou com a Associação Recomeçar e, até mesmo, com as informações coletas do relatório da Cerene, por meio do selo de responsabilidade social, essas organizações fizeram parcerias com a iniciativa privada, no entanto, a ação de parceria é reduzida apenas a doações de alimentos e financeira, nos casos de comunidades terapêuticas.

Essas ações de doações são focadas na promoção de acolhimento e tratamento de pessoas adictas de substâncias químicas. No caso da Associação Recomeçar, existiu a parceria com a iniciativa privada, no entanto, ela passou pelo rompimento, sem continuidade. Assim, essa limitação que acontece com a iniciativa privada ocorre pela descontinuidade da articulação. Essa descontinuidade precisa ser superada, no sentido de se terem articulações com a iniciativa privada que sejam contínuas e consistentes para a promoção da reinserção social e que sejam articulações que promovam capacitação profissional e possibilidade de empregabilidade.

Em avanços, destaca-se a própria existência da Associação Recomeçar, pois se configura um avanço dentro da promoção da reinserção social, pois a associação se configura como modelo a ser reproduzido e implementado. Dessa maneira, a associação se coloca como uma organização da sociedade civil focada, exclusivamente, na reinserção social pós-tratamento, dando uma oportunidade ou alternativa para as pessoas que passaram pela experiência de tratamento, em ter um lugar para se reinserirem socialmente.

Apesar de a Associação Recomeçar representar certo avanço dentro do cenário de reinserção social, destaca-se que a organização ainda precisa focar os seus esforços na reinserção social propriamente dita, fazendo articulações com a iniciativa privada, promovendo a capacitação profissional e oferecendo um acompanhamento de reinserção social. O que se observa é que a associação acaba focando os seus esforços em prevenção à recaída.

Nesse sentido, um avanço importante é a residência assistida, que também faz parte do modelo da Associação Recomeçar, em que o adicto de substância química, depois de sair de uma comunidade terapêutica tem um lugar de pós-tratamento, em uma casa na cidade para recomeçar a construir a sua vida social. Esse lugar na cidade é um lugar de acompanhamento com profissionais especializados em torno da recuperação da dependência química. Portanto, é um espaço onde a pessoa pode se relacionar com outras que estão caminhando com o mesmo propósito, sendo, portanto, um acompanhamento seguro e assistido.

A conscientização sobre as políticas públicas existentes que diz respeito a reinserção social, se coloca como um avanço, pois muitos que começam a sua trajetória de recuperação, por vezes não tem o conhecimento sobre as políticas públicas e os seus direitos adquiridos. Portanto, as informações sobre direitos e deveres da cidadania e a identificação de redes sociais e profissionais, são avanços no que diz respeito à promoção da reinserção social.

Também foram considerados como avanços, a orientação e apoio na busca de trabalho formal e qualificação profissional, como também a orientação a participação de ensino formal em cursos técnicos e profissionalizantes. Embora como considera Paiva *et al.* (2014), a prerrogativa da reinserção social tem encontrado barreiras em se consolidar

no contexto profissional, indica-se como um avanço, as organizações que promovem, de alguma forma, esse encaminhamento. Obviamente, como já sinalizado, essa orientação ainda é uma dinâmica passiva, no sentido de que ela ocorre quando um sujeito pede ajuda nesse sentido.

Destaca-se, portanto, que o ideal seria uma dinâmica ativa, que de acordo com Dewey (1958), uma dinâmica ativa é quando se atua sobre alguma coisa e sua ação produz consequências. Dessa forma, a associação ou a organização poderia estabelecer parcerias com instituições de ensino e empresas para promover, dentro da organização, a capacitação ou ensino de forma ativa, e que todos que participam e que estão dentro dessas organizações teriam um programa direcionado. Salienta-se a importância de que isso ocorra na fase ou período de pós-tratamento, ou seja, um momento, de fato, de ressocialização, capacitação e ocupação dos diversos espaços sociais.

5 CONCLUSÃO

Como argumentado no início deste trabalho, a questão do uso de drogas ilícita é um problema transversal que impacta áreas como a saúde, segurança, educação e habitação, entre outras. Portanto, a política pública de drogas, especialmente no Brasil, é complexa pela sua transversalidade. A linha do tempo do desenvolvimento da política pública sobre drogas no Brasil foi, inevitavelmente, influenciada por um posicionamento proibicionista, posicionamento esse que influenciou dispositivos legais direcionados à criminalização, com muitas deficiências na distinção de traficante e usuários.

De fato, não se pode negar que as políticas públicas de drogas do Brasil tiveram significativos avanços, diminuindo um pouco desse paradigma proibicionista que traz a criminalização sem distinção de traficante e usuário, no entanto, também não se pode negar que, atualmente, existem muitas deficiências. A política pública de drogas, no Brasil, é bastante complexa, pois há uma transversalidade e interdisciplinaridade com diferentes áreas de atuação.

Pode-se destacar, pelo menos, três grandes áreas que envolvem a questão da política pública de drogas. A primeira área é a da saúde, em que ocorreram significativos avanços em relação ao tratamento de pessoas com transtornos mentais ou que também passaram pela experiência de adicção às substâncias psicoativas. A segunda área é a de segurança pública, em que a presença das polícias federais, estaduais e municipais são significativas, atuando, especificamente, no combate ao tráfico de drogas. A terceira área é a educação, sendo uma das áreas que se propõe a trabalhar fortemente na prevenção e conscientização e, também, no pós-tratamento, na educação e capacitação profissional. Contudo, não são tão simples e tão claras as ações dessas áreas em prol da política pública sobre drogas, o que se observa é que elas trabalham de forma bastante orgânica em suas respectivas áreas. Provavelmente, um ideal seria um programa de fato organizado, coeso e sistematizado, relacionando essas áreas com as demais.

Como visto neste estudo, as ações contra a dependência química envolvem a prevenção, tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, reinserção social, combate ao tráfico e segurança pública. Portanto, são diversas ações que envolvem a política pública

sobre drogas no Brasil e observa-se que as ações estão mais focadas no tratamento, acolhimento e recuperação, por meio das comunidades terapêuticas e ações de prevenção, no que diz respeito à conscientização e educação sobre os efeitos das drogas para crianças e adolescentes.

Este estudo, portanto, buscou olhar, especificamente, para a ação de reinserção social. Sendo essa, uma ação que busca trazer a pessoa adicta de substância química a participar ou usufruir dos espaços sociais que a adicção ativa tirou de suas convivências. Lembrando que para a pessoa se reinserir socialmente, em algum momento de sua trajetória individual essa pessoa foi excluída socialmente, e essa exclusão social se deu pelo uso abusivo de substâncias psicoativas. Em vista disso, este estudo pautou-se em responder a seguinte pergunta: como os atores das organizações da sociedade civil, envolvidos com a política pública de drogas, atuam na prática da reinserção social?

Para responder a essa pergunta, este estudo guiou-se em uma construção epistemológica a partir do pragmatismo. Dessa forma, buscou-se olhar para as organizações da sociedade civil que atuam de forma direta ou indireta, por meio de programas, na promoção da reinserção social. Buscou-se, também, entender como essas organizações se estruturam e se deparam com as situações, obstáculos e facilitadoras para a promoção da reinserção social. De fato, não se pode desconsiderar todo o contexto que envolve a reinserção social, pois quando se fala em reinserção é preciso olhar para toda a ecologia da experiência. Assim, observa-se todo um contexto de políticas públicas e paradigmas sociais que cercam as ações dos atores das organizações da sociedade civil.

Assim sendo, com uma orientação pragmatista voltada para as dimensões da experiência, ação e prática, foi possível analisar as ações de reinserção social nos relatórios de atividades de duas comunidades terapêuticas, bem como as entrevistas.

Destacam-se importantes programas que acontecem dentro das comunidades terapêuticas na promoção da reinserção social. Dentre elas, o caso da Cerene que trabalha com uma fase complementar ao indivíduo que concluiu o programa de acolhimentos de adulto dentro da comunidade terapêutica, que após a pessoa sair para o convívio social, a organização continua dando um apoio e assistência, o “pós-tratamento”. Ressalta-se, ainda, a parceria que é feita pelo selo de responsabilidade

social com diferentes atores organizacionais da iniciativa privada. Entretanto, destaca-se que esta ação específica do selo de responsabilidade social traz uma relação de ajuda para a comunidade terapêutica, portanto, essas empresas acabam ajudando mais no acolhimento e tratamento. No entanto, não se descarta o ponto positivo que o Selo de Responsabilidade Social da Cerene pode trazer, abrindo caminhos para novos programas de capacitação profissional ou até meios de empregabilidade.

No caso da Associação Essência de Vida, o programa de reinserção social familiar está pautado, basicamente, em aspectos de terapia familiar. A relação da família na reinserção social é um aspecto muito importante, pois no final das contas, as pessoas que estavam na adicção ativa foram excluídas de suas famílias, e reatar os vínculos com a família é uma dimensão que a reinserção social prevê, assim como a ocupação dos espaços educacionais, de trabalho e lazer.

Este estudo evidencia a Associação Recomeçar, por ser um modelo de organização da sociedade civil que se apresenta no estágio pós-tratamento, atuando em um espaço social urbano. A grande diferença das comunidades terapêuticas convencionais com a Associação Recomeçar é, justamente, o espaço ou local onde atuam e o foco das ações dentro da política pública sobre drogas. As comunidades terapêuticas possuem um foco maior no acolhimento e tratamento, e as organizações até promovem programas de reinserção social, no entanto, o foco é no acolhimento e tratamento, já a Associação Recomeçar possui o foco em reinserção social e prevenção à recaída.

Os programas de reinserção social dentro das comunidades terapêuticas são programas relevantes e importantes, pois em alguns casos, a exemplo da Cerene e da Essência de Vida, são realizadas parcerias com instituições de ensino para promover a capacitação profissional. Esse momento de capacitação profissional, que ocorre concomitante ao período de tratamento dentro da comunidade terapêutica, é importante para o pós-tratamento. No entanto, as comunidades terapêuticas estão em um espaço ou local, em sua maioria, retirados da cidade e, geralmente, as comunidades terapêuticas estão em sítios ou chácaras, e que promove um período de reclusão social para o tratamento da adicção ativa.

A Associação Recomeçar, por sua vez, localiza-se em área urbana, abrindo portas para aqueles que após terminarem o tratamento, não havendo alternativas para voltar às famílias, encontram um espaço de residência assistida. Nesse local, a pessoa pode ter uma segurança de moradia, segurança alimentar, buscar oportunidades de emprego, mas acima de tudo, a pessoa recomeça a sua trajetória na sociedade de forma coletiva, com a participação de outros indivíduos que estão no mesmo estágio na recuperação.

Nesse sentido, a Associação Recomeçar coloca-se como um modelo de organização da sociedade civil digna de ser reproduzida. Obviamente, há muitas situações que a organização pode melhorar, como a articulação com a iniciativa privada, estabelecendo critérios objetivos para a reinserção social, desenvolvendo programas efetivos que promovam a reinserção social, como capacitação profissional, esporte e lazer, e de ensino formal e profissionalizante. Neste estudo, foi feita a imersão no campo, conhecendo primeiramente a Associação Recomeçar e, posteriormente, realizou-se uma visita ao Conen de Santa Catarina. A proposta da visita era justamente identificar se havia outros modelos como a Recomeçar, cadastrada no Conen, no entanto, a informação é que não há organizações da mesma finalidade registradas no conselho, obviamente, não significa dizer que não existam outras associações com o mesmo propósito.

Na entrevista com o fundador da Associação Recomeçar, percebeu-se que a associação prefere atuar de forma mais autônoma, sem a participação direta de organizações públicas por meio de recursos públicos. Esse é um ponto muito importante que cabe destaque, pois a justificativa para não fazer uso de recursos públicos, segundo o fundador, é que a associação, fazendo uso desses recursos, teria de se configurar como uma comunidade terapêutica, tendo de atender pessoas de ruas ou em condição de uso e, nesse sentido, isso poderia descaracterizar a associação, tirando o foco da ação de reinserção social. Nesse sentido, há uma sinalização muito importante de que é preciso discutir com as instâncias de governança pública sobre a necessidade de um modelo de organização que atue, exclusivamente, na reinserção social.

A reinserção social é uma ação complexa que envolve diferentes ações, podendo ser entendida como um momento de reeducação do indivíduo para o convívio nos espaços sociais. Essa educação perpassa, objetivamente, pela integração com os familiares, pelo desenvolvimento de competências para o trabalho, pela capacitação do

ensino formal, técnico e profissionalizante, além da preparação para a ocupação de espaços de lazer. Essas ações são trabalhadas de forma secundária dentro das comunidades terapêuticas, que geralmente estão focadas no acolhimento e tratamento que envolve outras ações específicas a esses objetivos.

Dessa forma, se faz necessária a construção e uma aproximação dessa temática com a discussão na política pública. Destaca-se a importância que a organização da sociedade civil, como a Associação Recomeçar, tem na promoção da reinserção social, obviamente com muitos desafios a superar, como paradigmas da violência, criminalidade, relação com segurança pública, medo e o preconceito social que pode, em alguma medida, prejudicar a articulação das ações com outros atores organizacionais.

Observa-se, também, que as ações para a reinserção social, em sua maioria, promovidas pelas organizações estudadas neste trabalho, são ações de dinâmicas passivas, ou seja, são ações que acontecem como uma reação a uma demanda ou situação. Portanto, verifica-se que as organizações atuam muito com ações de orientação, indicação, conscientização, identificação, encaminhamento e acompanhamento de diferentes ações para reinserção social. Frisa-se que a reinserção social poderia ser promovida de forma mais ativa, no sentido de capacitar, ensinar, desenvolver, treinar em diferentes áreas. Isso poderia resultar de articulações mais sistematizadas com os atores da iniciativa privada ou pública.

Na ecologia da experiência da reinserção social, apresentam-se as etapas que perpassam esse processo, como os estágios da adicção ativa, a busca de ajuda, o acolhimento e tratamento e, por fim, reinserção social. Na experiência integral desse processo, há a presença da política pública e dos paradigmas sociais que influenciam as direções de enfrentamentos e de promoções para a reinserção social. Enfatiza-se que a reinserção social não é estágio fixo ou permanente, ou seja, finalizada em si mesma.

Contudo, a reinserção social segue um fluxo contínuo que vai e volta, a pessoa passa por um processo pela busca de ajuda com diferentes atores organizacionais, que pode iniciar-se com o Caps ou grupos de apoio, como narcóticos anônimos e alcoólicos anônimos entre outros. Inicialmente, as pessoas passam pelo acolhimento e tratamento com a presença de atores organizacionais, como as comunidades terapêuticas, Caps em alguns casos, grupos de apoio e, finalmente, a reinserção social, essa última, muitas

vezes, promovida pelos programas das comunidades terapêuticas. Neste estudo, ressalta-se a presença do modelo da Associação Recomeçar como alternativa de uma organização que promove a reinserção social, articulando-se com os atores organizacionais da iniciativa privada ou públicas.

Nesse fluxo, a pessoa adicta de substância química passa por esses processos de ida e volta, no sentido de que ao precisar de ajuda e apoio psicossocial, volta a interagir com as organizações que estiveram no início do processo. Destaca-se que o papel do Caps é uma importante organização dentro da política pública, no entanto, neste trabalho não foi realizada pesquisa com o Caps, que foi citada nas entrevistas como uma organização que atua mais no acolhimento. No que diz respeito a reinserção social, este estudo buscou compreender a atuação das organizações da sociedade civil, portanto, fica como proposta futura, um estudo no Caps para entender como é promovida a reinserção social por parte dessa instituição.

Este estudo ressalta que as organizações da sociedade civil no modelo da Associação Recomeçar se apresentam como uma alternativa à reinserção social. Evidencia-se que existem desafios que, muitas vezes, condicionam a associação a focar na prevenção à recaída. Sobre os programas para a reinserção social que acontecem dentro das comunidades terapêuticas, são programas importantes e contribuem, significativamente, para a promoção da reinserção social. Por fim, a grande diferença é o local onde essas organizações atuam, de fato, a Associação Recomeçar, por atuar na cidade com o foco na reinserção social, pode contribuir de forma mais objetiva para a reinserção das pessoas em diferentes espaços sociais de forma assistida.

5.1 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A contribuição deste trabalho, sobretudo, foi destacar o papel das organizações da sociedade civil, evidenciando assim, o potencial da inovação social para a construção de soluções coletivas em torno de um problema público complexo. A política pública de drogas no Brasil, como visto, possui diferentes áreas de atuação. Este estudo fez um recorte específico na reinserção social e falar de reinserção social é abordar a continuidade do processo de tratamento e recuperação da pessoa adicta de substância

química. Tratar esse tema é atentar para os direitos humanos e a transformação dessas pessoas, e mais do que isso, falar de reinserção social é sensibilizar a sociedade sobre a natureza da dependência química, conscientizando que inserir é melhor do que excluir.

Este estudo também contribuiu com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, refletindo nos objetivos de saúde, bem-estar e redução da desigualdade, mais especificamente, por estudar as organizações da sociedade civil em torno da reinserção social, fazendo uma aproximação ao objetivo da busca pela paz, justiça e instituições eficazes, como também, o objetivo de parcerias e meios de implementação.

A limitação para a realização deste estudo se deu no período em que ele ocorreu, passando boa parte em meio a pandemia do Covid-19, limitando a escolha de abordagens mais amplas ou de maior interação em alguns períodos. Além disso, encontrar organizações que atuam, especificamente, com reinserção social, como no caso da Associação Recomeçar, não é comum. Destaca-se que durante a fase de mapeamento do campo, o Conen informou que possui registros das comunidades terapêuticas, contudo, não havendo registros de organizações como a Associação Recomeçar. Dessa forma, devido a condicionante do tempo, restou inexitosa encontrar outras organizações com o mesmo foco de atuação.

Destacamos, também que há limitações quanto as escolhas dos instrumentos de coletas de dados, como análise documental e entrevista semiestruturada, especialmente por se tratar de estratégias distintas, para cada organização pesquisada. As análises documentais realizadas nos relatórios de atividades das comunidades terapêuticas Cerene e Essência de Vida, não nos permitiu analisar de forma mais ampla como essas organizações atuam efetivamente na promoção da reinserção social, o que observamos com os relatórios são informações narradas pelas próprias organizações, ou seja, informações produzidas pelos próprios atores. Já as entrevistas semiestruturadas, nos permitem conversar e se aproximar de atores importantes na promoção da reinserção social. No entanto esse instrumento nos limitou apenas as falas, é importante destacar que as narrativas apresentadas neste estudo têm a sua relevância para compreender o fenômeno da pesquisa, porém, há práticas que a observação participante poderia ser mais adequada, bem como alinhar os protocolos de pesquisa, de modo a serem complementares para analisar cada uma das organizações estudadas.

5.2 POSSIBILIDADES DE NOVOS ESTUDOS

As possibilidades para novos estudos são diversas, propõe-se, por exemplo, a realização de um estudo focado na trajetória de vida do adicto de substância química, talvez, aplicando uma etnografia, para entender na ótica do adicto, os entraves, os desafios, as facilidades e o que seria um ideal de programa para a reinserção social, ou seja, o que as pessoas adictas de substância química esperam de programas, mapeando suas expectativas e descrevendo a noção do sujeito sobre a reinserção social. Ou também, pode-se realizar um estudo com outros atores, por exemplo, focando nas empresas para entender suas perspectivas e quais ações seriam possíveis para a reinserção social de pessoas adictas de substância química.

Propõe-se, ainda, estudos que busquem entender a compreensão da sociedade a respeito da dependência química, averiguando, na atualidade, quais paradigmas estão presentes, identificando se houve ou não, progressos ou retrocessos no entendimento das pessoas a respeito da dependência química como um todo, ou seja, qual é a visão da sociedade hoje, sobre essas pessoas.

Sugere-se, também, especificamente, sobre a reinserção social, um estudo de pesquisa-ação que busque validar um modelo de organização focada nessa reinserção, testando e validando propostas de articulações com diferentes atores organizacionais, buscando, por fim, apresentar um modelo de organização para entidades governamentais, a fim de refinar a política pública de drogas no Brasil, em especial, dar atenção a promoção da reinserção social de forma específica.

A pesquisa respondeu aos objetivos específicos: inicialmente, **mapeou-se os atores envolvidos de todos os setores**. Nesse sentido, observou-se que, no caso das comunidades terapêuticas, há diferentes atores envolvidos, porém, não estão diretamente ligados a promoção de reinserção social, atuando mais na sustentabilidade da organização e nos programas de acolhimento e tratamento. Quanto aos vínculos externos, viu-se o exemplo da Associação Recomeçar, que consegue estabelecer parcerias com outros atores organizacionais, no entanto, com dificuldade para

estabelecer vínculos de permanência destes atores junto ao seu programa de reinserção social.

Conseguiu-se, também, **descrever as ações e práticas dos atores** na reinserção social. Nesse sentido, verificou-se as principais ações das organizações, realizando uma análise minuciosa com as dimensões do pragmatismo, observando a experiência, ação e prática. Aponta-se que as ações promovidas pelas organizações são extremamente relevantes para a promoção da reinserção social. No entanto, percebe-se que há um grande espaço para aprimorar as práticas, em especial, na educação e capacitação profissional.

Verificou-se como os atores se relacionam na promoção da reinserção social, em que foi possível destacar que essa relação se dá, por vezes, de maneira informal e não sistemática, apresentando dificuldades de continuidade e, até mesmo, de estabelecer novas parcerias. Dessa forma, a sociedade civil organizada atua de forma participativa e cooperativa, contribuindo, assim, para a ampliação e o desenvolvimento dos programas.

Conseguiu-se **descrever, a partir das perspectivas dos atores, quais os obstáculos e facilitadores para as ações**. Assim, indicou-se os principais obstáculos e facilitadores e, finalmente, **analisou-se os avanços e limitações** dessas organizações da sociedade civil. Dessa forma, atingiu-se o objetivo geral da pesquisa, de **compreender as ações e práticas dos atores** das organizações da sociedade civil sobre a reinserção social de adictos de substância química. Responde, portanto, ao problema e pergunta de pesquisa, apresentando, assim, a atuação dos atores das organizações da sociedade civil no contexto da política pública sobre drogas.

Ressalta-se, ainda, que a inovação social por meio dos coletivos, especialmente, na reinserção social, é uma experiência de superação. São famílias envolvidas com a problemática, que de início se mobilizaram para propor soluções, e com o passar do tempo, junto com a comunidade, somaram forças para superar diversos desafios que vão desde a obtenção de recursos materiais e financeiros, até mesmo estabelecer parcerias estratégicas que possam cooperar com a iniciativa, ou ainda, de certo modo, influenciar nas políticas públicas para o tema.

Finalmente, encerra-se dizendo que o pragmatismo foi uma fonte inspiradora para se chegar a um conhecimento desse público, suas experiências, ações e práticas, especialmente por se tratar de uma corrente filosófica que possibilita a construção do conhecimento focado no ator, na organização da sociedade civil, nas práticas e nas experiências. A expectativa é que, de fato, esse estudo, de alguma maneira, possa não somente inspirar outros, mas, de forma prática, promover mudanças, em especial nas interações entre as diferentes organizações, possibilitando a promoção da reinserção social e a reconstrução da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 11, p. 2309-2319. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3558/1/02.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 181-200, fev. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81093>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- ANDION, C. *et al.* Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, jun. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65594>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 513-543, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RFvXXMFDRgnz5g5GJnnpnqx/#>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ANSELL, C. **Pragmatist democracy**: evolutionary learning as public philosophy. Oxford, UK: Oxford Scholarship Online, 2011.
- ANSELL, C. What is democratic experiment? **Contemporary Pragmatism**, v. 9, n. 2, p. 159-180, 2012.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. 1972.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). **Secretária da saúde vai lançar edital para contratação de comunidades**. 2022. Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/secretaria-da-saude-vai-lancar-novo-edital-para-contratacao-de-comunidades. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BARBOT, J. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, S. (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 102-123.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, R. O.; LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 41-56, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77741>. Acesso em: 4 abr. 2021.

BERK, G. Ansell pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 3, jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ser/mwr040>. Acesso em: 4 abr. 2021.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 3, p. 67-84, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572>. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRANDON, R. **Between Saying and Doing: Towards an Analytic Pragmatism**, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BRANDON, R. **Perspectives on Pragmatism: Classical, Recent, and Contemporary**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.345, de 26 de agosto de 2002. Institui a Política Nacional Antidrogas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 3, 27 ago. 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.840, de 5 de junho de 2019**. Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#art2. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.726, de 29 de outubro de 1971**. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem

dependência física ou psíquica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5726.htm. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm#:~:text=\)%20dias%2Dmulta.-,Art.,\(cinq%C3%BCenta\)%20dias%2Dmulta](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm#:~:text=)%20dias%2Dmulta.-,Art.,(cinq%C3%BCenta)%20dias%2Dmulta). Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n.10.409, de 11 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10409.htm. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. **11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil**. Florianópolis, SEAD/UFSC, 2020. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha_11-perguntas-para-voce-conhecer-a-legislacao-sobre-drogas-no-brasil.pdf. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centro de atenção psicossocial CAPS**. Brasileira, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRYMAN, A. **Quantity and quality in social research**. 2. ed. London: Routledge, 2004.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big leviathan: how actors macrostructure reality and how sociologists help them do so. Routledg, 1981. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/09-LEVIATHAN-GB.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2017/09/09_cefai_107_p186a213_site.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Org.). **L'héritage du pragmatisme. Conflits**

d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues; Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-82.

CEFAÏ, D.; TERZI, C. **L'expérience des problèmes publics.** Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lectures/7665>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CERENE. **Relatório de atividades 2021.** Blumenau, 2021. Disponível em: <https://cerene.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Relatorio-de-Atividades2021.atualizacao5.3.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CERENE. **Selo de responsabilidade social (SELAR).** Blumenau, 2022 Disponível em: <https://www.facebook.com/page/128441053894168/search/?q=selo%20de%20responsabilidade%20social>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CHATEAURAYNAUD, F. A captura como experiência. Investigações pragmáticas e teorias do poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, e329504, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/fnwkPJ3vPHW4j6MtdY89VxK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PERÍCIA OFICIAL (CSSPPO). PROERD. 2022. Disponível em: <https://www.ssp.sc.gov.br/index.php/programas/proerd#:~:text=O%20Programa%20Educacional%20de%20Resist%C3%Aancia,saud%C3%A1vel%2C%20sem%20drogas%20e%20viol%C3%Aancia>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COMETTI, J.-P. **Qu'est-ce que le pragmatisme?** Paris: Gallimard, 2010.

COOKE, E. **Peirce's Pragmatic Theory of Inquiry: Fallibilism and Indeterminacy**, London: Bloomsbury, 2007.

DAFT, R. L.; WEICK, K. E. Organizações como sistemas interpretativos: em busca de um modelo. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coord.). **Teoria das organizações.** São Paulo: Atlas, 2007.

DE MUNCK, J.; ZIMMERMANN, B. **La liberté au prisme des capacités.** Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009.

DEWEY, J. **Arte como experiência.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, J. **Experiência e educação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

DEWEY, J. **Experiência e natureza.** São Paulo: Abril Cultural, 1958.

DEWEY, J. **Logic: the Theory of Inquiry.** New York: Henry holt and company, 1938.

DEWEY, J. **Reconstrução em Filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Chicago: Swallow Press, 1927.

DORF, M. C.; SABEL, C. F. A constitution of democratic experimentalism. **Columbia Law Review**, v. 98, n. 2, 1998.

ESSÊNCIA DE VIDA. **Relatório de atividade 2019**. Joinville, 2019. Disponível em: <https://www.essenciadevida.org.br/wp-content/uploads/sites/261/2020/09/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-assinado-2019.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2022.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-36, dez. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FIOCRUZ. **Data alerta para desafios na prevenção e cuidado quanto ao uso problemático de substâncias**. Fiocruz, fev, 2022. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/52783>. Acesso em: 14 set. 2022.

FISCHER, F.; FORESTER, J. **The argumentative turn in policy analysis and planning**. Durham, NC: Duke University Press Books, 1996.

FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. **Handbook of public policy analysis**. Abingdon, UK: Taylor & Francis, 2007a.

FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. **Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods**. London; New York: Routledge, 2007b.

FRAZATTO, C. F.; SAWAIA, B. B. A critical view of the 'social reinsertion' concept and its implications for the practice of psychologists in the area of mental health in the Brazilian Unified Health System (Sistema Único de Saúde). **Journal of Health Psychology**, v. 21, n. 3, p. 409-418, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1359105316628751>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FREGA, R. **Pragmatism and the wide view of democracy**. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2019.

FREGA, R. Qu'est-ce qu'une pratique ? In: COHEN, Y.; CHATEAURAYNAUD, F. **Histoires pragmatiques. Raisons pratiques**, v. 25. Paris, 2016.

GANEVI, E.; LIMA, W. L. Reinserção social: processo que implica continuidade e cooperação. **Revista Serviço e Saúde**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 113-129, jun. 2011.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/1380>. Acesso em: 27 jan. 2021.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GURFINKEL, D. **Adicções**: paixão e vício. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

HAACK, S. **Evidence and Inquiry**: a pragmatist reconstruction of epistemology. Oxford: Blackwell, 1993.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**: reason and the rationalization of society – v. 1; **Lifeworld and System**: A Critique of Functionalist Reason) – v. 2. Boston: Beacon Press, 1981.

HAJER, M. Coalitions, practices, and meaning in environmental politics: from acid rain to BSE. In: HOWARTH, I. *et al.* (Eds.). **Discourse theory in european politics**, 1996.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública seus ciclos e subsistemas**: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JAMES, W. **Pragmatismo e outros textos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

JAMES, W. **Variedades da Experiência Religiosa**: um estudo sobre a natureza humana. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1902.

JAMES, W.; DEWEY, J.; VEBLEN, T. **Pragmatismo**: textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KINOUCHI, R. R. Introductory remarks concerning classical pragmatism. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 215-226, 2007. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/KINIRC>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LAGES (SC). Secretaria Municipal de Saúde. **Edital de chamada pública nº 012 /2022**. 2022. Disponível em: https://www.lages.sc.gov.br/editais_pdf/1656100567181759386862b616d7a8e67.pdf. Acesso em :10 ago. 2022.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de l'action publique**. Paris: Armand Colin, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lectures/9016>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Editora da Ufal, 2012.

LASWELL, H. D. **Politics**: who gets what, when, how. Cleveland, OH: Meridian Books, 1936-1958.

LATOUR, B. **Course**: scientific humanities. Paris: Sciences Po.; MOOC from the FUN, 2014.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: um ensaio sobre antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. On recalling ANT. *In*: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LAW, J. After. ANT: complexity, naming and topology. *In*: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell, 1999.

LAWHEAD, W. **The philosophical journey**: an interactive approach. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEWIS, C. I. A Pragmatic Conception of the A Priori. **Journal of Philosophy**, v. 20, n. 7, p. 169-177, 1923. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/LEWAPC>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LEWIS, C. I. **Mind and the World Order**. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1929.

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. especial, p. 680-696, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/82417>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATARAZZO, G.; SERVA, M. Reflexões sobre o Pragmatismo Clássico enquanto Postura Epistemológica nos Estudos Organizacionais: Evidências e Perspectivas. **Enanpad**, São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/ttG8RRyxhVyncBxvQgccvC/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MENAND, L. **Pragmatism**: a reader. New York: Vintage, 1997.

MENEGHETTI, F. K. Pragmatismo e os pragmáticos nos estudos organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2007. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5006>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MISAK, C. J. **Pragmatism**. Calgary: University of Calgary Press, 1999.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities. **European Urban and Regional Studies**, v. 14, n. 3, p. 195-209, 2007.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B. **Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated**. London: The Young Foundation, 2007.

MURPHEY, M. G. **Cl Lewis: O Último Grande Pragmático**. Albany: State University of New York Press, 2005.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation**. London: NESTA; The Young Foundation, 2010.

NARCOTICS ANONYMOUS WORLD SERVICES (NA). **Texto básico de narcóticos anônimos**. Traduzido e impresso por Narcotics Anonymous World Services, Inc. 2015.

NASCIMENTO, E. M. M. N. Pragmatismo: uma filosofia da ação. **Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo**, ano 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/15278>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NICHOLLS, A. *et al.* **New frontiers in social innovation research**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2015.

PACHECO, M. E. A. G. Políticas públicas e capital social: o Projeto Consultório de Rua. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 43-58, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4974>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, dez. 2015. Disponível em:

https://ideas.repec.org/a/spr/scient/v105y2015i3d10.1007_s11192-015-1744-x.html. Acesso em: 10 jan. 2021.

PAIVA, F. S. *et al.* A percepção profissional e comunitária sobre a reinserção social dos usuários de drogas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300018. Acesso em: 26 jan. 2021.

PEIRCE, C. S. **Como tornar as nossas ideias claras**. 1993. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/peirce-como-tornar-as-nossas-ideias-claras.html?page=2>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PEIRCE, C. S. **Escritos coligidos**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PEREIRA, T. L.; ALVES FILHO, E.; JESUS, O. F. Um papel para o pedagogo na reinserção social de usuários de drogas na cidade de Uberaba (MG)–1990/2013. **Revista Profissão Docente**, v. 17, n. 36, 2017.

PERES, J. L. P. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência**: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39318>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PHILLS JR, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D.T. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, p. 34-43, 2008.

PILORT, G. **Psicanálise das adicções**. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

PINHEIRO, D. **Sustentabilidade social de uma organização da economia social**: um estudo de caso na AFECE – Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

PINHO, P. H.; OLIVEIRA, M. A.; ALMEIDA, M. M. A reabilitação psicossocial na atenção aos transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas: uma estratégia possível? **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 82-88, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000700017>.

PITTA, A. M. F. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? *In*: PITTA, A. M. F. (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

POL, E.; VILLE, S. Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, p. 878-885, 2009.

PUTNAM, H. **Palavras e Vida**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1994a.

PUTNAM, H. **Pragmatism**. Oxford: Blackwell, 1994b.

PUTNAM, H. **Pragmatism and Moral Objectivity**, em Putnam 1994c.

PUTNAM, H. **Renewing Philosophy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

QUÉRÉ, L. La structure de l'expérience publique d'un point de vue pragmatiste. *In*: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme. **Persee**, La Tour-d'Aigues: L'aube, 2002. v. 94, p.131-160. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_2003_num_94_1_2521_t1_0165_0000_1. Acesso em: 10 jan. 2021.

QUÉRÉ, L.; TERZI, C. Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique. Quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l'ethnométhodologie. **Sociologies**, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologies/4949>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RADIN, B. A. **Beyond Machiavelli**: policy analysis comes of age. Washington, DC: Georgetown University Press, 2000.

RIBEIRO, M. M.; ARAÚJO, M. R. Política mundial de drogas ilícitas: uma reflexão histórica. *In*: SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. (Org.). **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Oxford: Blackwell. 1980.

RORTY, R. **The Consequences of Pragmatism**. Sussex: Harvester, 1982.

ROSA, M. D. P. *et al.* Autonomia e reinserção social: percepção de familiares e profissionais que trabalham com redução de danos. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 16, n. 3, 2017.

SABEL, C.; ZEITLIN, J. Experimentalist governance. *In*: LEVI-FAUR, D. (Ed.). **The Oxford Handbook of Governance**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2015.

SANCHES, L. R; VECCHIA, M. D. Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas: revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

SANTOS, J. A. T.; OLIVEIRA, M. L. F. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Saúde e Transformação Social**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 82-89, 2013. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1909>. Acesso em: 4 abr. 2021.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá, 2001.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEIBEL, S. D.; TOSCANO JÚNIOR, A. **Dependência de Drogas**. São Paulo: Atheneu, 2000.

SHEPPARD, M. **Social work and social exclusion**: the idea of practice. Aldershot: Ashgate, 2006.

SHIELDS, P. M. **The community of inquiry**: insights for public administration from Jane Addams, John Dewey and Charles S. Pierce. Public Administration Theory Network, 2008. Disponível em: <https://digital.library.txstate.edu/bitstream/handle/10877/3979/fulltext.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 abr. 2021.

SHOOK, J. R. **Os pioneiros do pragmatismo americano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVER, H. Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SIMON, H. A. Administrative behavior: a study of decision-making processes. In: SIMON, H. A. **Administrative organization**. 2. ed. New York: Macmillan, 1957.

SIQUEIRA, D. F. *et al.* Reinserção social do indivíduo dependente de crack: ações desenvolvidas pela família. Santa Maria, **Contexto Enferm**, v. 24, n. 2, jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072015000200548&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 jan. 2021.

SOUZA, J. D.; KANTORSKI, L. P.; VASTERS, G. P.; LUIS, M. A. V. Rede social de usuários de álcool, sob tratamento, em um serviço de saúde mental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v.19, p.140-147, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4299>. Acesso em: 27 jan. 2021.

SOUZA, K. S.; COUTINHO E SILVA, I. F.; BATISTA, S. H. R.; ALMEIDA, R. J. Reinserção social de dependentes químicos residentes em comunidades terapêuticas. **SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 3, n. 12, p. 171-177, 2016.

STANFORD. Encyclopedia of Philosophy: **Pragmatism**. Stanford. 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/pragmatism/#Repr>. Acesso em: 10 jan. 2021.

STONE, D. **Policy paradox**: the art of political decision making. New York: W.W. Norton & Company, 2002.

TALISSE, R. **A Pragmatist Philosophy of Democracy**. London: Routledge. 2008.

TAYLOR, J. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, n. 6, p. 69-77, 1970.

TEIXEIRA, M. O conceito de experiência em John Dewey: contribuições para uma epistemologia naturalizada. **Revista Fundamentos**, v. 1, n. 1, p. 81-91, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/viewFile/7865/4838>. Acesso em: 26 jan. 2021.

THAYER, H. S. **Significado e Ação: A Critical History of Pragmatism**. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1968.

THOENIG, J.-C.; DURAN, P. L'État et la gestion publique territoriale. **Revue Française de Science Politique**, v. 46, n. 4, p. 580-623, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1996_num_46_4_395082. Acesso em: 26 jan. 2021.

VASCONCELOS, M. F. F. Cuidado com corpos: um olhar (de gênero) para as políticas de saúde. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 371-388, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DGzx8T5MqH5t3MZJhvnV3DR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2021.

WAAL, C. **Sobre Pragmatismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WARREN, C. Qualitative interviewing. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. (Eds.). **Handbook of interview research**. Thousand Oaks: Sage, 2001, p. 83-101.

WESTBROOK, R. **John Dewey and American Democracy**. London: Routledge, 1991.

WESTERVILLE, L. **History of the Anti-Saloon League**. 2021. Disponível em: <http://www.westervillelibrary.org/antisaloon-history-saloon>. Acesso em: 4 abr. 2021.

WILSON, A. **Peirce's Empiricism: Its Roots and Its Originality**. Lanham, MD: Lexington Books, 2016.

WIXEY, S. *et al.* **Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups**. Funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group — Universidade de Westminster, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2015.

ZIMMERMANN, B. Pragmatism and the capability approach: challenges in social theory and empirical research. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 4, 2006.